



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

Luís Augusto Reis Vieira

**A ASSISTÊNCIA AOS ENJEITADOS E CRIANÇAS  
DESAMPARADAS EM TORRES NOVAS ENTRE 1610 E 1710**

Dissertação de Mestrado em História, ramo de Época Moderna, orientada pela Professora  
Doutora Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes, apresentada ao Departamento de  
História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade  
de Coimbra

Julho de 2023



# FACULDADE DE LETRAS

## A ASSISTÊNCIA AOS ENJEITADOS E CRIANÇAS DESAMPARADAS EM TORRES NOVAS ENTRE 1610 E 1710

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação de Mestrado</b>
<b>Título</b>	<b>A assistência aos enjeitados e crianças desamparadas em Torres Novas entre 1610 e 1710</b>
<b>Autor</b>	<b>Luís Augusto Reis Vieira</b>
<b>Orientadora</b>	<b>Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Maria do Rosário Barbosa Morujão</b>
	<b>Vogais:</b>
	<b>1. Doutora Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos Reis</b>
	<b>2. Doutora Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em História</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Época Moderna</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>28 de outubro de 2023</b>
<b>Classificação</b>	<b>17 valores</b>



## **Agradecimentos**

Este espaço serve para agradecer a todos os que ajudaram e apoiaram a realização desta investigação. Não seria possível realizá-la sem eles que estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis e que me ajudaram a ultrapassá-los. Em primeiro lugar, agradeço à Professora Doutora Maria Antónia Lopes, orientadora científica desta dissertação de mestrado, por toda a atenção, disponibilidade e paciência que demonstrou no decorrer desta longa jornada.

Em segundo lugar devo agradecer à minha família, por me ter apoiado neste longo percurso, especialmente aos meus pais por nunca terem desistido de mim e por todos os esforços que fizeram nestes anos. Agradeço também à minha irmã e aos meus pequenos sobrinhos, à minha madrinha e à restante família por todo o apoio.

O meu obrigado vai ainda para toda a equipa do Arquivo Municipal de Torres Novas por todo o apoio e colaboração nesta investigação, pois foram, sem dúvida, uma grande ajuda na disponibilização das fontes manuscritas numa altura difícil que todos vivemos. Também quero deixar uma nota de agradecimento ao senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas e restante equipa pela ajuda e disponibilidade.

Por fim, quero deixar uma mensagem de agradecimento a todos os meus amigos e colegas que me acompanharam ao longo desta investigação. Aos Sempre Alegres, por me terem acolhido nesta bela cidade de Coimbra. Aos afilhados que Coimbra me deu, um muito obrigado por me apoiarem nos momentos mais difíceis. Aos restantes amigos que, de uma maneira ou outra, me ajudaram na realização desta dissertação de mestrado.

## **Resumo. A assistência aos enjeitados e crianças desamparadas em Torres Novas entre 1610 e 1710**

Esta dissertação de mestrado, intitulada *A assistência aos enjeitados e crianças desamparadas em Torres Novas entre 1610 e 1710*, tem como principal objetivo reconstituir, compreender e interpretar a assistência prestada no concelho de Torres Novas às crianças aí enjeitadas entre 1610 e 1710 a qual, ao contrário da generalidade dos casos, era assegurada pela Santa Casa da Misericórdia. A instituição também ajudou crianças desamparadas filhas de pais conhecidos. Serão também, portanto, objeto de estudo.

A assistência aos enjeitados do século XVII tem sido pouco estudada no nosso país. Essa ausência incentivou-nos a selecionar esta centúria, para a qual encontramos fontes a partir de 1610.

Adotou-se como metodologia de investigação, a recolha e análise quantitativa e qualitativa das fontes manuscritas produzidas pela instituição de socorro. Utilizaram-se, também, outros estudos sobre o tema, interligando-os e comparando-os com os dados obtidos. Deu-se prioridade às investigações coincidentes com a cronologia proposta de modo a obter um confronto mais significativo, sem descurar outros estudos de épocas posteriores.

Esta investigação permite conhecer a realidade do abandono infantil em Torres Novas e a assistência que a sua Misericórdia prestava a essas crianças. Também é possível acercarmo-nos da população mais pobre da sociedade torrejana e seus arredores, através das amas que utilizavam os enjeitados como forma de obter rendimentos, e também graças ao socorro, por parte da Santa Casa, a famílias pobres e incapazes de assegurar a criação de leite dos seus lactentes. Os números não são tão volumosos quanto o esperado, com uma média de 24 enjeitados por década, número que ao longo da cronologia foi aumentando. A morte atingiu mais de metade dessas crianças, sobretudo entre os meses de julho e agosto. A Misericórdia não foi indiferente ao destino dos que completaram a criação, assegurando que os seus empregadores proporcionassem a aprendizagem de um ofício aos rapazes e um enxoval em roupas, utensílios, móveis e dinheiro às raparigas.

**Palavras-chave: Enjeitados; Torres Novas; Santa Casa da Misericórdia; Amas; Século XVII**

## **Abstract. The Care of Foundlings and the Helpless Children in Torres Novas between 1610 and 1710**

This master's dissertation, entitled *The Care of Foundlings and the Helpless Children in Torres Novas* between 1610 and 1710, has as its main objective to reconstitute, understand, and interpret the assistance provided in the municipality of Torres Novas to the foundlings and the helpless between 1610 and 1710 which, unlike most cases, was provided by the local *Misericórdia*. The institution also helped destitute children of known parents. They will therefore also be the object of study.

The assistance provided to abandoned children in the 17<sup>th</sup> century has been scarcely studied in our country. This absence has encouraged us to focus on this century, for which we have found sources dating back to 1610.

The research methodology adopted consisted of collecting and conducting both quantitative and qualitative analysis of the handwritten sources produced by the relief institution. Additionally, other studies on the subject were utilized, linking and comparing them with the gathered data. Priority was given to investigations that aligned with the proposed chronology, aiming to achieve a more significant comparison without neglecting studies from later periods.

This research allows us to understand the reality of child abandonment in Torres Novas and the assistance provided by its *Misericórdia* to these children. It also enables us to get closer to the poorer population of Torres Novas and its surroundings through the wet nurses who used the abandoned children as a means of earning income. Additionally, thanks to the help provided by the *Santa Casa* to poor families who were unable to provide for their infant's nursing needs, we gain insights into their lives. The numbers of abandoned children are not as high as expected, with an average of 24 foundlings per decade, although this number increased over time. Unfortunately, more than half of these children succumbed to death, especially during the months of July and August. The *Misericórdia* did not remain indifferent to the fate of those who completed their upbringing, ensuring that their employers provided the boys with apprenticeships in a craft and provided the girls with dowries consisting of clothing, utensils, furniture, and money.

**Keywords:** Foundlings; Torres Novas; *Santa Casa da Misericórdia*; Wet Nurses; 17<sup>th</sup> Century.

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1. A vila de Torres Novas e a sua Misericórdia.....</b>	<b>5</b>
1.1. Origem e história.....	5
1.2. A Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas.....	12
1.2.1. Da sua fundação aos nossos dias.....	12
1.2.2. Compromisso e privilégios.....	16
1.2.3. O hospital da misericórdia.....	17
<b>Capítulo 2. Os enjeitados em Portugal na Época Moderna.....</b>	<b>18</b>
2.1. Evolução histórica da assistência aos enjeitados.....	18
2.1.1. O que é um enjeitado. Caraterísticas de um enjeitamento .....	18
2.1.2. As instituições medievais e a legislação régia sobre os enjeitados .....	23
2.2. Os enjeitados no século XVII – estado da arte.....	26
<b>Capítulo 3. Os enjeitados em Torres Novas (1610-1710) .....</b>	<b>30</b>
3.1. Contextualização dos enjeitados e das fontes manuscritas .....	30
3.2. Análise geral dos enjeitados .....	34
3.2.1. Entradas de enjeitados na Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas.....	34
3.2.2. Sazonalidade dos abandonos .....	39
3.2.3. Sexo dos enjeitados .....	41
3.2.4. Com que idade eram enjeitados?.....	41
3.2.5. Onomástica dos enjeitados .....	44
3.2.6. Locais onde eram deixados à sua sorte .....	46
3.2.7. Batizados ou por batizar? .....	50
3.2.8. Escritos ou pertences, o que acompanhava um enjeitado .....	53
<b>Capítulo 4. Destinos dos enjeitados.....</b>	<b>58</b>
4.1. Óbitos .....	58
4.2. Interrupção das criações .....	64
4.3. Depois das criações .....	69
<b>Capítulo 5. A criação de filhos desamparados por parte da Misericórdia de Torres Novas.....</b>	<b>77</b>
<b>Capítulo 6. As amas dos enjeitados.....</b>	<b>84</b>
6.1. Quantas amas?.....	86
6.2. A evolução salarial das amas .....	89

6.3. Estado conjugal .....	99
6.4. Residências das amas .....	101
<b>Conclusão .....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>110</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>127</b>

## Introdução

A presente dissertação tem como tema principal a assistência aos enjeitados e crianças desamparadas na vila ribatejana de Torres Novas entre os anos 1610 e 1710. Trata-se de um tema que não está muito estudado nesta região do país, principalmente se recuarmos para os séculos XVI e XVII. A escolha deste objeto de estudo não aconteceu de forma aleatória, mas sim do resultado de um trabalho de investigação para um seminário do mestrado em História, em que foram analisados os enjeitados em Torres Novas em finais do século XVIII (anos antes de a vila possuir uma roda dos expostos), através de fontes manuscritas que contêm unicamente dados sobre os enjeitados. A curiosidade sobre como era feito este tipo de assistência antes desse período levou a uma pesquisa de fontes manuscritas mais antigas, o que nos levou a 1610, ano em que na documentação surge a primeira referência aos socorros aos enjeitados através do pagamento às amas por parte da Misericórdia de Torres Novas. Começamos assim por definir o ano inicial da cronologia da dissertação. Após alguma pesquisa, percebemos que existem muito poucos estudos sobre a assistência aos enjeitados no século XVII. Decidimos, portanto, escolher o ano de 1710 como ponto final da cronologia, levando-nos a focar assim no dito século XVII, completando, contudo, um século para podermos comparar as várias décadas e perceber se houve evoluções ou mudanças na prática exercida pela Santa Casa.

As fontes manuscritas utilizadas na dissertação pertencem à Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, mas estão depositadas no Arquivo Municipal de Torres Novas. Entre o variado espólio documental que a Santa Casa possui, encontram-se vários livros de receitas e despesas da instituição, que iniciam no ano de 1610, livro este que surge como o número um. Outras fontes analisadas, e que se encontram no mesmo arquivo, foram os livros de termos e atas da Misericórdia, cuja série se inicia apenas em 1666. Este tipo de fonte, apesar de conter apenas deliberações tomadas em Mesa, facultou-nos informações importantes sobre o futuro de alguns enjeitados, nomeadamente nos registos de entregas após a criação. Procurámos também outro tipo de fontes para auxiliar nas informações prestadas, nomeadamente em dicionários como o de Rafael Bluteau, imprescindível para esclarecer o significado de designações que caíram em desuso nos nossos dias. Mas também pesquisámos outras fontes de informação, como a *Corografia Portuguesa* de António Carvalho da Costa, a *Geografia Histórica de Todos os Estados Soberanos da Europa* de Luís Caetano de Lima e os dados do numeramento de 1527 publicados por Anselmo Braancamp Freire, para ficarmos a conhecer a evolução populacional da vila de Torres Novas ao longo da Época Moderna. A legislação dos enjeitados é outro assunto que colhemos em fontes impressas, desde logo as Ordenações Manuelinas e Filipinas,

mas também de obras de autores do século XIX, época em que o sistema da roda dos expostos foi abolido em Portugal e o país entrou num período de debate acerca dos enjeitados e das suas amas.

A assistência aos enjeitados é um tema já muito estudado por todo o país, mas grande parte destas investigações centra-se nos séculos XVIII e XIX, períodos em que os municípios portugueses já dispunham de instalações com uma roda dos expostos, tornada obrigatória a partir de 1783 e já usada pelo menos desde inícios de setecentos nos principais centros urbanos. Mas para o século XVII, aquele que nos propomos investigar, são muito reduzidos os estudos e, na verdade, pouco se sabe sobre a assistência aos enjeitados durante essa centúria. Dos estudos já realizados, existe um que se destaca, quer seja pela proximidade geográfica com a localidade de Torres Novas, quer pela cronologia observada: *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia (1691-1710)*, de Maria de Fátima Reis, que trabalha o papel da Misericórdia na assistência a estas crianças enjeitadas entre os anos 1691-1710. Com este estudo podemos comparar realidades muito próximas num período comum aos dois trabalhos, tornando-se assim, para nós, a principal obra historiográfica. Existem outros estudos sobre diferentes localidades portuguesas, que também referimos e com os quais comparamos dados. O primeiro é da autoria de Laurinda Abreu. Intitulado *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, encontramos no seu segundo subcapítulo informações referentes aos enjeitados e às suas amas nos finais do século XVII e inícios do século seguinte. O outro é de Teodoro Afonso da Fonte: *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, que analisa a mesma temática nessa vila do norte do país, também entre o final do século XVII e o século XVIII. Mas recorreu-se também a outras investigações científicas de cronologias mais avançadas para poder auxiliar em alguns aspetos.

Este trabalho está dividido em seis capítulos. Quisemos que os primeiros estivessem relacionados com os assuntos introdutórios ao tema central da dissertação. O primeiro capítulo, “A vila de Torres Novas e a sua Misericórdia”, tem dois pontos principais focados na contextualização geográfica de Torres Novas e da instituição responsável pela assistência aos enjeitados. O primeiro foca-se na localização e história de Torres Novas, desde os tempos antigos, passando pela Idade Média, quando a vila adquiriu alguma importância no panorama político de Portugal, chegando à Época Moderna, período que nos propomos a estudar. O restante capítulo centra-se na instituição responsável pela assistência aos mais carenciados na região, a Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, onde é analisada a sua história, desde a fundação, a sua constituição e os seus propósitos, que, neste caso, incluíam os enjeitados.

O segundo capítulo, intitulado “Os enjeitados em Portugal na Época Moderna”, também serve de contextualização, mas sobre o tema em estudo, os enjeitados e a sua assistência em Portugal. É importante conhecer a realidade destas crianças abandonadas antes de apresentarmos as de Torres Novas, e por isso este capítulo parece-nos indispensável. Começamos com um subcapítulo relacionado com a evolução histórica da assistência aos enjeitados, começando pela sua definição e pelos procedimentos que se adotaram no nosso país para os socorrer. As medidas régias tomadas ao longo dos séculos foram tidas em conta, porque este tipo de assistência foi evoluindo, tendo sempre como principal intuito o de diminuir a taxa de óbitos infantis. Terminamos este capítulo com o estado de arte sobre o tema, que tal como indicamos, é parco para a cronologia aqui em apreço.

A partir daqui entramos nos capítulos resultantes da análise às fontes manuscritas. No terceiro capítulo, “Os enjeitados em Torres Novas (1610-1710)”, começamos por apresentar a gafaria de Torres Novas, instituição que tinha o encargo de cuidar dos enjeitados até ter sido englobada na Santa Casa e é esse facto que explica que a Misericórdia de Torres Novas, ao contrário da generalidade das suas congéneres, estivesse obrigada a assegurar e a custear os cuidados aos expostos. Passamos depois para um enquadramento sobre as fontes manuscritas analisadas, antes de apresentar os dados delas recolhidos. Para o subcapítulo dedicado aos enjeitados foram analisadas várias características não só sobre eles, mas também sobre o *modus operandi* da Santa Casa no seu tratamento. Trataremos do número de crianças que chegava à Misericórdia, da sazonalidade destes abandonos, do sexo e idade dos expostos e dos escritos ou pertences que alguns traziam. Numa época em que ainda não existia roda dos enjeitados em Torres Novas, procurámos identificar os vários locais em que eram encontrados na vila e também por todo o termo, procurando saber em que zonas da vila e em que localidades se enjeitavam mais crianças.

Depois entramos num outro assunto fundamental: o futuro destas crianças. Numa época em que as condições de vida eram muito inferiores às que conhecemos, a morte era um futuro certo para muitas crianças. O objetivo da Misericórdia de Torres Novas era o de salvar a vida destes meninos e meninas que tinham a sua vida dependente das amas que deles se encarregavam. Começaremos por abordar os óbitos dos enjeitados, passando depois para aqueles que sobreviveram aos sete anos de criação, entrando assim no mundo do trabalho. Observaremos também os que tiveram a sua criação interrompida para serem entregues a pessoas que os pretendiam para diversos efeitos.

Deixámos para o quinto capítulo os filhos desamparados da sociedade mais pobre de Torres Novas e seu termo. Estas crianças chegavam à Santa Casa através de familiares seus,

que viviam em condições de extrema pobreza e que recorriam a esta instituição para manter a sobrevivência dos filhos. A Santa Casa acolhia-os da mesma forma que os enjeitados, e por isso iremos incluí-los neste estudo, já que todo o processo de entrega a amas e pagamentos era feito da mesma forma.

O último capítulo foca-se num tema tão importante como os dos enjeitados, e que lhe é inerente: as mulheres que cuidavam deles, as amas. A Santa Casa tinha a responsabilidade de angariar e custear as amas, mas eram estas que tinham um papel fundamental na alimentação e criação dos enjeitados, determinando assim a sua sobrevivência. Procurámos, portanto, caracterizar estas mulheres quanto ao seu estado conjugal e localidade de residência, perceber quais as profissões de algumas delas e/ou dos seus maridos e, ainda, determinar os seus salários.

## Capítulo 1. A vila de Torres Novas e a sua Misericórdia

### 1.1. Origem e história

Para poder investigar os enjeitados em Torres Novas é necessário conhecer esta mesma localidade e será isso que este capítulo irá abordar. A cidade de Torres Novas pertence à província do Ribatejo e à zona norte do distrito de Santarém<sup>1</sup>. Apesar de toda a sua história, só foi elevada a cidade a 14 de agosto de 1985<sup>2</sup> e é um dos concelhos mais importantes do distrito, fazendo fronteira com os seguintes: Alcanena, Entroncamento, Golegã, Ourém, Santarém, Tomar e Vila Nova da Barquinha. A cidade tem cerca de 13.600 habitantes, é banhada pelo rio Almonda e situa-se perto das Serras de Aire e Candeeiros.

Apesar de ser um dos maiores concelhos do distrito, era ainda mais extenso no passado, pois perdeu importantes localidades logo em 1514, quando o rei D. Manuel I atribuiu carta de foral a Asseiceira e Atalaia, retirando assim estes territórios do termo de Torres Novas. Já no século XIX, o concelho vai adquirir a freguesia de Minde com a efémera abolição do concelho de Porto de Mós<sup>3</sup>, mas irá perdê-la mais tarde com a criação do concelho de Alcanena em 1914<sup>4</sup>. Atualmente, o concelho de Torres Novas tem aproximadamente 270 km<sup>2</sup>, habitando nele 36.717 pessoas<sup>5</sup>, sendo constituído por dez freguesias: Assentiz; Chancelaria; Meia Via; Pedrógão; Riachos; União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel; União das Freguesias de Olaia e Paço; União das Freguesias de Santa Maria, Salvador e Santiago; União das Freguesias de São Pedro, Lapas e Ribeira Branca; e Zibreira<sup>6</sup>.

A origem desta localidade é incerta e, segundo Artur Gonçalves, importante investigador da história de Torres Novas, suscita diferentes opiniões entre os historiadores. Na obra *Torres Novas: subsídios para a sua história*, o autor aborda esta questão dos “legendários primórdios de Torres Novas”<sup>7</sup>. Apesar das várias especulações sobre a origem de Torres Novas, é certo que existem diversos vestígios desde a pré-história, presentes em grutas no território do concelho<sup>8</sup>. Encontram-se também vestígios do período dos romanos, sendo o melhor exemplo

---

<sup>1</sup> Consultar nos anexos o mapa 1.

<sup>2</sup> Bicho, Joaquim Rodrigues, “Torres Novas” in Saraiva, José Hermano & Bastos, Hélder, *História das freguesias e concelhos de Portugal*, vol. 17, Matosinhos: Quidnovi, 2004, p. 132.

<sup>3</sup> Bicho, Joaquim Rodrigues, “Torres Novas”..., cit., p. 132.

<sup>4</sup> “Alcanena” in Saraiva, José Hermano & Bastos, Hélder, *História das freguesias e concelhos de Portugal*, vol. 1, Matosinhos: Quidnovi, 2004, p. 66.

<sup>5</sup> [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros).

<sup>6</sup> Consultar nos anexos o mapa 2.

<sup>7</sup> Gonçalves, Artur, *Tôrres Novas: Subsídios para a sua história*, 3ª ed., Torres Novas: Câmara Municipal, 1999, p. 49.

<sup>8</sup> <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74282>.

as ruínas de uma *villa*, denominada Villa Cardillio, que se situa nos arredores da cidade<sup>9</sup>. Avançando para o período medieval e acompanhando ainda a obra de Artur Gonçalves, Torres Novas é conquistada definitivamente aos mouros por D. Afonso Henriques em 1148<sup>10</sup>, apesar de continuar a sofrer os seus ataques. Após uma dessas investidas, o rei D. Sancho I ordena que a localidade seja repovoada e restaurada, atribuindo-lhe foral em outubro de 1190<sup>11</sup>. Este foral foi confirmado em novembro de 1217 por D. Afonso II e mais tarde reformado pelo rei D. Manuel I no dia 1 de maio de 1510<sup>12</sup>.

A vila de Torres Novas foi ainda um importante palco no contexto político do reino, nela se realizando três cortes portuguesas. As primeiras, em 1380, realizadas na igreja de S. Pedro, tiveram como finalidade o juramento do contrato de casamento entre D. Beatriz, filha de D. Fernando, e o infante de Castela, D. Henrique<sup>13</sup>. As segundas, concretizaram-se em 1438, numa altura em que a morte do rei D. Duarte provocou um grave problema político, sendo necessário decidir quem iria reger o reino enquanto o filho não atingisse a maioridade: se a rainha D. Leonor ou o infante D. Pedro<sup>14</sup>. As últimas cortes realizadas em Torres Novas, previstas para Tomar, mas mudadas para Torres Novas devido a um surto de peste, iniciaram-se a 15 de setembro de 1525. Foram as primeiras cortes do reinado de D. João III e tiveram como objetivo decidir o dote que a irmã do monarca português, D. Isabel, deveria levar para o seu casamento com o imperador Carlos V<sup>15</sup>.

Quanto à sua jurisdição, Torres Novas teve como donatários os infantes ou rainhas de Portugal até que, em 27 de março de 1520, o rei D. Manuel doou esta vila ao primogénito do duque de Coimbra, D. Jorge de Lencastre (1481-1550), tornando-se assim D. João de Lencastre (1501-1571) no 1º marquês de Torres Novas<sup>16</sup>. No ano de 1547, pela altura do seu casamento,

---

<sup>9</sup> [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3376](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3376).

<sup>10</sup> Gonçalves, Artur, *Tôrres Novas: Subsídios para a sua história...*, cit., p. 59.

<sup>11</sup> *Foral de Torres Novas de 1190*, Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1990, p. 8. Na dita obra é possível observar um fac-simile e a transcrição do foral antigo de Torres Novas, da chancelaria de D. Afonso II, com a confirmação do monarca, devido ao facto de o documento original se ter perdido.

<sup>12</sup> Veja-se o fac-simile do foral e a respetiva transcrição em *Foral de D. Manuel I: 1510: Torres Novas*, transcrição paleográfica de Maria Elvira Teixeira, Torres Novas: Município de Torres Novas, 2010.

<sup>13</sup> Rodrigues, Maria Teresa, “Torres Novas, Cortes de 1380” in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Lisboa: Iniciativas Editoriais, Porto: Livraria Figueirinhas, 1979, p. 177.

<sup>14</sup> Serrão, Joaquim Veríssimo, “Torres Novas, Cortes de 1438” in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, ..., cit., p. 177.

<sup>15</sup> Serrão, Joaquim Veríssimo, “Torres Novas, Cortes de 1525” in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, ..., cit., p. 178.

<sup>16</sup> Mata, Cristóvão, *A Casa de Aveiro na constelação dos poderes senhoriais: estruturas de domínio e redes clientelares*, Coimbra: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 81.

D. João III ter-lhe-á concedido o título de duque de Aveiro apesar de só dez anos mais tarde ter recebido a mercê oficial<sup>17</sup>.

Em 1588, o rei D. Filipe I eleva Torres Novas a ducado, tornando-se D. Jorge de Lencastre o 1º duque de Torres Novas<sup>18</sup>. Mais tarde, o segundo duque de Torres Novas viu todos os seus bens e títulos confiscados quando se aliou a Castela em 1663, fazendo com que D. Pedro de Lencastre, tio do dito marquês, reclamasse os bens confiscados; conseguiu ser reconhecido como herdeiro da casa de Aveiro, tornando-se assim o 5º marquês de Torres Novas<sup>19</sup>. O último marquês de Torres Novas foi D. José de Mascarenhas, 8º marquês, que acabaria por ser condenado à morte em 1759 após a tentativa frustrada de regicídio contra o rei D. José. Perdeu o seu título e bens para a coroa, deixando assim a vila de Torres Novas de ter donatário<sup>20</sup>.

Segundo a *Corografia Portuguesa* que o padre Carvalho da Costa publicou em 1712, esta vila tinha “Juiz de fora, tres Vereadores, hum Procurador do Concelho, Escrivão da Camera, hum Juiz dos Orfãos, com seu Escrivão & mais Officiaes, hum Alcayde, & onze Companhias da Ordenança da Villa, & seu termo com seu Sargento mór”, indicando ainda que tinha muita nobreza e muitos morgados. A mesma fonte informa-nos que a vila e o seu termo era abundante em pão, azeite, frutas variadas, gado e caça, além de ter bom vinho<sup>21</sup>. Para entrar em detalhe no aspeto económico da região de Torres Novas na época em estudo utilizámos os registos das memórias paroquiais de 1758. Apesar de ser uma cronologia mais avançada, é possível reter os produtos que se cultivavam e comercializavam em Torres Novas e no seu termo. Através da obra de João Carlos Lopes, que aborda as memórias paroquiais e apresenta a sua transcrição integral na parte final, conhecem-se não só os principais produtos da região de Torres Novas, mas também os diversos engenhos existentes e outras características fundamentais para a sobrevivência da população, como a presença de fontes de água ou de pequenas atividades como a caça e a pesca<sup>22</sup>. Das 19 memórias paroquiais do concelho de Torres Novas, apenas em 4 – Monsanto, São Pedro, Santiago e Salvador (as últimas três pertencentes à vila de Torres Novas) – os curas não indicam informações suficientes sobre a vida económica das comunidades.

---

<sup>17</sup> Mata, Cristóvão, *A Casa de Aveiro na constelação dos poderes senhoriais...*, cit., pp. 87-88.

<sup>18</sup> Gonçalves, Artur, *Mosaico Torrejano: miscelânea de retalhos do passado e do presente de Torres Novas para memoração no futuro*, 2ª ed., Torres Novas: Jornal “O Almonda”, 1985, p. 173.

<sup>19</sup> Gonçalves, Artur, *Mosaico Torrejano...*, cit., pp. 174-175.

<sup>20</sup> Gonçalves, Artur, *Mosaico Torrejano...*, cit., pp. 178-179.

<sup>21</sup> Costa, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*, T. III, Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712, pp. 282-283.

<sup>22</sup> Lopes, João Carlos, *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII: as memórias paroquiais*, 2ª ed., Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1999.

A partir das outras memórias é possível perceber que os principais produtos são o azeite, que era abundante em praticamente todas as freguesias, juntamente com o vinho. O pão aparece também como abundante em algumas freguesias, mas escasso em outras. Surgem ainda, em menor quantidade, frutos passados e pomares de fruta. Existem ainda referências a produtos específicos em algumas freguesias, como o alho em Chancelaria ou a cebola em Santa Maria de Torres Novas. A água existia por quase todo o termo devido aos grandes cursos, como os rios Almonda e Alviela, as ribeiras de Beselga, do Alfeijoal e do Alvorão. Havia diversas fontes espalhadas por todo o termo, mas em algumas localidades os habitantes tinham de se deslocar a outras para ir buscar água ou até mesmo à nascente do rio Almonda<sup>23</sup>.

Em relação à questão dos engenhos presentes em Torres Novas e no seu termo (com exceção das freguesias de Alcorochel, Monsanto, S. Pedro, Santiago e Salvador, que não têm informação sobre o assunto), e segundo o prior de Santa Maria de Torres Novas, existiam no rio Almonda “trinta moinhos, com duas, três e quatro pedras, que moem efectivamente” e ainda “vinte e três lagares e alguns com quatro varas”<sup>24</sup>. Também o cura das Lapas apresenta uma descrição do rio, indicando que havia em todo o percurso “vinte e um lagares de azeite e vinte e cinco moinhos”<sup>25</sup>. Analisando ambos os registos, podemos observar que os números dos lagares de azeite e dos moinhos são idênticos, o que nos permite ter uma ideia dos engenhos que existiam na época para a produção de azeite e farinha. O prior de Santa Maria indica ainda a presença de 18 a 19 açudes por todo o rio Almonda, o que o tornaria inavegável, sendo que um deles, o Açude Real, teria sido mandar fazer pela rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, e que seria “grandioso e de fábrica magnífica”, tendo custado “um conto de reis”<sup>26</sup>.

Existem ainda referências a outros tipos de estruturas de transformação, como por exemplo um engenho de fazer cera na freguesia de Alcanena, três regatos de moer grão na freguesia de Bugalhos e ainda diversos instrumentos que o povo utilizava para tirar água para a criação de hortaliças, como nos indica o cura das Lapas, como noras, sarilhos, tarambolas, cabaços e outros métodos<sup>27</sup>.

Em algumas memórias aparecem outras atividades, como a caça e a pesca fluvial que eram praticadas no termo de Torres Novas. Apesar de haver rios e ribeiras em praticamente todas as freguesias, a pesca só é mencionada em Alcanena, Bugalhos, Lapas, Ribeira Branca, Zibreira e Santa Maria. Os curas indicam ainda os peixes mais abundantes, que seriam os

---

<sup>23</sup> Lopes, João Carlos, *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII...*, cit., p. 166.

<sup>24</sup> Lopes, João Carlos, *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII...*, cit., p. 282.

<sup>25</sup> Lopes, João Carlos, *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII...*, cit., p. 191.

<sup>26</sup> Lopes, João Carlos, *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII...*, cit., p. 281.

<sup>27</sup> Lopes, João Carlos, *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII...*, cit., pp. 158, 179, 191.

barbos, as bogas, os bordalos, as enguias e ainda as eirós. A atividade da caça estava mais presente nas freguesias próximas da serra – Alqueidão da Serra, Assentis, Chancelaria e Santa Maria de Torres Novas –, onde abundavam coelhos e perdizes. Além disto, existem registos que apresentam outras atividades realizadas na serra: os curas de Alqueidão da Serra e da Chancelaria referem-se a colmeias, e seria onde o gado miúdo ia pastar, enquanto o prior de Santa Maria assinala que seria lá que se pastoreava o gado miúdo, bois e cavalos.

Apesar da importância das feiras na vida económica e social da região, apenas o prior de Santa Maria de Torres Novas as menciona, tanto na vila, como no termo. A feira franca da vila era realizada no dia doze de março e durava três dias. No termo havia duas feiras: uma em Filhós, a 15 de janeiro (Dia de Santo Amaro), e a outra em Valhelhas a 24 de agosto (dia de S. Bartolomeu). Informa ainda que todas as semanas havia mercado na vila, realizado às segundas-feiras só até ao meio-dia e que era “dos maiores desta província”<sup>28</sup>.

Em relação à evolução demográfica da vila de Torres Novas, iremos recorrer a duas fontes. A primeira é do século XVI, o numeramento de 1527-1532, o primeiro censo realizado à escala nacional<sup>29</sup>. Este numeramento, que tem a transcrição da região da Estremadura disponível no periódico *Archivo Histórico Portuguez*<sup>30</sup>, permite-nos saber o total de moradores, isto é, os fogos, que a vila de Torres Novas e o seu termo teriam nos inícios do século XVI.

Para poder ter em conta o número total de habitantes da vila de Torres Novas e do seu termo e utilizando o coeficiente de 4,5 pessoas por vizinho (ou fogo) que João Carlos Lopes adota<sup>31</sup>, a vila teria cerca de 1.580 habitantes que estariam divididos em 351 vizinhos, contando ainda com a presença de 5 fidalgos, 24 cavaleiros, 82 escudeiros e 117 viúvas. Contabilizando o total de vizinhos de todo o termo, que são 1.449<sup>32</sup>, e subtraindo os que pertencem à vila, obtemos 1.098 vizinhos, o que, usando o mesmo coeficiente, contabiliza 4.941 habitantes. No total viveriam, portanto, cerca de 6.521 pessoas na vila de Torres Novas e seu termo, havendo ainda mais 2 escudeiros e 1 clérigo em Lapas e 2 escudeiros na aldeia das Ribeiras. As localidades mais povoadas a seguir a Torres Novas eram as aldeias das Lapas e a da Árgea, que ultrapassariam pouco mais dos quinhentos habitantes. Os habitantes da vila de Torres Novas representariam cerca de 24% do total da população do seu termo.

---

<sup>28</sup> Lopes, João Carlos, *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII ...*, cit., p. 261.

<sup>29</sup> Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182611>.

<sup>30</sup> Freire, Anselmo Braancamp, “A povoação da Estremadura no XVI século”, *Archivo histórico portuguez*, vol. VI, Lisboa, 1908. Consultar nos anexos a tabela 1.

<sup>31</sup> Lopes, João Carlos, *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII ...*, cit., p. 47.

<sup>32</sup> Apesar de se indicarem 1.448, tanto na fonte como na transcrição publicada.

Contudo, o coeficiente de 4,5 é por muitos historiadores considerado excessivo<sup>33</sup>. Se calcularmos uma dimensão média de 4 habitantes por fogo, número mais aceitável para diversos autores, então obtemos os seguintes resultados: a vila de Torres Novas teria 1.404 habitantes em 351 vizinhos e o seu termo 4.392 habitantes em 1.098 fogos. No total, Torres Novas e o seu termo teriam 5.796 habitantes em 1.449 agregados.

Apesar de a *Corografia Portuguesa* de Carvalho da Costa ficar mais perto da cronologia em estudo, o autor apresenta apenas o número redondo de 1.200 vizinhos para a vila de Torres Novas, nada dizendo sobre a população do termo<sup>34</sup>.

A segunda fonte de que dispomos é a *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*<sup>35</sup>, que permite conhecer a população de Torres Novas no ano de 1724. Antes de entrar na análise da fonte, tem de se destacar que os dados apresentados são de toda a vigairaria de Torres Novas, incluindo a localidade de Asseiceira e as vilas de Atalaia e Tancos, que já não pertenceriam ao termo de Torres Novas. Há que referir ainda que os dados apresentados são sobre as “pessoas de comunhão”, ou seja, os números apresentados reportam-se aos maiores de 12/14 anos. A partir daqui, podemos observar que o termo de Torres Novas teria ao todo 3.390 fogos, onde habitariam 9.843 pessoas, enquanto a vila de Torres Novas, composta por apenas 4 freguesias (Salvador, Santa Maria, S. Pedro e Santiago), teria 947 fogos, onde habitavam cerca de 3.393 pessoas, sendo a mais populosa a de Santiago. Apenas na vila viveriam cerca de 34% do total da população do concelho.

Em suma: utilizando o coeficiente de 4 hab./fogo, chegamos à conclusão de que houve um crescimento demográfico na zona de Torres Novas entre os séculos XVI e XVIII, com um aumento de cerca de 4.000 habitantes e de cerca 2.000 fogos por todo o concelho. Ou seja, o número dos habitantes quase duplicou e os fogos duplicaram nestes duzentos anos, sendo que o maior crescimento ocorreu dentro da vila, passando de 1.404 para 3.391 habitantes e de 351 para 947 fogos, aumentando a percentagem de população residente na vila de Torres Novas em relação ao restante termo de 24% para 34%.

Em relação às instituições religiosas existentes na vila de Torres Novas, iremos abordar os três conventos fundados na vila no século XVI. O primeiro é um convento feminino da ordem de S. Francisco, fundado em 1536 por D. Branca de Meneses e Isabel da Visitação, que se

---

<sup>33</sup> Rodrigues, Teresa Ferreira e Moreira, Maria João, “A quantificação das almas” in Rodrigues, Teresa Ferreira, *História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto: CEPES- Centro de estudos da população, economia e sociedade; Afrontamento, 2008, pp. 144-145.

<sup>34</sup> Costa, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica ...*, cit., p. 282.

<sup>35</sup> Lima, D. Luiz Caetano de, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*, Tomo II, Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734. Consultar nos anexos a tabela 2.

instala na ermida do Espírito Santo, pertencente à igreja matriz de Santa Maria, ficando conhecido como Convento do Espírito Santo<sup>36</sup>. Outro é o convento masculino do Carmo, que inicialmente seria uma ermida dedicada a S. Gregório Magno e que em 1558, através do bispo de Ceuta, D. Jaime de Lencastre, é doado à Ordem dos Carmelitas Calçados para aí edificarem um convento, estando em 1581 completamente construído e com rendimentos próprios<sup>37</sup>. No século XIX este edifício foi doado à Misericórdia de Torres Novas para se transformar num hospital, mantendo essas funções até 2000, ano em que foi construído o atual Hospital Rainha Santa Isabel. Por último, refira-se o Convento de Nossa Senhora do Egipto (conhecido mais tarde por Convento de Santo António), fundado em 29 de março de 1562 por D. João de Lencastre, senhor de Torres Novas. Este convento masculino pertencia aos Arrábidos e inicialmente estava instalado no termo, a 5km de Torres Novas, sendo transferido em 1591 para a vila, por D. Álvaro de Lencastre, passando a ser habitado em 1593 e a ter como invocação Santo António<sup>38</sup>.

Outras instituições existentes em Torres Novas eram as albergarias, responsáveis pelo acolhimento e auxílio aos peregrinos ou a quem estivesse de passagem, acolhendo-os durante um tempo. Estas instituições podiam ser financiadas pelos seus fundadores ou através de esmolas e legados posteriores, havendo casos em que pertenciam a uma confraria. Segundo Iria Gonçalves, existiam seis albergarias no termo de Torres Novas – em Alqueidão da Serra, Bexiga, Fungalvaz, Lapas, Marnes (talvez seja Marruas) e Zibreira –, e ainda três na vila, que pertenciam às confrarias do Senhor Jesus (antigo nome: Lavradores) e de S. Pedro e a terceira à gafaria. Estas três últimas foram anexadas à Misericórdia em 1578 quando da sua instituição, como iremos referir mais à frente<sup>39</sup>.

Na obra *Confrarias medievais da região de Torres Novas. Os bens e os compromissos*, que contém a transcrição paleográfica do tombo das capelas de Torres Novas de finais do século XV/ inícios do século XVI, é possível observar a presença das diversas albergarias de Torres Novas, tendo alguns detalhes interessantes: a albergaria de S. Pedro era composta por “tres casas da porta adentro” onde havia sempre “huua cama de roupa pera agasalhar pobres” e ainda “huum almadrage E dous chumaços E duas cubertas de burel E huua manta da terra”.

---

<sup>36</sup> Santos, António Lopes dos, *O Convento do Espírito Santo de Torres Novas (1536-1799)*, coleção Estudos e Documentos 8, Torres Novas: Município de Torres Novas, 2009, p. 28.

<sup>37</sup> Santos, António Mário Lopes dos, *O Convento do Carmo (subsídios para a história do concelho de Torres Novas)*, Torres Novas: Misericórdia de Torres Novas, 2006, pp. 43-50.

<sup>38</sup> Santos, António Lopes dos, *O Convento do Espírito Santo de Torres Novas...*, cit., p. 13; Gonçalves, Artur, *Mosaico Torrejano...*, cit., pp. 291-294.

<sup>39</sup> Gonçalves, Iria, “Formas medievais de assistência num meio rural estremo” in *Actas das 1<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Tomo I, Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos, 1972, p. 450.

Na albergaria de Lapas é-nos indicado que possuía “huum assentamento de casas todas da porta ademtro que seruem d'albergaria sam cinco casas”, sendo esta a maior albergaria de Torres Novas e do seu termo, onde estaria sempre um albergueiro para agasalhar os pobres<sup>40</sup>.

Como já foi mencionado, existia uma gafaria na vila de Torres Novas, hospital que acolhia os gafos ou leprosos, situado num extremo da vila. Segundo o tombo da gafaria de 1502, a instituição era administrada pela câmara de Torres Novas, que elegia todos os anos um provedor<sup>41</sup>. Em 1579 foi entregue à Misericórdia com todos os bens, rendimentos e encargos, incluindo o da criação dos enjeitados<sup>42</sup>. Também existia a Enfermaria de Nossa Senhora da Assunção, fundada em 1662 à entrada do convento pelos frades arrábidos de Santo António e que estaria aberta a toda a população de Torres Novas<sup>43</sup>. Após a extinção das ordens religiosas este edifício passou a ter outras funções, acabando por se tornar, em 1902, na Enfermaria Militar da Escola Prática de Cavalaria, enquanto esta escola se manteve na vila de Torres Novas<sup>44</sup>.

Por fim, refira-se a mais importante instituição ligada à assistência, a Santa Casa da Misericórdia, que iremos abordar de seguida.

## **1.2. A Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas**

### **1.2.1. Da sua fundação aos nossos dias**

A Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas foi instituída a 31 de outubro de 1534<sup>45</sup>, numa época em que as misericórdias eram ainda uma recente instituição e que foram crescendo rapidamente em todo o reino e império de Portugal. A origem destas irmandades data de 15 de agosto de 1498, quando a primeira é fundada na Sé de Lisboa pela rainha viúva D. Leonor, então regente do reino devido à ausência em Castela do seu irmão, o rei D. Manuel I<sup>46</sup>. Com o regresso do monarca, este vai ter um papel preponderante na divulgação e expansão destas instituições por todo o reino<sup>47</sup>.

---

<sup>40</sup> Lopes, Leonor Damas (transcrição paleográfica) & Trindade, Margarida Teodora (intr.), *Confrarias Medievais da região de Torres Novas. Os bens e os compromissos*, Torres Novas: Câmara Municipal, 2001, pp. 276-278, 438.

<sup>41</sup> Lopes, Leonor Damas & Trindade, Margarida Teodora, *Confrarias Medievais da região...*, cit., p. 161.

<sup>42</sup> Gonçalves, Artur, *Tôrres Novas: Subsídios para a sua história...*, cit., pp. 253-254.

<sup>43</sup> Castro, João Bautista de, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, Tomo II, parte III e IV, Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, fl. 57.

<sup>44</sup> Gonçalves, Artur, *Mosaico Torrejano...*, cit., pp. 299-300.

<sup>45</sup> Xavier, Ângela Barreto & Paiva, José Pedro (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 4. Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580*, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2005, p. 281.

<sup>46</sup> Sá, Isabel dos Guimarães & Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 24.

<sup>47</sup> Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna guia de estudo e investigação*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 46-47.

Ao longo do reinado de D. Manuel I, o monarca atribuiu às misericórdias vários bens e privilégios, tornando a fundação destas instituições bem-vindas, visto que privilegiava as elites locais. Através da doação de património, estas ficavam com posses suficientes para praticarem as diversas obras de misericórdia a que estavam obrigadas, mas também o monarca ganharia influência social e política. Ao ingressar numa Misericórdia, os irmãos conseguiam adquirir prestígio perante a sociedade e ainda ganhavam privilégios de carácter civil<sup>48</sup>. Assim sendo, as misericórdias transformaram-se nas “confrarias mais poderosas de Portugal ao longo da Idade Moderna”<sup>49</sup>.

Estas instituições eram regidas por um compromisso, um “texto fundacional” que servia de base para a criação e organização de todas as misericórdias, tanto as que foram surgindo pelo reino como as das novas conquistas ultramarinas portuguesas. Algumas elaboravam o seu próprio compromisso, sempre inspirado no de Lisboa, mas muitas adotavam o da capital<sup>50</sup>. Os compromissos apresentam a instituição e nos primeiros elencam-se as obras de misericórdia que os seus membros teriam de cumprir. Ao todo eram catorze obras que estavam divididas em dois tipos, espirituais e corporais, como podemos observar de seguida<sup>51</sup>:

“As sete spirituaaes som as seguintes. a saber.

A primeira he. Ensynar os simprezes.

A segunda he Dar boom conselho a quem o pede.

A terceyra he. Castigar com caridade os que erram.

A quarta he. Consolar os tristes desconsolados

A quinta he. Perdoar a quem nos errou.

A sexta he Sofrer as injurias com paciencia

A septima he rogar a deus pollos viuos e pollos mortos.

E as sete corporaes som as seguintes. a saber.

A primeira he. Remijr catiuos e visitar os presos.

A segunda he. Curar os emfermos.

A terceira he. Cubrir os nuus.

A quarta he. Dar de comer aos famintos.

---

<sup>48</sup> Lopes, Maria Antónia, “A fundação da Misericórdia de Coimbra: condições e circunstâncias” in Lopes, Maria Antónia (coord.), *Livro de todallas liberdades de Sancta Confraria da Misericórdia da cidade de Coimbra. Estudos, fac-simile e transcrição*, Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2016, p. 11.

<sup>49</sup> Sá, Isabel dos Guimarães & Paiva, José Pedro, “As misericórdias: da fundação à União Dinástica” in Isabel dos Guimarães Sá & José Pedro Paiva (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 1. Fazer a História das Misericórdias*, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas/ Universidade Católica, 2002, p. 21.

<sup>50</sup> Sá, Isabel dos Guimarães & Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas ...*, cit., p. 25.

<sup>51</sup> Transcrição das obras de misericórdia no Compromisso da Confraria da Misericórdia “da uilla d aueiro”, 1516 disponível em <https://www.scml.pt/cultura/arquivo-historico/o-compromisso/>.

A quinta he. Dar de beber aos que ham sede.

A sexta he. Dar pousada aos peregrijs [sic] e pobres.

A septima he. Enterrar os finados.”

Numa fase inicial, estas instituições não teriam bens em sua posse, centrando-se apenas em ajudar os mais pobres, principalmente os presos e os envergonhados. Tal como Maria Antónia Lopes refere, as “misericórdias queriam-se pobres para os pobres, vivendo de esmolas e sem propriedade”, permitindo-lhes centrar-se apenas na prática da assistência, não apenas aos membros da irmandade, mas a todas as pessoas que necessitassem<sup>52</sup>. Mais tarde, as misericórdias vão anexar outras instituições de carácter assistencial, como confrarias e hospitais, além de receberem doações de bens por parte do poder régio e de privados. Estas doações, geralmente deixadas em testamentos, tinham como principal objetivo para quem dava o bem da sua alma, ficando as misericórdias responsáveis por orar pelos doadores e fazer o bem em seu nome. Assim, percebe-se “que o sustento de muitos pobres fossem de facto os bens dos mortos”<sup>53</sup>.

Em relação à estrutura administrativa das misericórdias, estas eram administradas por um provedor, a principal autoridade de cada instituição, que teria o auxílio de doze membros, cada um com a sua função: um servia como escrivão, os outros onze como conselheiros, de entre os quais se nomeavam dois mordomos que serviam por mês<sup>54</sup>. Estes membros eram denominados irmãos mesários porque se reuniam em volta de uma mesa, sendo por isso o órgão dirigente intitulado Mesa. Os mandatos tinham a duração de um ano, e era no dia 2 de julho, data em que se comemorava a Visitação de Nossa Senhora à sua prima Isabel, que os irmãos se reuniam na capela da confraria para eleger a nova Mesa da Misericórdia<sup>55</sup>.

Sobre a fundação da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, sabemos que foi instituída no ano de 1534 a pedido dos moradores da vila. Após a receção da carta do rei D. João III a confirmar essa mesma instituição, o rei pediu ainda que o informassem sobre os bens de que necessitavam e sobre as confrarias que pretendiam anexar à misericórdia<sup>56</sup>.

A 1 de julho de 1538, quatro anos após a instituição da misericórdia, D. Jaime de Lencastre, prior das quatro freguesias de Torres Novas, doou à misericórdia a ermida dos Fiéis

---

<sup>52</sup> Lopes, Maria Antónia, “A fundação da Misericórdia de Coimbra...”, cit., p. 14.

<sup>53</sup> Sá, Isabel dos Guimarães & Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas...*, cit., p. 15.

<sup>54</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 71.

<sup>55</sup> Silva, Ana Isabel, “A norma e o desvio: história da evolução dos compromissos das misericórdias portuguesas” in Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: novos estudos*, vol. 10, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2017, p. 45

<sup>56</sup> Consultar nos anexos a figura 1.

de Deus e os seus terrenos anexos. Procedeu-se a obras até ao ano de 1572 (como aparece indicado no cruzeiro do adro), ficando ali fixada a igreja da misericórdia até aos dias de hoje<sup>57</sup>.

Por não terem inicialmente instalações próprias, os irmãos da misericórdia reuniam-se na igreja de Santa Maria de Alcárcova (hoje desaparecida), onde, em 1566, segundo vários autores, se realizou a primeira reunião do definitório e eleição do provedor e mesários, por ordem do rei D. Sebastião<sup>58</sup>. Estão por esclarecer as causas da dilação da primeira eleição da misericórdia, visto que esta terá sido fundada em 1534 e só trinta e dois anos depois é que teria tido o primeiro ato eleitoral. E também se ignora a identidade dos primeiros dirigentes, ao que parece, não eleitos.

Quanto à incorporação de confrarias, apesar do pedido ser de 1534, só no reinado de D. Henrique, em 1578, é que são anexadas várias delas, passando então a misericórdia a possuir património e rendas suficientes para prestar auxílio aos mais pobres. As instituições unidas à misericórdia foram as seguintes:

- Confraria de Jesus (ou dos Lavradores);
- Confraria do Salvador;
- Confraria de Santa Maria do Vale;
- Confraria de Santa Maria dos Anjos;
- Confraria de São Pedro;
- Confraria de São Bento;
- Gafaria<sup>59</sup>.

Como era prática corrente, quando se incorporavam bens e rendimentos também se assumiam os encargos. O melhor exemplo disso e também o que mais nos interessa é o encargo da criação dos enjeitados, que pertenceria à gafaria, e que a 9 de janeiro de 1579 foi entregue à misericórdia pela Câmara, juntamente com todos os bens, rendimentos e obrigações<sup>60</sup>. Assim, e ao contrário da quase totalidade das misericórdias, a Santa Casa de Torres Novas ficou obrigada a assistir os expostos<sup>61</sup>.

---

<sup>57</sup> Gregório, Paulo Renato, *A igreja da Misericórdia de Torres Novas (1572-1700)*, Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2003, pp. 38 e 40.

<sup>58</sup> Gregório, Paulo Renato, *A igreja da misericórdia de Torres Novas...*, cit., p. 38; Gonçalves, Artur, *Tôrres Novas: Subsídios para a sua história...*, cit., pp. 275-276.

<sup>59</sup> Bicho, João Luiz Rodrigues, *Anais da Misericórdia*, Torres Novas: Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, 2017, p. 23.

<sup>60</sup> Gonçalves, Artur, *Tôrres Novas: Subsídios para a sua história...*, p. 254.

<sup>61</sup> O mesmo sucedeu na Misericórdia de Lisboa por ter anexado o Hospital de Todos os Santos, entidade responsável pelo socorro aos expostos.

### 1.2.2. Compromisso e privilégios

Após a fundação da misericórdia de Torres Novas, seria necessário que esta instituição se regesse por um conjunto de estatutos. Tal como grande parte das suas congéneres na época, também se regeu pelo compromisso da misericórdia de Lisboa, a primeira misericórdia instituída em Portugal e que teve compromisso manuscrito logo em 1498. Este mesmo compromisso, impresso e editado ao longo do século XVI<sup>62</sup>, foi reformado, primeiro no reinado de D. Sebastião, e mais tarde no reinado de D. Filipe II em 19 de maio de 1618<sup>63</sup>, tornando-se o mais duradouro, não tendo havido mais nenhum até a misericórdia de Lisboa desaparecer em 1834<sup>64</sup>.

Este compromisso de 1618 é relevante para o estudo em questão, visto que é aquele que irá acompanhar toda a cronologia em estudo. Tal como Ana Isabel Silva refere, irá prosseguir-se com a reforma do tempo de D. Sebastião, reduzindo a espiritualidade e aumentando a burocratização nas misericórdias<sup>65</sup>. Os primeiros capítulos estão reservados aos irmãos da misericórdia, visto que havia cada vez mais corrupção nas eleições da Mesa ou fuga dos irmãos ao desempenho de algumas tarefas<sup>66</sup>. Houve, portanto, necessidade em estabelecer um número máximo de irmãos e até a sua “qualidade”, mas também das suas obrigações e número de vezes que teriam de comparecer na misericórdia. Também foi preciso estabelecer quais os motivos que poderiam levar à expulsão de irmãos, como deveriam decorrer as eleições anuais da Mesa da Misericórdia e ainda as obrigações que cada cargo impunha.

Existe um traslado dos privilégios da misericórdia de Lisboa, que seriam os mesmos em Torres Novas, intitulado *Livro do Privilégio da Misericórdia de Torres Novas*, datado de 1609<sup>67</sup>. Esta fonte manuscrita é um fino livro de capa trabalhada, devido à sua importância para a instituição, devido aos importantes registos que possui para a história da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas. É possível observar as transcrições de alguns destes traslados numa obra de Artur Gonçalves, que num capítulo aborda os privilégios que a Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas teria a partir dos alvarás de privilégios outorgados pelos monarcas<sup>68</sup>. Apresentando os traslados mais relevantes, o primeiro é o da carta de D. João III de 1534, a ordenar a fundação da Misericórdia de Torres Novas. A partir da quinta folha está o “Treslado de certas provisoens de Previlegios que os Reys passados destes Reynos concederão

---

<sup>62</sup> A primeira impressão de 1516 do compromisso está disponível em <https://purl.pt/27090>.

<sup>63</sup> Está disponível online em <https://purl.pt/13349>.

<sup>64</sup> Silva, Ana Isabel, “A norma e o desvio: história da evolução dos compromissos...”, cit., p. 56.

<sup>65</sup> Silva, Ana Isabel, “A norma e o desvio: história da evolução do compromisso...”, cit., pp. 56-57.

<sup>66</sup> Silva, Ana Isabel, “A norma e o desvio: história da evolução do compromisso...”, cit., pp. 80-83.

<sup>67</sup> Consultar nos anexos a figura 2.

<sup>68</sup> Gonçalves, Artur, *Tôrres Novas: Subsídios para a sua história...*, cit., pp. 283-287.

a esta S Casa da Misericórdia de Lixboa e de que tambem gosa esta Santa Casa da Mysericordia da Villa de Torres novas”, começando com a confirmação de D. Sebastião aos alvarás de privilégios de D. Manuel e D. João III, datado de 27 de fevereiro de 1609<sup>69</sup>. As folhas seguintes são idênticas às anteriores, mas desta vez confirmado pelo rei D. João com data de 1711<sup>70</sup>. As restantes folhas apresentam diversos alvarás outorgados pelos seguintes monarcas: D. Filipe II em 1607, D. João V em 1711 entre outros monarcas<sup>71</sup>.

### 1.2.3. O hospital da misericórdia

Sabemos que antes da anexação das confrarias à misericórdia, existiam em Torres Novas pequenos hospitais pertencentes a essas instituições, nomeadamente na confraria de Jesus (ou dos Lavradores), na confraria de S. Pedro e na gafaria. Nos registos dos tombos das igrejas de Torres Novas, já aludido, aparecem menções sucintas a hospitais, como é o exemplo da confraria de Jesus, em que nos é indicado a rua onde estaria, a rua Direita, e ainda a dimensão da casa da hospitaleira que teria de “comprido quatro varas e tres palmos”<sup>72</sup>.

Estes pequenos hospitais foram anexados à misericórdia em 1578 quando se procedeu à incorporação da gafaria e de todas as confrarias da vila. Apesar destas anexações, a misericórdia continuava a carecer de uma instituição hospitalar capaz de acolher e prestar cuidados de saúde aos irmãos e aos mais necessitados, o que iria acontecer em finais desse século, quando se procedeu à construção de um hospital, mesmo junto ao edifício da misericórdia. Este novo hospital, conhecido como Real Hospital da Misericórdia, sob a invocação de Nossa Senhora da Encarnação, foi inaugurado em 1580 e determinou o encerramento dos pequenos hospitais pré-existent<sup>73</sup>.

Não existem muitas fontes sobre o hospital da misericórdia, salvo nos livros de receitas e despesas, onde é possível perceber que ao longo do século XVII foi sofrendo várias obras. Esta unidade hospitalar esteve em funcionamento até ao ano de 1882, data da edificação do novo hospital no extinto convento do Carmo<sup>74</sup>.

---

<sup>69</sup> SCMTN, *Privilégio da Misericórdia de Torres Novas*, REG 350, Torres Novas, fls. 2-14v.

<sup>70</sup> SCMTN, *Privilégio da Misericórdia de Torres Novas*, REG 350, Torres Novas, fls. 15-27.

<sup>71</sup> SCMTN, *Privilégio da Misericórdia de Torres Novas*, REG 350, Torres Novas, fls. 37 e 39.

<sup>72</sup> Lopes, Leonor Damas & Trindade, Margarida Teodora, *Confrarias medievais na região ...*, cit., pp. 318-319.

<sup>73</sup> Gonçalves, Artur, *Tôrres Novas: Subsídios para a sua história...*, cit., p. 302; Gregório, Paulo Renato, *A igreja da Misericórdia ...*, cit., p. 76.

<sup>74</sup> Bicho, João Luiz Rodrigues, *Anais da Misericórdia...*, cit., p. 106.

## Capítulo 2. Os enjeitados em Portugal na Época Moderna

### 2.1. Evolução histórica da assistência aos enjeitados

#### 2.1.1. O que é um enjeitado. Características de um enjeitamento

“ENGEITADO. Recusado. Não admitido”<sup>75</sup> – estes são os principais sinónimos da dita palavra no contexto do tema abordado neste trabalho. Um “menino enjeitado, he o que desamparado de seus pays ... depositado no campo a Deos, e à ventura, cruelmente padece o castigo dos illicitos concabitos de seus pays”<sup>76</sup>. É, portanto, alguém que terá sido abandonado e teria esse cruel destino por diversas razões que iremos abordar mais à frente. Existem vários estudos sobre esta temática na Época Moderna e grande parte deles refere-se a essas crianças como “expostos”, que significa o mesmo que “enjeitado”. Neste trabalho irá dar-se primazia à palavra “enjeitado” por ser assim que tais crianças são referenciadas em todas as fontes.

Quando se aborda a questão dos enjeitados pensa-se automaticamente na “roda”, um mecanismo cilíndrico em madeira implantado no vão de uma parede de uma casa onde se colocava a criança e se rodava, de maneira que entrasse no edifício, permitindo que o enjeitamento decorresse de forma anónima e em melhores condições do que se praticava antes<sup>77</sup>. As rodas foram aparecendo ao longo da Época Moderna em diversos municípios portugueses, mas só a 10 de maio de 1783, com a ordem do Intendente da Polícia, Pina Manique, que a tornou obrigatória, é que a vila de Torres Novas passa a ter uma roda<sup>78</sup>. As rodas (e a admissão livre através desse mecanismo) foram abolidas em Portugal em 1867, reabertas meses depois e encerradas definitivamente ao longo das décadas seguintes, não só em Portugal como na restante Europa<sup>79</sup>.

Nos séculos em estudo não havia, como é óbvio, uma qualidade de vida como existe atualmente e isso interagia diretamente com a esperança de vida, situando-se a duração média de vida entre os 25 e os 38 anos. As crianças eram das mais afetadas, havendo uma grande mortalidade infantil, pois 1/3 das crianças com menos de um ano falecia e apenas metade dos que nasciam chegava aos sete anos<sup>80</sup>. Os enjeitados não escapavam a esse destino fatídico,

---

<sup>75</sup> Bluteau, Padre D. Raphael, *Vocabulario portuguez, e latino, áulico, anatômico, architectonico, bellico...*, Tomo III, Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713, p. 116.

<sup>76</sup> Bluteau, Padre D. Raphael, *Supplemento ao vocabulario portuguez, e latino*, Tomo I, Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727, p. 377.

<sup>77</sup> Silva, Josette, “Expostos ou enjeitados” in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, p. 167.

<sup>78</sup> Bicho, João Luiz Rodrigues, *Anais da Misericórdia ...*, cit., p. 71.

<sup>79</sup> Lopes, Maria Antónia, “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 2, 2002, p. 173.

<sup>80</sup> Rodrigues, Teresa, “Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica” in *População e Prospectiva (Working papers)*, s/l, CEPESE: Centro de estudos da população, economia e sociedade, p. 80.

agravado ainda por diversos motivos. Muitos eram recolhidos já mortos ou não sobreviviam até serem entregues às amas, ou faleciam a cargo destas, quer fosse pela falta de condições higiénicas ou do interesse da própria ama, que, compreensivelmente, via nos enjeitados acima de tudo um rendimento mensal.

“Uma vez abandonadas, estas crianças tinham uma sorte incerta, perdidas num conjunto anónimo de recém-nascidos entregues a amas das periferias. Poucas sobreviviam à primeira infância; menos ainda eram as recuperadas pela sua parentela de sangue. Uma vez mortas, a sua existência individual perder-se-ia no vazio”<sup>81</sup>.

Antes do aparecimento da roda, o processo de enjeitamento de uma criança era perigoso porque podiam ser deixadas em locais isolados, correndo vários riscos como o frio, faltas de condições higiénicas ou até mesmo podendo ser ameaçada por animais. Era mais seguro quando o abandono se fazia em locais públicos, optando-se em geral por portas de casas particulares, de igrejas ou de instituições como hospitais ou misericórdias, permitindo assim que a criança tivesse maiores possibilidades de sobrevivência por serem locais onde rapidamente poderia ser vista e acolhida<sup>82</sup>.

Em relação a quem os enjeitava, que podia ser um dos próprios pais, um familiar/amigo ou até mesmo a parteira, corriam o risco de ser vistos a praticar uma ação que seria punida pela sociedade e, por isso, o enjeitamento era normalmente executado em horários noturnos<sup>83</sup>.

Ao analisar todo o processo de enjeitamento é possível investigar vários elementos, partindo desde logo para os objetivos do quem enjeitava, sendo talvez o principal a sobrevivência da criança, apesar de esta ter sido rejeitada pela sua família. Quais eram os motivos que levavam alguém a enjeitar uma criança, muitas vezes recém-nascida? Para a historiadora Isabel dos Guimarães Sá, grande parte dos enjeitados “provinha de relações sexuais ilícitas, ocasionais ou regulares”, que deixavam a mulher numa má situação, visto que perdia o apoio familiar e seria mal vista pela sociedade se criasse o/a filho/a, sendo que o enjeitamento da criança permitia à mulher manter a sua honra e a da sua família perante a sociedade<sup>84</sup>.

Os enjeitados não eram apenas crianças indesejadas, havendo muitos casos em que vinham de famílias legítimas, que em momentos de crise eram obrigados a enjeitar a criança.

---

<sup>81</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “Segredos de família: os sinais de expostos entre as práticas de identidade e a construção de memória”, in Brandão, Elvira; Oliveira, Maria Helena (coord.), *Os expostos da roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa: Museu de São Roque e Arquivo Histórico/Biblioteca, 2001, p. 9.

<sup>82</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida” in Mattoso, José (dir.), Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida privada em Portugal – A idade moderna*, Lisboa: Temas e debates: Círculo de leitores, 2011, p. 90.

<sup>83</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida”..., cit., p. 90.

<sup>84</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida”..., cit., p. 90.

A pobreza extrema dos pais, que não conseguiam alimentar mais uma boca, levava-os a recorrer ao enjeitamento de um dos seus filhos como uma solução para que a família sobrevivesse<sup>85</sup>. Também a morte ou doença de um dos pais, geralmente das mães, que era quem alimentava as crianças recém-nascidas, fazia com o que pai fosse obrigado a enjeitar a criança ou, como acontece em alguns casos que irão ser analisados mais à frente, a pedir ajuda à misericórdia para a criação do filho<sup>86</sup>.

Uma outra característica importante no estudo dos enjeitados é a análise dos bens que acompanhavam as crianças quando eram enjeitadas. A presença de objetos ou até mesmo a falta destes podem fornecer diversas informações em relação ao carácter social, económico, cultural ou emocional da família da criança. Os objetos mais comuns deixados com as crianças seriam bilhetes. Estes continham curtas mensagens dirigidas à instituição que acolhia a criança e podiam ter diversas informações, nomeadamente se o enjeitado ia ou não batizado, que nome lhe fora dado, o motivo do abandono e a sua origem social. Estes bilhetes, que “transmitiam o que achavam ser mais vantajoso para a criança, desculpando os progenitores”, podiam ser escritos por diversas pessoas, desde logo as parteiras, os familiares ou vizinhos, ou seja, pessoas próximas dos pais da criança e que os apoiassem nesta decisão de enjeitar o/a filho/a<sup>87</sup>.

Havia outros pequenos objetos que também podiam ir junto dos enjeitados, como peças de roupa, medalhas, pulseiras, fitas, amuletos, entre outros, demonstrando assim alguma preocupação com a criança e ainda a condição social e económica da família, dependendo do tipo de roupa e do seu estado. A existência destes artefactos indica ainda uma “preocupação de fornecer identificadores que as pudessem distinguir dos outros expostos”, para que no futuro a família pudesse encontrar a criança mais facilmente para acolhê-los novamente. Muitas famílias acompanhavam o crescimento da respetiva criança, caso pretendessem criá-la mais tarde e usariam o local de enjeitamento e os objetos deixados para encontrar a dita criança<sup>88</sup>.

No caso de não haver roda de enjeitados na localidade, o exposto era recolhido por quem o encontrasse, que o entregava à instituição responsável, a qual, a partir das Ordenações Manuelinas (1521), passou a ser, em cada concelho, a câmara municipal, desde que não

---

<sup>85</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra (1750-1850)*, Vol. I, Viseu: Palimage Editores, 2000, p. 171.

<sup>86</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Vila Viçosa; Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia, 2000, p. 272.

<sup>87</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social ...*, cit., p. 293; Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da misericórdia (1691-1710)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2001, p. 93; Porém, Maria José, *Ler sinais: os sinais dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1790-1870)*, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, 2016, *passim*.

<sup>88</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da misericórdia...*, cit., p. 78; Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida”..., cit., p. 91.

houvesse outro organismo já criado com esse fim específico. E, de facto, houve casos de hospitais medievais cuja função exclusiva era o cuidado dos enjeitados, tema referido adiante. Na Idade Moderna, principalmente nos grandes centros urbanos, as misericórdias vão assumir esta ação de recolher e entregar os enjeitados às amas, tendo o apoio financeiro das câmaras<sup>89</sup>. Tanto as câmaras como as misericórdias tinham de acolher os enjeitados e orientar o seu crescimento, entregando-os a amas, que seriam remuneradas pelo serviço.

Caso houvesse roda de enjeitados na localidade, seria a rodeira, a pessoa que estaria do outro lado da roda, que o acolhia sem que conseguisse ver quem o lá deixou. A rodeira preparava a criança e ia de seguida entregá-la à instituição responsável, onde procediam ao batismo da criança e registavam todos os detalhes do abandono e objetos que vinham com o enjeitado<sup>90</sup>.

A única maneira de saber se o enjeitado estaria já batizado era se houvesse um bilhete a indicá-lo (e, mesmo assim, nem sempre se confiava totalmente). Em caso contrário, eram todos batizados, o que deixava às instituições este importante papel, acarretando com todos os custos. Nesta época o batismo devia ser feito nos primeiros oito dias depois da criança ter nascido<sup>91</sup>, mas, como é natural, quem queria abandonar um filho não podia revelar a sua existência e, por isso, o máximo que faziam na generalidade dos casos, era batizá-los em casa, o que implicava que as instituições de acolhimento tivessem de proceder à finalização da cerimónia na igreja, aquilo a que se chamava “pôr os santos óleos”, o que era obrigatório sempre que as crianças sobrevivessem ao batismo realizado por um/a leigo/a. O batismo era um sacramento imprescindível para a sociedade nesta época porque sem ele ninguém entrava no Paraíso. Assim sendo, deixar morrer uma criança sem batismo era “escandaloso, criminoso, imperdoável” e por isso a primeira preocupação das instituições responsáveis pelos enjeitados era proporcionar-lhes o batismo, tornando-os católicos e garantindo-lhes a salvação eterna se morressem enquanto estivessem aos seus cuidados<sup>92</sup>.

---

<sup>89</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “Abandono de crianças, identidades e lotaria: reflexões em torno de um inventário” in *Inventário da criação dos expostos do Arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, p. XVI.

<sup>90</sup> Morna, Teresa; Brito, Maria Filomena; Manoel; Francisco d’Orey; Colen, Maria Luísa, “O acolhimento de crianças enjeitadas na Misericórdia de Lisboa” in Brandão, Elvira; Oliveira, Maria Helena (coord.), *Os expostos da roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa: Museu de São Roque e Arquivo Histórico/Biblioteca, 2001, p. 11.

<sup>91</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida” ..., cit., p. 74.

<sup>92</sup> Lopes, Maria Antónia, “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX ...”, cit., p. 159; Almeida, Francisca Pires de, “Felizes os que morrem «Anjinhos»: Batismo e morte infantil em Portugal (séculos XVI-XVIII)”, *Erasmus: revista de historia bajomedieval y moderna*, vol. 2, 2015, p. 45; Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida” ..., cit., p. 77.

Tal como já foi referido, após a chegada da criança à instituição responsável por ela, era feito um registo de todas as circunstâncias relacionadas com a criança e o seu abandono e depois era batizada. O registo estaria completo com a entrega à ama, onde eram indicados diversos detalhes acerca desta mulher que a identificavam, assunto analisado no último capítulo.

A entrega das crianças era feita consoante a sua idade: caso a criança fosse recém-nascida, o que sucedia na sua grande maioria, seria entregue a uma ama-de-leite, mulher que conseguia “rentabilizar o seu leite após o desmame ou morte dos filhos” para a alimentar; caso a criança já tivesse ultrapassado o período de amamentação, seria entregue a uma ama que já não precisava de a amamentar, podendo ser chamada ama-seca. Após o período de amamentação, que podia ser entre um ano e dois anos, mediante a localidade, as amas recebiam menos, passando à categoria de amas secas<sup>93</sup>. A entrega da criação dos enjeitados a amas durava até aos sete anos, podendo as crianças viver com várias famílias até alcançarem a dita idade. Depois tinham a obrigação de trabalhar, podendo fazê-lo na mesma família ou noutra, ficando a cargo de um juiz dos órfãos. Este juiz tinha como obrigação encontrar emprego para o enjeitado ou enjeitada e tinha a responsabilidade de o/a acompanhar até aos vinte anos<sup>94</sup>. Apesar de começarem a trabalhar logo aos sete anos, os enjeitados só começavam a ser remunerados pelo seu trabalho a partir dos 12 anos, “pois que até essa idade só lhes he devido o comer, beber, vestir, e calçar”<sup>95</sup>. Fátima Reis especifica que “nesta fase (até aos 14 anos os rapazes e até aos 12 as raparigas, momento em que pela lei orfanológica se completava a tutoria, dando-se-lhes curadores daí por diante até serem maiores), os expostos não recebiam qualquer ordenado ou, em caso afirmativo, seria arbitrário, por se considerar que estavam somente a aprender uma arte”<sup>96</sup>.

---

<sup>93</sup> Lopes, Maria Antónia, “Dar de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede nos compromissos e nas práticas das santas casas da misericórdia (séculos XV-XXI)” in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As sete obras de misericórdia corporais nas santas casas de misericórdia*, Braga: Santa casa da misericórdia de Braga, 2018, p. 101.

<sup>94</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta nacional de investigação científica e tecnológica, 1995, p. 91.

<sup>95</sup> Pinto, António Joaquim de Gouveia, *Exame critico e histórico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga, e moderna, tanto pátria, como subsidiaria, e das nações mais vizinhas, e cultas, relativamente aos expostos, ou enjeitados*, Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1828, p. 276.

<sup>96</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da misericórdia ...*, cit., p. 127.

### 2.1.2. As instituições medievais e a legislação régia sobre os enjeitados

Ao longo da história de Portugal os monarcas portugueses tiveram em mão vários problemas sociais e para tal encontraram soluções para os combater. Um desses grandes problemas, que atualmente chocaria qualquer pessoa, seria o “espectáculo dos cadáveres de crianças que diariamente apareciam nas lixeiras, a boiar nos rios, ou nos lugares ermos”<sup>97</sup>. Assim, tornou-se importante que os monarcas tomassem uma posição para combater isto.

Durante a Idade Média foi encontrada uma solução, a fundação de instituições de cariz assistencial que acolhiam e assistiam não só os mais necessitados como pobres ou doentes, mas também crianças enjeitadas. Algumas destas instituições dedicaram-se exclusivamente ao cuidado e à criação de crianças enjeitadas, sendo a instituição mais antiga o Hospital dos Meninos em Lisboa, fundado por ordem da mulher do rei D. Afonso III, a rainha D. Beatriz. Apesar de se saber que esta instituição foi fundada no século XIII, o ano é incerto, havendo diversas hipóteses<sup>98</sup>. Para que esta instituição pudesse prestar assistência aos enjeitados era necessário que possuísse bens e legados, contribuindo para isso as altas figuras da corte portuguesa, que foram deixando bens em testamento, como a rainha Santa Isabel, que, nas palavras de D. António Caetano de Sousa, deixou “ao hospital dos meninos em Lisboa sem libras”, ou mais tarde o rei D. Dinis, que deixou “trezentas libras ... pera criarem hi meninos enjeitados, e pera lhes manter amas”<sup>99</sup>. Mais tarde, a rainha D. Catarina, mulher de D. João III, renovou e ampliou o Hospital dos Meninos e terá sido nessa mesma época que foi incorporado ao Hospital de Todos os Santos<sup>100</sup>.

Outra instituição relacionada com o cuidado e assistência aos enjeitados foi fundada em 1321, em Santarém, denominada Hospital dos Inocentes. Situado junto à porta de Leiria, foi fundado pela rainha D. Isabel e pelo bispo da Guarda, D. Martinho, que doaram propriedades para o seu sustento<sup>101</sup>. Tinha como principal objetivo o de se dedicar à criação de enjeitados, ficando inicialmente o bispo da Guarda encarregado de o gerir, mas após a sua morte, seria a

---

<sup>97</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida” ..., cit., p. 92.

<sup>98</sup> Antão, Nelson, *A mesa dos enjeitados e a função assistencial da criação dos expostos na Lisboa moderna (1657-1768): estudo orgânico-funcional*, 2ª ed., Lisboa: Edições Santa Casa, 2021, p. 30.

<sup>99</sup> Cit. por Alvim, Maria Helena Vilas Boas e, “Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas”, *Revista de História* – Universidade de Lisboa, Vol. I, 1984, p. 155.

<sup>100</sup> Lopes, Paulo, *A assistência hospitalar na Lisboa medieval, anterior à instituição do Hospital Real de Todos os Santos (séculos XIII-XV)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de ciências sociais e humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015, pp. 29-30.

<sup>101</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A ação social da misericórdia* ..., cit., pp. 68-69; Rodrigues, Martinho Vicente, *A Santa Casa da Misericórdia de Santarém – cinco séculos de história*, Santarém: Santa Casa da Misericórdia de Santarém, 2004, pp. 274-275.

Câmara de Santarém que tinha esta responsabilidade, e, caso não o cumprissem, seria o bispo de Lisboa<sup>102</sup>.

A mesma rainha fundou mais tarde um hospital semelhante em Coimbra, a Real Casa dos Expostos, no ano de 1325, com o propósito de “recolher exclusivamente filhos ilegítimos”<sup>103</sup>.

Nos finais do período medieval, é fundado o Hospital Real de Todos os Santos, que em 1479 obtém a bula *Ex debito sollicitudinis* do Papa Sisto IV, após pedido do ainda príncipe D. João, autorizando a construção deste grande hospital. Esta bula foi necessária para o funcionamento deste grande hospital para que houvesse a transferência de todos os bens e legados das várias pequenas instituições de carácter assistencial – desde albergarias, pequenos hospitais e hospícios –, que existiam em Lisboa, autorização que teve que ser renovada em 1485 pelo Papa Inocêncio VIII, visto que o seu antecessor falecera<sup>104</sup>. A opção pela anexação foi ditada pelo facto de muitas delas terem um débil funcionamento e poucos rendimentos para se sustentarem. Assim, reunidas num só estabelecimento, possibilitou-se uma “assistência hospitalar centralizada e de fácil fiscalização pelo poder central”<sup>105</sup>.

O início da construção daquele que foi o primeiro grande hospital em Portugal começou em 15 de maio de 1492, pelo próprio rei D. João II, quando “colocou a primeira pedra juntamente com algumas moedas”<sup>106</sup>. A construção prolongou-se até aos inícios do século XVI, sendo que a partir de 1504 estariam a funcionar “três enfermarias, uma casa das boubas (sífilis), uma casa dos enjeitados e um albergue”<sup>107</sup>.

O hospital tem o seu regimento em 1504, sendo o primeiro documento régio português onde se encontram normas relativas ao cuidado e criação dos enjeitados. A primeira medida a tomar, mal a criança chegasse ao hospital, era administrar o batismo às que não o teriam, seguindo-se a entrega a uma ama, que teria a criança ao seu cargo durante três anos. No fim desse período, a criança retornava ao hospital, onde continuaria a sua criação até aos sete anos, e a partir dessa idade já poderia trabalhar ou aprender um ofício<sup>108</sup>.

---

<sup>102</sup> Rodrigues, Martinho Vicente, *A Santa Casa da Misericórdia de Santarém ...*, cit., p. 275.

<sup>103</sup> Lopes, Maria Antónia, “Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866): subsídios para o seu estudo”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 21, Coimbra, 1985 p. 125.

<sup>104</sup> Leite, Ana Cristina, “O Hospital Real de Todos os Santos” in Pereira, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos os Santos. Séculos XV a XVIII*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa; Museu da Cidade, 1993, p. 5.

<sup>105</sup> Salgado, Anastásia Mestrinho, “Hospitais de Lisboa até ao século XV”, *Oceanos: A ordem de Sant'Iago*, vol. 4, 1990, p. 106.

<sup>106</sup> Espinheiro, Avelino Fortes, “Hospital Real de Todos-os-Santos” in Santana, Francisco & Sucena, Eduardo (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa: Carlos Quintas, 1994, p. 449.

<sup>107</sup> Leite, Ana Cristina, “O hospital Real de Todos os Santos” ..., cit., p. 6.

<sup>108</sup> Abreu, Laurinda, “As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI” in Araújo, Maria Marta Lobo de, Ferreira, Fátima Moura (orgs.), *A*

Existia uma casa anexa ao grande complexo do Hospital Real de Todos os Santos, intitulada “Criandário” ou casa para crianças enjeitadas. Esta responsabilidade teria altos custos para o hospital, que tentou libertar-se dela, querendo entregá-la à Misericórdia de Lisboa, que terá recusado. A partir de 1564, quando a misericórdia de Lisboa assume a administração do hospital, houve uma tentativa por parte da misericórdia de entregar o encargo da criação dos enjeitados à câmara de Lisboa, pedido que esta recusou, comprometendo-se, porém, a apoiar o hospital com um subsídio<sup>109</sup>.

As fundações e apoios a estes hospitais por parte de diversos monarcas portugueses foram a primeira resposta ao problema da exposição de crianças e da sua grande taxa de mortalidade, questão social que afetava o reino. Mas vai ser ao longo da Época Moderna, quando os abandonos aumentam, que se vai dar uma resposta mais rigorosa a este problema social, através das medidas legislativas tomadas pela Coroa.

Logo nos inícios do século XVI surgem as Ordenações Manuelinas, onde a temática dos enjeitados tem um papel de destaque. O título LXVII do primeiro livro das Ordenações é dedicado exclusivamente ao cargo “Do Juiz dos Orfãos, e cousas que a seu Officio pertencem”, onde estão as primeiras medidas de carácter nacional destinadas às crianças que eram deixadas à sua sorte<sup>110</sup>. É estabelecido que, caso não existisse no município uma albergaria ou um hospital para acolher crianças que não tinham quem as pudesse cuidar, seria o próprio concelho a assumir o cuidado e as despesas. No caso de não possuírem rendas suficientes, tinham a possibilidade de criar uma finta (um imposto) com o objetivo de recolher fundos para custear a criação dos enjeitados<sup>111</sup>.

No parágrafo seguinte, determina-se que quando as crianças fizessem sete anos, o juiz dos órfãos teria que “apreguoaer em fim da sua Audiencia quaesquer orfaões de sua jurisdiçam, que se ajam de dar por soldada, ou a pessoas que se ajam de obrigar de os casar”, entregando-os “aaquellas pessoas que por elles mais derem”, ficando com a responsabilidade de empregar ou casar a dita criança<sup>112</sup>.

---

*infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, p. 31.

<sup>109</sup> Moita, Irisalva, “O Hospital Real de Todos-os-Santos. Enfermarias- Aposentadorias-Serviços” in Pereira, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos os Santos. Séculos XV a XVIII*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa; Museu da Cidade, 1993, pp. 44-45.

<sup>110</sup> *Ordenações Manuelinas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Livro I, Título LXVII, p. 475.

<sup>111</sup> *Ordenações Manuelinas*, cit., Livro I, Título LXVII, Parágrafo 10, p. 482.

<sup>112</sup> *Ordenações Manuelinas*, cit., Livro I, Título LXVII, Parágrafo 11, pp. 482-483.

No século seguinte, em 1603, as Ordenações Filipinas acrescentam um ponto no tema dos enjeitados, dando liberdade aos municípios para que tivessem autonomia de lançar as ditas fintas sem autorização prévia do corregedor da comarca ou de outras instâncias superiores<sup>113</sup>.

Com o apoio e assistência das instituições medievais e com as medidas régias dos séculos XVI e XVII, foi possível prestar um maior cuidado às crianças enjeitadas. Mas este é o panorama geral do reino. Cada município teria as suas próprias condições e especificidades. Os enjeitados no século XVII não estão muito estudado em Portugal, e tendo em conta isso, iremos observar de seguida alguns trabalhos que abordam o tema nessa cronologia.

## 2.2. Os enjeitados no século XVII – estado da arte

Não são muitos os estudos sobre os enjeitados no século XVII e, por isso, iremos expor neste subcapítulo alguns estudos sobre esta temática para ficarmos a conhecer melhor este importante problema de assistência às crianças mais carenciadas na Idade Moderna.

Começamos com a autora Isabel dos Guimarães Sá que no capítulo “Abandono de crianças, ilegitimidades e concepções pré-nupciais em Portugal”<sup>114</sup> apresenta vários estudos e perspetivas sobre o tema, identificando um “total ou parcial desconhecimento das principais problemáticas subjacentes ao estudo do abandono de crianças e da ilegitimidade”, além do facto de alguns trabalhos terem sido publicados em “revistas de fraca difusão”. Estes problemas foram mitigados nas décadas de 80 e 90, quando se começam a realizar nas universidades trabalhos académicos que incluíam a temática das crianças abandonadas.

Na dissertação de mestrado de Laurinda Abreu, intitulada *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755. Aspectos de sociabilidade e poder*<sup>115</sup>, a autora aborda o tema dos enjeitados no segundo capítulo, mais precisamente no subcapítulo “A assistência social praticada pela Santa Casa da Misericórdia de Setúbal”<sup>116</sup>. Começa por afirmar que não se sabe quando é que a misericórdia ficou encarregada da criação dos enjeitados nem quando devolveu essa responsabilidade à câmara de Setúbal. A cronologia em estudo compreende os anos de 1679 a 1718 por ter melhor documentação, em concreto os livros de receitas e despesas da misericórdia, apesar de haver fontes desde o século XVI, onde é possível saber que a

---

<sup>113</sup> *Ordenações Filipinas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, Livro I, Título LXVI, Parágrafo 41, p. 151.

<sup>114</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “Abandono de crianças, ilegitimidades e concepções pré-nupciais em Portugal” in Moreda, Vicente Pérez (coord.), *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Do século XVI ao presente* (Actas do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica), vol. 3, Porto: Edições Afrontamento, 1996, pp. 37-58.

<sup>115</sup> Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.

<sup>116</sup> Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755 ...*, cit., pp. 77-88.

misericórdia tinha dificuldades financeiras com o encargo dos enjeitados e que havia falta de pagamentos ou atrasos da câmara à misericórdia.

Apresenta depois as queixas feitas em 1611 contra os vereadores da câmara, que usavam grande parte do dinheiro para melhoramentos na vila, restando pouco para os enjeitados. A questão obrigou a intervenção régia, mas a dificuldade manteve-se, pois sabe-se que mais tarde os pagamentos às amas estavam em atraso. Outro problema que afetava diretamente a criação dos enjeitados era um conflito interno que havia na misericórdia. Em 1655 foi solucionado com a criação de uma confraria, interna à misericórdia, para tratar dos enjeitados, ideia essa que resultou durante dez anos.

A partir daqui a autora entra na cronologia para a qual dispõe de documentação mais abundante, entre 1679 e 1718, informando que em 32 anos compreendidos nesse período entraram na roda 2.219 crianças enjeitadas. Debruça-se sobre as crianças que regressaram às suas famílias, quer fosse pela via do rapto ou por deliberação da misericórdia, que a partir do momento em que desconfiava de que as amas criassem os próprios filhos, obtendo assim um rendimento extra, suspendia os pagamentos.

A autora debruça-se ainda sobre os períodos com maior número de entradas de enjeitados na roda da misericórdia, detetando, num desses períodos, entre 1693 e 1709, um grande crescimento, apontando os dois possíveis motivos para tal. O primeiro centra-se no aumento do preço dos cereais, que começa em finais do século XVII e vai até aos inícios do século seguinte; o segundo prende-se com o possível crescimento populacional em Setúbal, visível nos registos de batismo, conseguindo constatar que o aumento do número de enjeitados seguiu a progressão dos nascimentos.

As taxas de mortalidade dos enjeitados também são apresentadas, inicialmente indicando a percentagem dos que viveram mais de sete anos e a percentagem dos falecidos logo no primeiro mês, depois a proporção de óbitos por género, havendo um maior número de mortes no sexo masculino. Indica depois os anos em que houve um maior ano de óbitos, sendo esse o de 1701/02, que é também o ano que houve mais enjeitados a entrar na roda já defuntos. Por fim, a autora indica a sazonalidade dos abandonos e de óbitos. Abandonava-se mais em janeiro, maio e março, sendo os meses de junho, outubro e dezembro aqueles em que houve um maior número de óbitos.

Outra historiadora que trabalhou a temática dos enjeitados, dedicando-lhe inteiramente a sua dissertação de mestrado, em 1989, foi Maria de Fátima Reis, sendo depois a obra

publicada em livro – *Os expostos em Santarém. A acção social da misericórdia (1691-1710)*<sup>117</sup>. Apesar de só trabalhar duas décadas, tem para nós uma grande importância não só por terminar na mesma cronologia, mas também pela proximidade geográfica entre Santarém e Torres Novas. De realçar ainda que muitos trabalhos sobre enjeitados do século XVII tratam a região norte do país, por isso é importante destacar os que abordam zonas mais próximas a Torres Novas.

No segundo ponto do segundo capítulo (“Rejeição da criança (in)desejada”), a autora começa por apresentar como era feito o registo individual dos enjeitados quando estes chegavam à misericórdia a partir da roda. O facto de haver roda nesta localidade permite saber qual o horário mais comum de abandonos, que seria durante o período noturno. Antes de apresentar o número total de enjeitados no período em estudo, Maria de Fátima Reis explicita a questão da roda e o seu benefício para a proteção das crianças abandonadas.

Apresentam-se neste trabalho todos os detalhes sobre o vestuário das crianças, se vinham ou não vestidas, qual o estado de uso, o número total de expostos que tinham certas peças de roupa, de que materiais eram e, ainda, que objetos acompanhavam certas crianças. Entra-se depois num outro tema idêntico ao anterior: os escritos/bilhetes que eram deixados com os enjeitados, explicitando-se as informações que continham e separando-os por tipologia. A partir daqui, Maria de Fátima Reis debruça-se sobre os batismos.

A autora volta aos bilhetes para referir aqueles que tinham a indicação de que a família iria buscar as crianças e pagar as criações à misericórdia, revelando os seus números e apresentando ainda um exemplo. Antes de apresentar os motivos que levariam uma família a enjeitar uma criança, ainda que fosse de forma temporária, apresenta as informações secundárias que os bilhetes por vezes tinham, o que permite conhecer alguns dados curiosos sobre o enjeitamento em Santarém. Ainda no tema dos bilhetes, aborda a questão dos abandonos temporários, mencionando os motivos e a razão de os abandonos serem também de crianças de filiação legítima.

Seguem-se as idades das crianças quando eram enjeitadas, interligando o facto de os abandonos de recém-nascidos estarem relacionados com a ilegitimidade, acabando por definir duas qualidades de abandonos, o premeditado e o forçado, o que explica que nem todas as crianças abandonadas fossem ilegítimas. Prossegue para o género dos enjeitados e a análise dos ritmos anuais de ingressos, detetando duas fases que compara com outras localidades, nomeadamente Porto, Lisboa e até Sevilha. Para explicar a oscilação das entradas na

---

<sup>117</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da misericórdia ...*, cit.

misericórdia com as crises económicas, serve-se dos preços do trigo. Não omite, também, a relação dos abandonos com a dimensão e crises demográficas da vila e o facto de não ser só a miséria que explica os abandonos. O destino dos enjeitados e as amas completam o estudo.

Devemos também referir a dissertação de mestrado de Teodoro Afonso da Fonte, apresentada em 1995 à Universidade do Minho e publicada em livro no ano seguinte, sob o título *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*<sup>118</sup>. O autor utilizou dois tipos de fontes, os registos municipais, que indicam o número total de enjeitados que entraram no concelho, e os registos paroquiais, onde se encontram as crianças enjeitadas que foram batizadas na vila. Interessa-nos sobretudo a parte inicial da cronologia deste estudo.

Com análises quantitativas e qualitativas, o autor apresenta diversas características dos expostos, desde a proveniência geográfica, os locais de abandono e as formas de abandono, passando à análise dos enxovais e das mensagens, mas só indica um exemplo de bilhete escrito na cronologia que nos interessa. Prossegue para a questão do sexo dos enjeitados, para saber se havia algum tipo de discriminação de género. A sazonalidade dos abandonos é outro assunto que o autor aborda, sendo os meses de abril, agosto e outubro os de maior abandono. As justificações apresentadas prendem-se com os indicadores económicos da evolução de preços dos cereais e com indicadores demográficos. As doenças e a mortalidade dos expostos são também abordadas, mas só apresenta dados para os finais de seiscentos e centúrias seguintes, tal como nos restantes pontos sobre os expostos sobreviventes, em que o século XVII está omissa.

---

<sup>118</sup> Fonte, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Viana do Castelo: Câmara Municipal de Ponte de Lima; Centro de Estudos Regionais, 1996. Este autor fez ainda a sua tese de doutoramento sobre o mesmo tema, mas abordou uma cronologia posterior, não chegando a apresentar dados do século XVII – Fonte, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2004.

## Capítulo 3. Os enjeitados em Torres Novas (1610-1710)

### 3.1. Contextualização dos enjeitados e das fontes manuscritas

Como já foi referido anteriormente, a Misericórdia de Torres Novas ficou responsável pela criação dos enjeitados quando absorveu em 1579 os bens e rendimentos da gafaria existente na vila. Esta informação é-nos apresentada por Artur Gonçalves que indica como referência um documento da Torre do Tombo<sup>119</sup>. Contudo, apesar de sabermos a data de início deste encargo por parte da misericórdia, só existem fontes manuscritas produzidas pela Santa Casa a partir do ano de 1610, ano inicial da nossa cronologia.

A gafaria foi fundada em 1332 e não se sabe quando e por que razão assumiu a responsabilidade de cuidar dos enjeitados<sup>120</sup>. Segundo Iria Gonçalves, a gafaria era uma instituição administrada pelo concelho, que nomeava um provedor para gerir todas as rendas. O seu edifício, “uma casa pequena, medindo sete por quatro côvados”, situava-se perto da Ermida de Santo André<sup>121</sup>.

Para prestar assistência aos mais necessitados a gafaria teria de ter os seus próprios rendimentos. A partir de algumas fontes manuscritas, presentes no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, conseguimos ter uma ideia dos seus rendimentos antes de pertencerem à misericórdia. A fonte mais importante é o tomo das confrarias, datado de 1674, “tirado do próprio de purgaminho, que mandou fazer El Rey D. Manoel”<sup>122</sup>, monarca que tinha como principal objetivo proceder a uma reforma hospitalar no reino, e, para isso, quis saber sobre que propriedades e foros as confrarias da vila de Torres Novas possuíam, incluindo a da gafaria. Este documento permite perceber que as propriedades da gafaria eram maioritariamente terrenos agrícolas, como olivais ou vinhas, mas que também possuía casas, quintais ou pedaços de terra<sup>123</sup>.

Os outros documentos úteis também são tombos: o “de Poderozos” de 1655, onde estão os registos monetários da “Confraria da guafaria, e pessoas que lhe paguam penção”<sup>124</sup>; e dois

---

<sup>119</sup> Gonçalves, Artur, *Tôrres Novas: Subsídios para a sua história* ..., cit., p. 254. Atualmente não terá a mesma referência, pois não foi possível localizar o documento referido com a cota ANTT, Provedoria de Tomar, Maço 1578, nº 13.

<sup>120</sup> Gonçalves, Iria, “Formas medievais de assistência num meio rural estremenho” ..., cit., pp. 450, 453; Aniceto, Maria Emília, Pereira, Fernando Jasmíns, “Assistência na Idade Média” in Andrade, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de história da Igreja em Portugal*, vol. I, Lisboa: Editorial Resistência, 1980, p. 659.

<sup>121</sup> Gonçalves, Iria, “Formas medievais de assistência num meio rural estremenho” ..., cit., pp. 452-453.

<sup>122</sup> ASCMTN, *Tombo e declarações (1674)*, TB 301, Torres Novas, folha de rosto.

<sup>123</sup> ASCMTN, *Tombo e declarações (1674)*, TB 301, Torres Novas, fls. 376-412v.

<sup>124</sup> ASCMTN, *Tombo de Poderozos (1655)*, TB 300, Torres Novas, fls. 5v (índice), 176-197.

tombos, que apresentam os “nomes dos foreyros da Confraria da Gafaria”<sup>125</sup>. Estes últimos foram aproveitados ao longo do tempo pelos escrivães da Santa Casa, como é possível notar nas capas dos mesmos, onde estão registados os nomes dos escrivães com o respetivo ano em que cada um fez uso do manuscrito. Embora esta instituição fosse incorporada na Misericórdia de Torres Novas nos finais do século XVI, note-se que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a Santa Casa procedia aos registos contabilísticos de cada confraria que tinha incorporado, o que indica que mantiveram a sua individualidade enquanto repartições com receitas e despesas próprias dentro da grande irmandade que as anexara.

Seguindo para as fontes manuscritas que foram analisadas, começemos por indicar que todas pertencem ao Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, mas estão guardadas no Arquivo Municipal. As principais fontes para esta investigação consistem em livros de receitas e despesas que eram organizados, como sempre em todas as misericórdias, pelos anos correspondentes aos mandatos da estrutura administrativa das misericórdias, iniciados a 2 de julho, tal como indicámos no primeiro capítulo. O mais antigo que se conserva é o do ano que começou no “dia da Vizitação de 1610 e há de acabar pelo outro tal dya de 1611”<sup>126</sup>.

Com a análise das várias fontes foram detetados alguns problemas. O facto de serem fontes com produção anual e de se investigarem cem anos faz com que corramos o risco de existirem livros em falta, o que, de facto, se verifica, pois para a cronologia em estudo existem no total sessenta e seis livros de receitas e despesas<sup>127</sup>. O estado muito deplorável de alguns livros (impedindo até, por vezes, separar as folhas) também dificultou a sua consulta<sup>128</sup>. Por fim, o facto de terem sido vários escrivães a fazer os registos ao longo dos anos, faz como que haja dados distintos ao longo da cronologia. Se no início do século XVII os escrivães eram poucos em informações, para o final do século e início de setecentos os registos têm muitos mais detalhes em várias particularidades, tanto ao nível da chegada da criança, das circunstâncias em que foi encontrada, da ama a quem se entregou e de outros aspetos que iremos observar mais à frente.

---

<sup>125</sup> ASCMTN, *Declarações de Cabanas (1695) e Aguilar (1706) e Peixoto (1778 e 1791)*, TB 302, Torres Novas, fls. 176-195; ASCMTN, *Declarações de Arez (1698) e Peixoto (1717)*. *Revista de 1795*, TB 303, Torres Novas, fls. 179v-199.

<sup>126</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1610-11)*, RD 1, Torres Novas, folha de rosto.

<sup>127</sup> Os livros de receitas e despesas inexistentes são dos seguintes anos: 1611/12, 1615/16, 1618/19, 1620/21, 1623/24, 1625/26, 1627/28, 1631/32, 1632/33, 1633/34, 1634/35, 1636/37, 1648/49, 1650/51, 1651/52, 1652/53, 1653/54, 1654/55, 1658/59, 1659/60, 1662/63, 1667/68, 1671/72, 1681/82, 1682/83, 1684/85, 1685/86, 1686/87, 1687/88, 1689/90, 1691/92, 1693/94, 1697/98, 1698/99, 1703/1704. Além desses, encontra-se catalogado um outro: *Livro de Receitas e Despesas (1699-1700)*, RD 52A, mas está desaparecido.

<sup>128</sup> Consultar nos anexos a figura 3.

Para uma análise mais adequada dos dados recolhidos das fontes manuscritas ao longo de cem anos (e conseqüente partilha de informações) iremos apresentá-los por décadas, comparando os dados entre elas a partir da média obtida. Contudo, as informações recolhidas não espelham a realidade por haver um elevado número de livros de receitas e despesas desaparecidos, tal como já foi referido anteriormente, o que nos deixa com várias lacunas em algumas décadas.

Entrando na análise das fontes de forma genérica, começamos por assinalar que em cada livro de receitas e despesas da Misericórdia havia um capítulo específico para os gastos que fazia com os enjeitados. Em alguns deles estão indicadas informações específicas sobre os pagamentos às amas e a respetiva criação, que iremos analisar no capítulo seguinte, dedicado às amas.

Para a investigação deste capítulo os dados mais importantes sobre os enjeitados recaem em aspetos como: o nome da criança, a data de chegada à misericórdia, o local onde foi exposto, como foi conduzido à misericórdia, se ia batizado e, caso não o fosse, a data e o local do batismo e identificação do padrinho e madrinha, se estaria acompanhado de bens ou de um bilhete, a idade que teria e por fim o seu futuro, se sobreviveu a toda a criação ou se faleceu e a respetiva data.

Mas como já foi referido, nem todos os escriturais apontavam os mesmos dados, por não os terem ou por não acharem relevantes. Por essa razão, no início da cronologia em estudo existe um grande défice de informações, facto que se foi alterando com o avançar das décadas. Principalmente na primeira década, os registos focavam-se nas amas que estariam ao serviço da Santa Casa, indicando apenas a data e o valor do pagamento, e por vezes algumas informações sobre essas mulheres (o local onde moravam ou o nome do marido). Sobre os enjeitados pouco indicavam, aparecendo por vezes apenas o nome da criança.

Já a estrutura dos assentamentos não difere ao longo de toda a cronologia. Ao longo do centro da folha fazia-se o registo da entrada do exposto, enquanto as quantidades pagas às amas eram apontadas na lateral direita de cada assento, talvez para tornar mais fácil a contagem final do azeite, trigo e dinheiro que eram pagos às amas. Na lateral esquerda eram registados os nomes dos enjeitados ou o mês do pagamento, além de outras informações que pudessem surgir, como a morte ou a troca de amas. Refira-se ainda um apontamento que surge algumas vezes, a indicação de um nome masculino seguido do mês, que seria o nome do irmão encarregado da assistência aos enjeitados naquele mês, possivelmente chamado mordomo como era prática nas misericórdias e em outras confrarias.

Estes irmãos teriam um importante papel na assistência aos enjeitados, a responsabilidade de entregar os pagamentos às amas, que neste caso seria tirar o azeite “do almasem” e o trigo “do sileiro”<sup>129</sup>. Este tipo de apontamento só aparece na primeira década em estudo: entre os meses de novembro e junho do livro de receitas e despesas de 1610/11<sup>130</sup> e nos meses de julho e agosto do livro de receitas e despesas de 1614/15<sup>131</sup>. O primeiro caso indica o nome de “Pedro Fernandez”, aparecendo no mês seguinte o irmão “Baltasar Correa Girrão”, o que confirma que esta seria uma responsabilidade de duração mensal tal como os mordomos teriam, alternando entre os vários irmãos da misericórdia. Estes homens aparecem ainda em alguns registos como padrinhos de crianças enjeitadas, mas o primeiro caso em que está especificado o “irmão do mês” data de 28 de julho de 1649, quando a enjeitada Ana foi batizada na igreja de S. Pedro no primeiro dia de agosto do mesmo ano, sendo o “seu padrinho o irmão do mês, José Fernandes”<sup>132</sup>.

Dispomos também de outras fontes, os livros de termos de deliberações da Mesa, onde é possível encontrar informações sobre alguns enjeitados, como iremos observar. Foram analisados apenas dois que correspondem à cronologia em estudo: o primeiro é o *Livro de termos* (1666-1707), registando-se na capa ser o número um e que contém alguns casos de enjeitados; o segundo corresponde aos anos 1707-1749, o qual, apesar de conter registos posteriores à nossa cronologia, indica-nos o destino de alguns enjeitados que foram expostos antes de 1710<sup>133</sup>. Como não existem livros anteriores a estes, é possível que só a partir de 1666 a Santa Casa tenha decidido registar as suas deliberações num exemplar à parte.

Essas informações sobre os expostos são preciosas porque consistem na entrega de enjeitados quando estes ultrapassavam os sete anos, ou seja, quando terminavam a criação, deixando as amas de receber o respetivo ordenado. A partir daqui a criança ficaria sob a tutela do juiz de órfãos, que teria a responsabilidade de arranjar quem cuidasse dela. Até aos doze anos podia contar apenas com “o comer, beber, vestir, e calçar”, e só a partir dessa idade é que começava a receber, tendo o juiz de órfãos a controlar isso<sup>134</sup>.

Sobre o futuro dos enjeitados, e apesar de esta ser uma responsabilidade do juiz de órfãos, a Santa Casa de Torres Novas dava-se ao trabalho de encontrar pessoas pudessem

---

<sup>129</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1610-11)*, RD 1, Torres Novas, fls. 129-129v.

<sup>130</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1610-11)*, RD 1, Torres Novas, fls. 132-134.

<sup>131</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1614-15)*, RD 4, Torres Novas, fls. 160-161.

<sup>132</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1649-50)*, RD 25, Torres Novas, fls. 79v-80.

<sup>133</sup> ASCMTN, *Livro de Termos (1666-1707)*, TM 310, Torres Novas; ASCMTN, *Livro de Termos (1707-1749)*, TM 311, Torres Novas.

<sup>134</sup> Pinto, António Joaquim, *Compilação das Providencias, que a bem da criação, e educação dos expostos ou enjeitados se tem publicado, e achão espalhadas em diferentes artigos de legislação pátria*, Lisboa: Impressão Regia, 1820, p. 42. (ou §4 do Alvará de 31 de Janeiro de 1775)

continuar a criação destas crianças. No livro de receitas e despesas de 1688-89 é indicado que ao fim dos sete anos de criação, quando os enjeitados se despedem da Misericórdia, esta os costumava “acomodar e dar a pessoas que os tratem bem”, detalhando ainda que entregavam “as femeas por Cazamento e aos machos para os porem a Officio”<sup>135</sup>. Ou seja, a Santa Casa preocupava-se com o futuro destas crianças, obrigando quem as recebia a comprometer-se a tratar do casamento das raparigas (como veremos) e a ensinar um ofício aos rapazes – o que não parece ter sido prática usual nem das câmaras municipais nem de outras misericórdias.

### **3.2. Análise geral dos enjeitados**

Entramos agora no subcapítulo de análise geral das fontes investigadas, que será apresentada por décadas, tal como foi explicitado. Começamos pelo número de enjeitados que deu entrada na Santa Casa ao longo do século XVII e início do século XVIII. A partir destes números, passamos para as várias informações que surgem nos registos relacionadas diretamente com as crianças. Depois dessa análise geral, passaremos a observar alguns registos específicos que, por terem características mais interessantes ou por serem peculiares, merecem uma particular atenção.

Por fim, iremos referir-nos às crianças de pais conhecidos que estiveram a cargo da Santa Casa, que os admitia como se fossem enjeitados. Neste trabalho iremos separar estas crianças, que ainda são em número considerável, por terem sido acolhidas por razões diferentes e por se saber quem eram os seus progenitores.

#### 3.2.1. Entradas de enjeitados na Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas

Após a análise e recolha de dados, chegámos à conclusão de que ao longo desta cronologia deram entrada nesta misericórdia 247 crianças. Se compararmos este número com os de enjeitados que deram entrada na Santa Casa da Misericórdia de Santarém entre 1691 e 1710, o mais próximo a nível geográfico que até hoje está estudado, notamos uma grande diferença. Enquanto em Santarém os números chegam às 559 crianças durante duas décadas<sup>136</sup>, em Torres Novas os números ficam-se pelas 247 crianças em dez décadas. Ambas as localidades pertencem atualmente ao distrito de Santarém e não ficam muito longe uma da outra, ou seja, teriam realidades mais próximas na época moderna. A cidade de Santarém, que era uma das mais importantes do reino, tinha na época uma roda de enjeitados, o que podia

---

<sup>135</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1688-89)*, RD 47, Torres Novas, fl. 86.

<sup>136</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia...*, cit., p. 91.

privilegiar um maior número de casos, mas também a grande dimensão populacional se torna um fator importante na afluência de expostos.

Comparando ainda com os números totais de enjeitados que deram entrada na Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, nos finais do século XVII e inícios do século seguinte, vemos uma ainda maior discrepância, existindo dados de 2.219 enjeitados entre 1679 e 1718<sup>137</sup>. Este valor ultrapassa muito o que se obteve nesta investigação, mas também as realidades na época de ambas as localidades diferem, começando desde logo com a dimensão populacional<sup>138</sup>.

Antes de entrarmos na análise dos dados recolhidos, lembre-se que nem todas as décadas têm as fontes completas, o que impossibilita uma aproximação aos números reais de Torres Novas, sem dúvida superiores aos que se registam nesta dissertação. Existe ainda um outro fator de carácter negativo na análise das fontes: a presença de 73 registos de enjeitados que serviam para dar a conhecer os pagamentos que eram realizados às amas. Estes registos não indicam elementos que procuramos nesta investigação específica sobre os enjeitados, como o nome, o sexo, a data de chegada, o batismo ou se trazia consigo algum pertence<sup>139</sup>. A única exceção surge na década de 1621-30, em que aparecem em três registos informações sobre o local em que foram abandonados<sup>140</sup>. Como são muito escassos os dados sobre estes enjeitados não é possível enquadrá-los nos restantes e por isso não serão incluídos na apresentação das informações gerais que iremos mostrar de seguida.

---

<sup>137</sup> Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755...*, cit., p. 82.

<sup>138</sup> Tal como já foi abordado no capítulo 1, em 1724 a vila de Torres Novas teria à volta de 947 fogos, enquanto para esse mesmo período Setúbal teria uns 2.900 vizinhos. Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755...*, cit., p. 17.

<sup>139</sup> Como exemplo, apresentamos o caso de Maria, enjeitada que estaria ao cuidado de “a gerra”. Neste registo está ainda apontado o pagamento do mês de setembro à ama e os seus detalhes. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1610-11)*, RD 1, Torres Novas, fl. 130v.

<sup>140</sup> Os locais em questão são a Ermida de Nossa Senhora do Vale, a porta do hospital da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas e a localidade de Lapas.

Com isto em mente e entrando na análise dos dados quantitativos, a média de enjeitados que chegou à Santa Casa por década é de cerca de 24. A primeira metade da cronologia em estudo apresenta os valores mais baixos, iniciando-se a série com um número reduzido de crianças abandonadas. De facto, segundo as informações documentais, na primeira década ingressaram apenas 3,2% dos enjeitados e nesse período os registos que encontramos são muito incompletos.

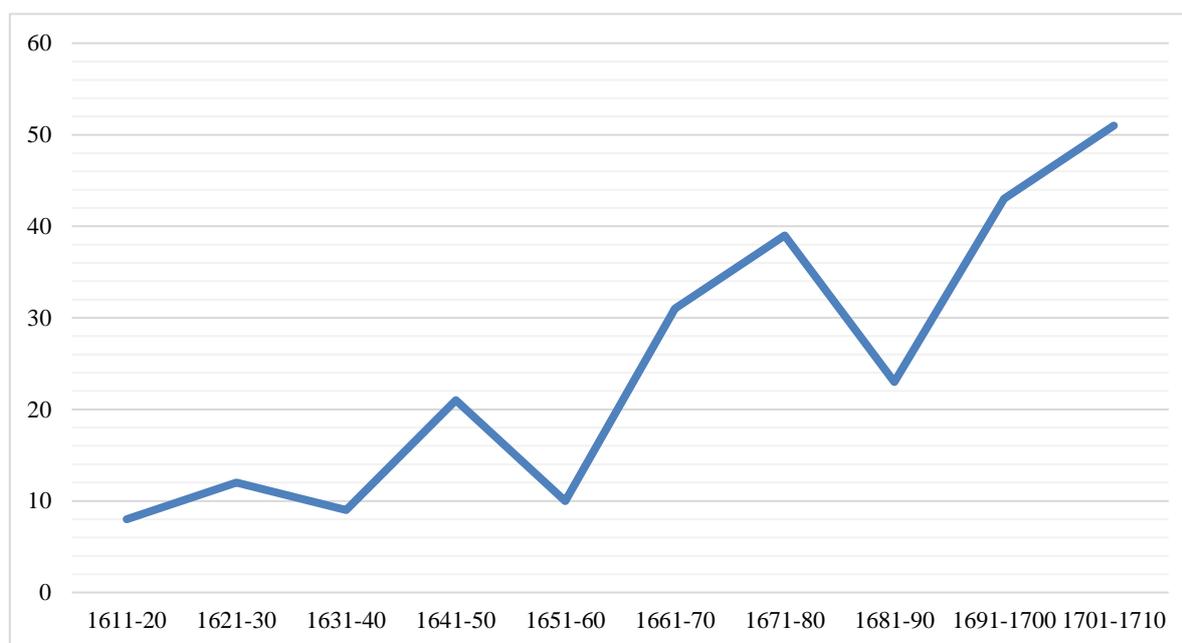


Gráfico 1 - Número de enjeitados que entraram na Santa Casa

Com o auxílio do gráfico conseguimos perceber que os decénios seguintes não apresentam números muito superiores, pois as décadas de 1631-40 e de 1651-60 representam cada uma apenas 5% do total de enjeitados a entrar na Santa Casa. Os cortes cronológicos restantes apresentam valores em ascensão, começando com a década de 1621-30, que representa 5% de enjeitados, passando para números maiores, como em 1641-50, em que deram entrada na Santa Casa vinte e um enjeitados (8%).

Já na segunda metade da cronologia em estudo, observamos que os números vão subindo logo a partir de 1661-70, ultrapassando os trinta enjeitados (13%). As décadas seguintes contam também com um aumento do número de entradas de enjeitados, com exceção de 1681-90, em que os casos apenas chegam aos vinte e três enjeitados (9%). As últimas duas décadas representam a grande fatia de 38% do total de enjeitados que deram entrada na Santa Casa ao longo do século em estudo, com destaque para a última, que chega a ultrapassar a meia centena (21%).

Partindo para uma análise mais geral das entradas de enjeitados na Santa Casa, conseguimos dividir a cronologia em estudo em dois períodos: o primeiro vai até 1660 e conta com valores muito baixos em oposição às restantes décadas, que pertencem ao segundo período, quando os números chegam aos 76% do total de entradas de enjeitados.

Resta apresentar os possíveis motivos que justifiquem tal variação. Em primeiro lugar voltamos a referir que não contamos com todas as fontes devido à sua inexistência, e isso interfere com os números finais. Esta pode ser ainda uma razão para justificar os números muito baixos em algumas décadas, e para isso apresentamos dois exemplos: o primeiro centra-se nos decénios de 1651-60 e 1681-90, em que faltam sete livros de receitas e despesas em cada um deles. O segundo exemplo foca-se nas décadas de 1631-40 e 1691-1700, que contam com um número também reduzido de fontes, ambas com apenas cinco livros de receitas e despesas. Mas ao comparar as décadas de cada exemplo percebemos que, apesar de ambas terem o mesmo número de fontes, existe uma grande diferença de números de enjeitados. Na década de 1651-60 deram entrada apenas dez enjeitados, enquanto no decénio de 1681-90 esse número aumentou para mais do dobro. O mesmo acontece no segundo exemplo, onde na primeira década entraram nove enjeitados e na seguinte, de 1691-1700, entraram quarenta e três, existindo uma diferença de trinta e quatro enjeitados entre os dois períodos, apesar de ambas terem o mesmo número de fontes.

Isto leva-nos a outro ponto: houve uma evolução do número de enjeitados ao longo do século em estudo? Com o auxílio do gráfico abaixo apresentado, as décadas que “falham” a linha em ascensão são aquelas que apresentam maiores lacunas documentais (1631-40, 1651-60 e 1681-90). Não é, portanto, descabido afirmar que houve um contínuo e acentuado crescimento de entradas de enjeitados ao longo da cronologia em estudo.

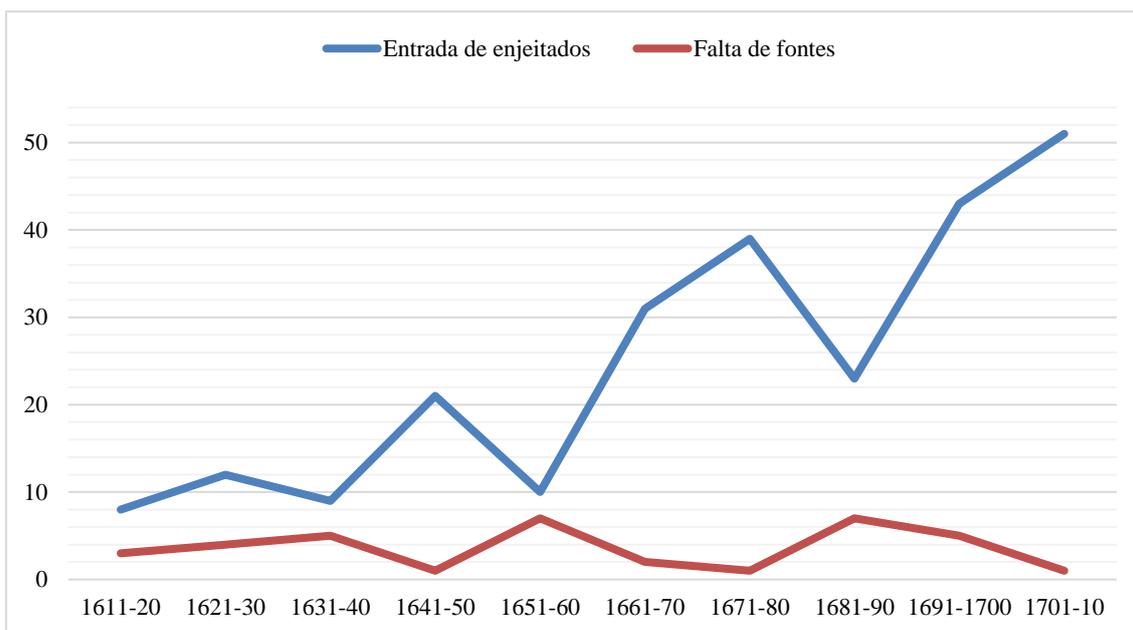


Gráfico 2 - Comparação da entrada de enjeitados com a ausência de fontes

Mas quais são os motivos desta evolução? Não conseguimos ter respostas concretas, apenas podemos pressupor alguns motivos. Terá sido o crescimento demográfico da vila de Torres Novas, como já analisamos no primeiro capítulo, ou a maior consciência sobre os cuidados que as crianças tinham de ter, tema abordado no segundo capítulo, que levaram a um maior número de enjeitados?

Conseguimos ter noção que nas primeiras décadas em estudo os números são muito inferiores aos que se registam no final da cronologia, talvez por ter sido os primeiros tempos em que a Santa Casa tinha a seu cargo a assistência aos enjeitados. Como já foi referido, este encargo passou para a Santa Casa em 1580, o que pode indicar que esta instituição teve dificuldades nas primeiras décadas em assistir estas crianças ou até mesmo ter havido um desconhecimento por parte da população do termo de Torres Novas sobre esta forma de assistência.

Ao inverso, são as últimas décadas as que têm um maior número de enjeitados a chegar à Santa Casa. Poderão estes dados indicar uma maior pobreza na sociedade torrejana em finais do século XVII e inícios do século seguinte? Haveria um maior número de relacionamentos ilícitos? Ou a mentalidade da sociedade seria mais aberta em relação ao enjeitamento de uma criança, tornando-se uma prática normal para a sociedade torrejana? O facto é que os números subiram nas últimas duas décadas, ultrapassando mais de metade do número total de enjeitados a serem assistidos pela Santa Casa.

Se compararmos com os dados de Setúbal, verificamos que também houve uma “subida abrupta” entre 1692 e 1709 no número de entrada de enjeitados<sup>141</sup>, o que acontece também na vila de Torres Novas. Já em Santarém, localidade mais próxima, estas duas décadas apresentam grandes oscilações, com o primeiro decénio com alguns anos de baixos números e o segundo com uma sequência crescente que se manteve com uma “certa uniformidade”<sup>142</sup>. Assim, embora com graus variáveis, o aumento do abandono de crianças que se verificou em Torres Novas nessas duas décadas é comum a outros concelhos já estudados.

### 3.2.2. Sazonalidade dos abandonos

Através da análise das fontes é possível perceber o ritmo mensal dos abandonos. Para tal, reuniu-se toda a informação existente sobre os meses em que estas crianças chegaram à Santa Casa a partir dos registos da sua chegada. De notar que apenas em três casos não se conseguiu identificar o mês em que os enjeitados deram entrada na Santa Casa: um deles pelo mau estado da folha, que impossibilita a visualização do mês<sup>143</sup>, outro caso simplesmente não indica o mês talvez porque já tenha chegado defunto, pois o escrivão apontou apenas onde foi encontrado e o género da criança<sup>144</sup>, e no último caso identifica-se a ama e o seu pagamento, o nome do enjeitado e em nota lateral indica “morto”, sem nenhuma informação sobre a sua chegada<sup>145</sup>.

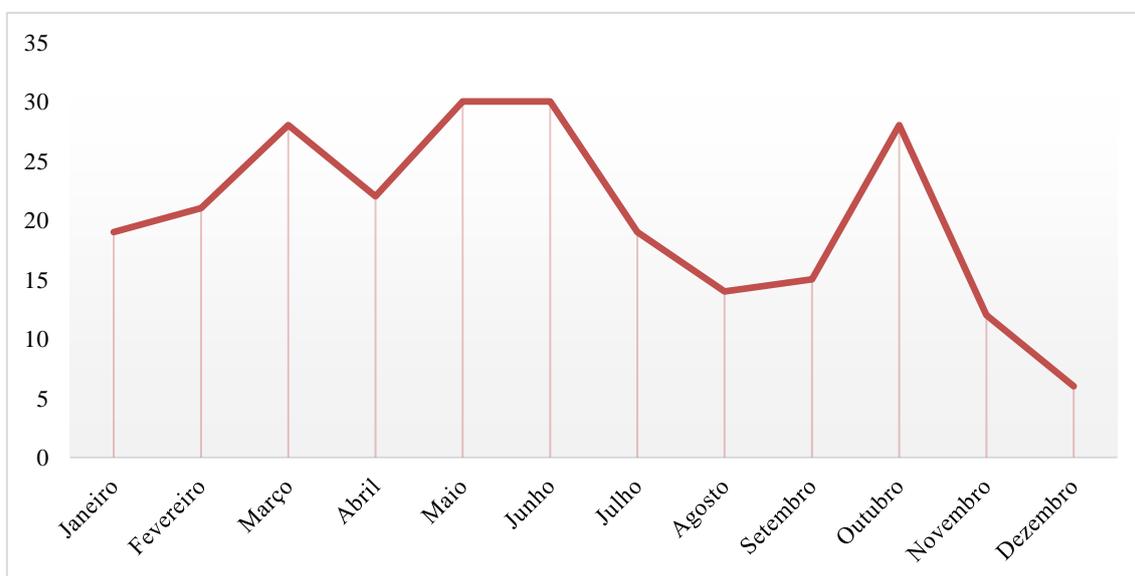


Gráfico 3 - Sazonalidade de entradas dos enjeitados

<sup>141</sup> Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755...*, cit., pp. 82-83.

<sup>142</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia...*, cit., p. 98.

<sup>143</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1676-77)*, RD 41, Torres Novas, fl. 103.

<sup>144</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1677-78)*, RD 42, Torres Novas, fl. 71v.

<sup>145</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1702-03)*, RD 55, Torres Novas, fl. 112.

Como podemos observar no seguinte gráfico, os meses em que chegaram mais enjeitados à Santa Casa foram maio e junho (ambos com 12% do total de entradas). Estes elevados números em meses próximos da estação do verão podem-se justificar por dificuldades económicas que as famílias começavam a sentir, numa altura em que as reservas das colheitas estariam a escassear<sup>146</sup>.

Vai ser nos meses frios que encontramos um menor número de entradas, nomeadamente em novembro (5%) e dezembro (2%). É de destacar o número extremamente baixo de dezembro, que conta apenas com seis ocorrências em toda a cronologia, sendo um mês que se evitou ao longo do século XVII, visto que estes casos aparecem apenas nas últimas décadas do século e na primeira década da centúria seguinte.

Comparando estes dados com os de Setúbal, encontramos algumas semelhanças a nível sazonal de entradas de enjeitados. Os meses de maio, março e outubro apresentam-se em ambas as concelhos com elevados números de ingressos, apenas com exceção de junho, que em Setúbal conta com um número reduzido de entradas. Mas também nos meses com menor afluência existem semelhanças, com destaque para os meses de verão (julho, agosto e setembro) e ainda novembro e dezembro<sup>147</sup>. Encontramos uma linha idêntica de movimentos mensais de entradas ao compararmos o gráfico 3 desta investigação com o gráfico 22 de Laurinda Abreu<sup>148</sup>. Com ligeiras alterações nos meses de janeiro, junho e dezembro, a linha do gráfico apresenta-se semelhante, o que indica que os dados sazonais de abandonos destas duas localidades são muito semelhantes.

Comparando com Ponte de Lima, uma realidade mais distante, os dados entre os anos de 1697 e 1706 não espelham a realidade de Torres Novas. Os meses de abril, agosto e outubro são os que apresentam um maior número de entradas, com outubro a ser o único mês com valores elevados. Já os meses com menor número de ingressos assemelham-se mais, com os meses frios de novembro e dezembro em destaque em ambas as localidades<sup>149</sup>.

Podemos dividir estes números ainda em três grupos. O primeiro representa os meses com maiores valores, sendo esses junho, maio, março e outubro. Cada um deles representa entre os 11 e 12% de enjeitados que deram entrada na Santa Casa, com grande destaque para a primavera, o que poderá explicar estes elevados números, ficando de parte o mês de outubro. No segundo grupo integram-se os meses com valores médios e por acaso apresentam-se

---

<sup>146</sup> Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna ...*, cit., p. 162.

<sup>147</sup> Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755...*, cit., pp. 86-87.

<sup>148</sup> Idem, *ibidem*, p. 87.

<sup>149</sup> Fonte, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)...*, cit., p. 126.

semelhantes, sendo eles janeiro, fevereiro, abril e julho. Estes mantêm-se nos 8% e 9%, representando meses de inícios do ano, com exceção de julho. O último grupo conta com os meses de setembro, agosto, novembro e dezembro, registando os números mais baixos e que chegam apenas ao máximo de 6%. Estes meses pertencem todos ao fim do ano, a épocas de colheitas, mas também a meses frios, mas que ao contrário de janeiro e fevereiro, contam com número inferiores.

### 3.2.3. Sexo dos enjeitados

Outro dado que foi possível recolher nas fontes foi o sexo das crianças deixadas ao cuidado da Santa Casa. Ao longo de toda a cronologia os dados apresentam-se semelhantes, com 128 enjeitados do sexo feminino (52%) e 119 do sexo masculino. Comparando com a localidade de Santarém, os dados apresentam-se semelhantes, pois também aí houve mais abandonos de meninas<sup>150</sup>. O mesmo não acontece em Setúbal, em que o sexo masculino é superior<sup>151</sup>.

Embora o que se esperasse de filhos e filhas no futuro não fosse o mesmo, a decisão de abandono pode não ter nada a ver com o sexo da criança por corresponder a uma situação aflitiva de incapacidade ou extrema dificuldade na criação de um bebé, sendo, portanto, o seu sexo completamente indiferente.

### 3.2.4. Com que idade eram enjeitados?

A idade dos enjeitados é um dado importante e informação difícil de obter, pois os escrivães, grande parte das vezes, não conseguiam especificá-la no registo de entrada. A forma mais certa de saber a idade do enjeitado seria através de bilhetes que podiam acompanhar a criança, indicando a sua data de nascimento ou a idade que tinham quando eram expostos. Caso não houvesse nenhum bilhete, existiam outras formas menos fidedignas de saber a idade da criança, como a presença do umbigo ou o tamanho da criança, o que se anotou aconteceu algumas vezes. Apesar de não ser completamente credível, os escrivães registavam essa informação, mas apenas em onze registos.

Podemos depreender que a maior parte das exposições era feita mal a criança nascesse, tanto pela questão de poder ser um nascimento ilegítimo, querendo os progenitores ocultar essa mesma criança da restante sociedade o mais rápido possível, mas também, no caso de ser um

---

<sup>150</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia...*, cit., p. 98.

<sup>151</sup> Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755...*, cit., p. 85.

filho de um casal legítimo, por ser “menos penoso” deixar uma criança recém-nascida, pois em caso contrário começavam a criar-se laços afetivos mais fortes<sup>152</sup>.

Quando um enjeitado entrava na Santa Casa, a instituição pagaria a sua criação até que completasse os sete anos, idade em que, para a época, a criança estaria apta a começar a trabalhar, deixando de ser totalmente dependente. Por isso seria importante para a Santa Casa saber com que idade entravam os enjeitados, para poderem terminar a sua criação ao completarem os sete anos. Além disso, o facto de esta informação ficar registada poderia facilitar a identificação se os progenitores quisessem resgatar a criança mais tarde.

Entrando na análise dos dados que nos aparecem, começemos pelos mais novos. Existem três registos que indicam que seriam recém-nascidos. O primeiro é o da enjeitada Ana que chegou no dia 28 de julho de 1649 e “parecia ser de hum dia nascida”<sup>153</sup>. Este caso torna-se interessante porque está indicado que “a parteira Izabel d’(?) declarou que a trouxe a esta Santa Casa que lhe avia entregue o hermitão” da Ermida de Nossa Senhora do Vale<sup>154</sup> – a única situação em que o escrivão deixa registado que terá sido uma pessoa a indicar a idade da criança quando a foi entregar à Santa Casa. Os restantes casos são o de Luís de Santa Maria, que deu entrada a 20 de outubro de 1657, e em cujo registo se anotou ser “parido daquela ora” e que o provedor mandou que se arranjasse de imediato uma ama<sup>155</sup>; por fim, Maria do Vale, que chegou à Santa Casa quatro meses depois do enjeitado Luís, tem a indicação no registo que foi “parida de pouco”<sup>156</sup>. Estes três casos terão sido de crianças que os progenitores quiseram esconder da restante sociedade o mais rápido possível, para serem enjeitadas com tão pouco tempo de vida.

Apesar de nem sempre os escrivães deixarem apontadas as idades, é possível determinar a mesma informação através da análise de outros elementos, como os bens que acompanhavam os enjeitados. Nesta investigação, percebemos que houve, pelo menos, mais dois recém-nascidos: um em maio de 1613 e que “vinha com ho imbigo”<sup>157</sup> e o outro, que em junho de 1614 chegou com “o imbigo caído pemdurado na fita do embollidouro [envolta]”<sup>158</sup>. Teria mais alguns dias o menino que fora acolhido em outubro de 1613 “sem embigo”<sup>159</sup>.

---

<sup>152</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia...*, cit., p. 97.

<sup>153</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1649-50)*, RD 25, Torres Novas, fls. 79v-80.

<sup>154</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1649-50)*, RD 25, Torres Novas, fl. 79v.

<sup>155</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1657-58)*, RD 28, Torres Novas, fl. 88v.

<sup>156</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1657-58)*, RD 28, Torres Novas, fl. 89v.

<sup>157</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1612-13)*, RD 2, Torres Novas, fl. 149v.

<sup>158</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1613-14)*, RD 3, Torres Novas, fl. 170v.

<sup>159</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1613-14)*, RD 3, Torres Novas, fl. 167.

Em relação aos casos em que o escrivão obteve informações através de bilhetes, aparecem o enjeitado Batista, que chegou a 26 de outubro de 1613 com um bilhete que dizia ter nascido a 15 de outubro, onze dias antes<sup>160</sup>. Situação análoga é a da enjeitada Domingas, inscrita a 4 de julho de 1626, vindo acompanhada de um bilhete que declarava que “oje sexta feira 3 de julho naceo esta menina”<sup>161</sup>; ou seja, o bilhete foi redigido no próprio dia do nascimento, chegando a menina à Santa Casa no dia seguinte. Batista e Domingas juntam-se, portanto, aos enjeitados referidos anteriormente com muito pouco tempo de vida.

Passando para casos de enjeitados mais velhos, em dois deles a criança teria cerca de um mês de idade: Maria, encontrada à porta do hospital da Santa Casa, referindo o escrivão que “mostrava ser de hum mes”<sup>162</sup>; e outra Maria, que chegou à Santa Casa a 17 de maio de 1707 e, tal como o caso anterior, também o escrivão indicou que “paresse seria de hu[m] mes”<sup>163</sup>.

Já foi referido que quanto mais tarde se expunha uma criança, mais difícil seria para os progenitores por se ter criado uma ligação afetiva, o que significa que esta seria a última opção para os pais, levando a crer que o motivo de enjeitarem a criança fosse por dificuldades económicas. Em três casos a criança teria até um ano de idade: o mais novo chamava-se “Joseff” e chegou à Santa Casa em abril de 1623, onde tem no seu registo que “paresse de tres mezes pouquo mais ou menos”<sup>164</sup>; um menino (o escrivão não indica o nome) que deu entrada na Santa Casa em maio de 1657 e teria “6 meses pouco mais ou menos”<sup>165</sup>; e por fim outro enjeitado cujo nome não é indicado, que chegou aos cinco dias do mês de junho de 1644, com “idade de hum anno pouco mais ou menos”<sup>166</sup>.

O último registo é um daqueles que indicamos inicialmente que não têm informações suficientes para entrar nos números gerais, mas por ser um caso único consideramos deixá-lo como exemplo. Trata-se de Maria de Carvalhar(?) e não sabemos a data de entrada na Santa Casa, apenas o que aparece em nota lateral: faleceu em 27 de julho de 1635 e que “Seria de dous anos e meio pouquo mais ou menos”<sup>167</sup>.

Apesar de serem poucas as informações, conseguimos ter uma pequena ideia sobre as idades dos enjeitados que deram entrada na Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas.

---

<sup>160</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1613-14)*, RD 3, Torres Novas, fl. 167.

<sup>161</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1626-27)*, RD 9, Torres Novas, fl. 133v.

<sup>162</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1665-66)*, RD 32, Torres Novas, fl. 82v.

<sup>163</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1706-07)*, RD 58, Torres Novas, fl. 110v.

<sup>164</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1622-23)*, RD 7B, Torres Novas, fl. 125v.

<sup>165</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1656-57)*, RD 27, Torres Novas, fl. 137.

<sup>166</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1643-44)*, RD 20, Torres Novas, fl. 104v.

<sup>167</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1635-36)*, RD 13, Torres Novas, fl. 125.

Grande parte destas crianças seria recém-nascida ou teria poucos dias de vida, mas também existem casos de crianças mais velhas a darem entrada e a serem igualmente aceites.

### 3.2.5. Onomástica dos enjeitados

Um outro importante aspeto que podemos analisar é a onomástica dos enjeitados. No universo destas crianças, o nome seria importante para os progenitores que pretendiam reaver o seu filho. Geralmente eram os pais ou padrinhos que definiam o nome, mas quando falamos de enjeitados, a única forma de a Santa Casa saber o nome desejado era através de bilhetes. Na sua falta, o nome era atribuído pela instituição quando tratavam do batismo da criança, onde o nome era atribuído.

Para apresentar este aspeto dos enjeitados contamos com 95,5% de dados. O nome feminino mais frequente foi Maria (19,8%), seguindo-se a grande distância Maria do Vale (3,2%) e Francisca (2,4%). Nos rapazes predominava Manuel (15,4%), e, bastante menos, António (4%) e João (3,2%).

A predominância do nome Maria vem desde a Idade Média, representando a Mãe de Deus, aquela que teria “acesso ao Filho”, e numa época muito marcada e influenciada pela Igreja Católica, a onomástica das crianças sofria forte influência do sagrado<sup>168</sup>.

Sobre a onomástica destas crianças pode parecer que não existe muito a investigar, mas alguns dados destacam-se e apresentam-nos informações relevantes. Um aspeto a salientar é que, por vezes, surgem nos nomes destas crianças os locais em que haviam sido encontrados, o que nos proporciona alguma informação sobre o assunto. Aparece em cerca de 4,8% dos registos o nome “do Vale”, referindo-se neste caso à Ermida de Nossa Senhora do Vale, mas existem outros exemplos que indicam as localidades em que eram encontrados, como o enjeitado Rodrigo de Assentis<sup>169</sup>, uma localidade do concelho.

O levantamento dos dados onomásticos foi feito apenas nos termos de chegada dos enjeitados, porque em alguns registos os nomes mudavam de um ano para o outro, como por exemplo a enjeitada Maria<sup>170</sup>, que no livro seguinte aparece como “Maria da Lux”<sup>171</sup>. Ou seja, terão acrescentado a última parte do nome a esta criança porque terá sido encontrada na Ermida de Nossa Senhora da Luz em Torres Novas.

---

<sup>168</sup> Gonçalves, Iria, “O nome” in Mattoso, José (dir.); Sousa, Bernardo Vasconcelos e (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: Idade Média*, Vol. 1, Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores, 2011, p. 205.

<sup>169</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1674-75)*, RD 39, Torres Novas, fl. 83v.

<sup>170</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1688-89)*, RD 47, Torres Novas, fl. 86.

<sup>171</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1690-91)*, RD 48, Torres Novas, fl. 85.

Apesar de não ser um acontecimento recorrente entre estes enjeitados, o acrescento do nome entre a infância e a idade adulta era algo que acontecia vulgarmente na Época Moderna, pois só em documentos oficiais é que se estabelecia ao certo o nome completo da pessoa. Saliente-se ainda um exemplo em que o escrivão reescreve o nome de maneira diferente de um ano para o outro: a enjeitada “Eyria”<sup>172</sup>, que deu entrada na Santa Casa a 20 de outubro de 1629 e no livro de receitas e despesas do ano seguinte aparece como “Leiria do Vale”<sup>173</sup>.

Além de a Santa Casa atribuir os nomes dos locais em que eram encontrados aos enjeitados, também utiliza onomástica de carácter religioso, sobretudo às meninas, como foram os casos de Maria da Paixão<sup>174</sup>, Luísa do Amparo<sup>175</sup>, Faustina do Espírito<sup>176</sup> e Maria dos Mártires<sup>177</sup>.

Sobre a diversidade dos nomes dos enjeitados, e considerando apenas os primeiros se fossem duplos, Maria destaca-se como o preferido, aparecendo no total em 64 enjeitadas, o que representa 52,9% do total de nomes femininos. A seguir é o nome Manuel, aparecendo por 38 vezes, com 33%. No total da onomástica, existe apenas mais um nome do sexo masculino do que do sexo oposto<sup>178</sup>.

Por fim, indicamos alguns nomes mais estranhos e peculiares. Começamos com “Eiria”, que aparece duas vezes em cronologias diferentes, sendo que no segundo caso vinha indicado no bilhete que acompanhava a criança<sup>179</sup>. Outro nome, para nós peculiar, que é atribuído duas vezes é “Pascoa”<sup>180</sup>, aparecendo também um “Paschoal”<sup>181</sup>. Os seguintes nomes invulgares são também do sexo feminino e foram dados uma única vez: Felícia<sup>182</sup> e Pelónia<sup>183</sup>, que por acaso surgem apenas nas últimas duas décadas em estudo. Destes três nomes, apenas o de Felícia é

---

<sup>172</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1629-30)*, RD 11, Torres Novas, fl. 156.

<sup>173</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1630-31)*, RD 12, Torres Novas, fl. 156.

<sup>174</sup> Apesar de ser um registo daqueles que indicamos inicialmente que não apresenta dados, fica aqui como exemplo pelo nome distinto. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1629-30)*, RD 11, Torres Novas, fl. 156v.

<sup>175</sup> Situação igual à do registo anterior. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1641-42)*, RD 18, Torres Novas, fl. 101.

<sup>176</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1683-84)*, RD 46, Torres Novas, fl. 95.

<sup>177</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1694-95)*, RD 50, Torres Novas, fl. 102.

<sup>178</sup> Consultar nos anexos a tabela 3 com todos os nomes atribuídos.

<sup>179</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1629-30)*, RD 11, Torres Novas, fl. 156; ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1707-08)*, RD 59, Torres Novas, fl. 109.

<sup>180</sup> O primeiro exemplo pertence ao lote de registos que indicámos inicialmente sem informações suficientes para entrar na apresentação dos dados, mas pelo nome peculiar fica aqui apresentado. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1655-56)*, RD 26, Torres Novas, fl. 88; ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1693-94)*, RD 50, Torres Novas, fl. 102.

<sup>181</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1680-81)*, RD 45, Torres Novas, fl. 106.

<sup>182</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fl. 108v.

<sup>183</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1696-97)*, RD 52, Torres Novas, fl. 101.

que foi pedido pelos progenitores, pedido esse que foi aceite pela Santa Casa. Por último, deixamos o caso mais bizarro de nome masculino: Galandão<sup>184</sup>.

### 3.2.6. Locais onde eram deixados à sua sorte

Na cronologia em estudo, a vila de Torres Novas não tinha ainda uma roda dos expostos, pelo menos que se saiba, e por isso, os locais em que as crianças seriam deixadas eram diversos, como iremos ver de seguida.

Em primeiro lugar, há que esclarecer que as rodas dos enjeitados nada têm a ver com as rodas que existiam nos conventos de freiras. Persiste essa ideia incorreta por serem mecanismos idênticos e por a única diferença ser a sua utilidade: a roda dos expostos servia para colocar a criança e objetos que a acompanhassem, enquanto a roda dos conventos servia para transportar alguns tipos de bens de fora para dentro do convento, ou vice-versa<sup>185</sup>.

Em relação aos locais indicados nas fontes, dos 247 enjeitados em estudo, conseguimos informações precisas para 85,4% deles. Além desses, 4% dos registos não fornecem dados suficientes para que consigamos identificar a localidade ou freguesia, mas contêm informações que permitem enquadrá-los na tipologia do local, assunto que iremos apresentar mais à frente.

Foram encontrados enjeitados em 34 localidades do termo de Torres Novas, sendo a mais frequente a própria vila de Torres Novas, que reúne 48,6% dos casos. Este comportamento pode explicar-se por ser esta região maioritariamente rural e a vila o maior aglomerado populacional na zona; além disso, por estar dotada de uma Santa Casa da Misericórdia capaz de prestar assistência aos enjeitados, o que poderia influenciar na escolha como localidade mais auspiciosa para enjeitar uma criança; por fim, na Época Moderna, a vila de Torres Novas situava-se na zona central do seu termo.

As outras localidades com maior percentagem foram a Barreira Alva e Meia Via, que, curiosamente, são povoações muito próximas de Torres Novas, com 6,5% e 2,8% dos abandonos, respetivamente. As restantes localidades com maiores números são a Chancelaria, com 2%, e Assentis, Igreja Nova, Valhelhas e Soudos, todas com 1,6%. Estes números representam apenas 18% do total de enjeitados, números bastante baixos, mas há que relembrar que eram pequenas localidades rurais.

---

<sup>184</sup> Este nome pertence aqueles que não têm informações suficientes para entrar na apresentação dos dados, mas pelo nome único fica aqui apresentado. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1635-36)*, RD 13, Torres Novas, fl. 125v.

<sup>185</sup> Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna ...*, cit., p. 79.

Passemos para uma análise mais geral do número de crianças encontradas no termo de Torres Novas, excluindo as enjeitadas no núcleo urbano. Com o auxílio do mapa abaixo apresentado, com as freguesias do concelho, conseguimos perceber que se destacam Santa Maria, Santiago e Igreja Nova (atualmente Paialvo). As duas primeiras freguesias contam com parte da vila no seu território, mas mesmo assim são as que têm maior número de enjeitados, com 6,5% e 4,5%, respetivamente. A freguesia de Igreja Nova, que fica numa zona fronteiriça com os termos das vilas de Tomar, Asseiceira e Atalaia, apresenta o mesmo número que a freguesia de Santiago, 4,5%<sup>186</sup>. De destacar ainda outras freguesias que contam com números altos, como Santa Eufémia (atualmente Chancelaria), que fica na zona fronteiriça com os termos de Ourém e de Porto de Mós, com valores semelhantes aos anteriores (3,6%). As outras duas são as de Assentiz, a freguesia mais a norte do termo e que fica perto de Santa Eufémia, e a de Olaia, junto de Salvador, Santiago e Igreja Nova, contando ambas com 3,2%.



Mapa 1 – Divisão do termo de Torres Novas pelo número de enjeitados encontrados

<sup>186</sup> Consultar o mapa 3 nos anexos.

Ao invés, encontramos paróquias em que os números são muito baixos ou mesmo nulos, como Alcorochel, Monsanto e Parceiros de Igreja. Alcanena, Bugalhos, Brogueira e Lapas contam apenas com um caso cada e Ribeira Branca e Zibreira com dois apenas. São de destacar Lapas e Ribeira Branca pelos números muito baixos. Geograficamente ficam mais perto de Torres Novas, o que pode indicar que os habitantes destas duas freguesias recorriam à vila para enjeitar uma criança. As restantes, Alqueidão da Serra e Paço, apresentam números baixos: 1,2% e 1,6%.

Analisando em detalhe o mapa, conseguimos notar que estas freguesias se concentram na zona sul do termo de Torres Novas. As razões escapam-nos, mas existem alguns aspetos que podem ajudar a esclarecer. A localidade de Alcanena contava na época com uma misericórdia, que foi fundada no século XVI, e talvez por isso não houvesse tantos casos de enjeitados daquela zona a chegar até à Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, mas não possuímos muitos dados sobre esta pequena misericórdia para confirmar<sup>187</sup>.

Sobre a tipologia dos locais em que os enjeitados foram encontrados, o grande destaque vai para os edifícios de carácter religioso, nomeadamente ermidas e igrejas. Numa época em que ainda não existia o sistema da roda em Torres Novas, as pessoas viam nestes edifícios religiosos o sítio mais propício para deixar as crianças. A explicação reside, sem dúvida, no facto de serem locais onde havia sempre pessoas: com movimento nas igrejas e com a presença de ermitões nas ermidas. Um exemplo que envolveu ermitões foi o de Maria, que chegou à Santa Casa a 3 de novembro de 1695, e “diçeram a Ermitoa que se chamava Maria”. Ou seja, a ermitoa teve contacto direto com quem enjeitou a criança, e possivelmente terá sido ela que a levou da Ermida de S. Domingos até à Santa Casa<sup>188</sup>.

Também o edifício da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas era um local de abandono, tal como o seu hospital, cujo imóvel era ao lado da Santa Casa. Estes seriam os locais mais propícios para deixar uma criança, por ser esta a instituição que cuidaria dela, mas, por outro lado, seria um dos locais menos discretos por pertencer a uma zona mais habitada e movimentada da vila.

---

<sup>187</sup> Abreu, Laurinda; Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes*, Vol. 5, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2006, p. 96.

<sup>188</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1695-96)*, RD 51, Torres Novas, fl. 98.

Outros sítios onde foram encontrados enjeitados são também locais públicos como rossios da vila, onde foram encontrados dois enjeitados: o primeiro deu entrada na Santa Casa a 29 de janeiro de 1625 e foi encontrado no Rossio de “Sam Sebastião”<sup>189</sup>, enquanto o segundo ingressou em 23 de outubro de 1704, vindo do Rossio do Carmo<sup>190</sup>.

Os restantes enjeitados encontrados em locais públicos são casos únicos e por isso ficam aqui apresentados. Começamos por apresentar expostos encontrados em locais completamente diferentes: o primeiro foi Manuel, enjeitado na “porta do vento da serca” em dezembro de 1683<sup>191</sup> e o outro foi Paulina, que chegou à Santa Casa em 22 de junho de 1705, depois de ter sido achada no Moinho do Porto da Várgea<sup>192</sup>. Outros dois foram encontrados à porta de casas, ambos em 1681, um deles numa quinta de “Carvalho”<sup>193</sup> e outro numa “caueira casel de António Barreto Borges”<sup>194</sup>. Os restantes foram encontrados em locais idênticos: o primeiro chegou à Santa Casa a 23 de fevereiro de 1643 e foi encontrado no “meio da llevada”<sup>195</sup> e o outro era uma menina, cuja data não foi registada porque faleceu antes de chegar à Misericórdia: fora encontrada no campo, não se especificando onde, e enterrada na Ermida de Santo António dos Riachos, o que poderá indicar que terá sido encontrada perto desta localidade de Riachos<sup>196</sup>. O último caso é o do enjeitado Simão, que foi encontrado na ribeira da Beselga de Baixo em novembro de 1704<sup>197</sup>.

Sobre estas crianças encontradas em locais públicos, existe uma grande diferença, que podia decidir o seu destino. Os primeiros foram encontrados em núcleos populacionais, o que tornava o ato de enjeitar de forma anónima mais difícil, mas garantia uma maior probabilidade de estas crianças serem encontradas rapidamente e assim conseguirem sobreviver. Já nos últimos casos apresentados, por serem em zonas mais isoladas, o abandono anónimo estaria preservado, mas poderão indicar que o futuro e a sobrevivência da criança não seriam determinantes para quem enjeitava.

Um assunto sobre o qual não temos muitas informações respeita às pessoas que levavam as crianças até à Santa Casa. Dos vários locais já identificados, apenas alguns deles teriam pessoas permanentes para recolher estas crianças e conduzi-las à instituição. Aquelas que eram deixadas perto do hospital e da misericórdia seriam recolhidas automaticamente por alguém

---

<sup>189</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1624-25)*, RD 8, Torres Novas, fl. 139.

<sup>190</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fl. 107v.

<sup>191</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1683-84)*, RD 46, Torres Novas, fl. 94v.

<sup>192</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fl. 109v.

<sup>193</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1680-81)*, RD 45, Torres Novas, fl. 105v.

<sup>194</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1680-81)*, RD 45, Torres Novas, fl. 106.

<sup>195</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1642-43)*, RD 19, Torres Novas, fl. 153v.

<sup>196</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1677-78)*, RD 42, Torres Novas, fl. 71v.

<sup>197</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fl. 108.

ligado às respetivas estabelecimentos. No caso daquelas que eram encontradas à porta de casas particulares, que terão sido os respetivos moradores a resolver o assunto. Contudo, existem alguns casos curiosos: o mais interessante é o de Joana Micaela, que em 1696 “se levou a casa do Juiz de Fora”, tendo este ordenado a dois escrivães para entregarem a criança à Santa Casa<sup>198</sup>; e também a enjeitada Joana chegou à Santa Casa pelas mãos do juiz do Alqueidão<sup>199</sup>.

Já as crianças que eram encontradas em locais de carácter religioso terão sido levados até à Santa Casa por pessoas ligadas a essas ermidas/igrejas, como o enjeitado Domingos, que chegou em 1643 trazido pelo ermitão da Igreja de Nossa Senhora de Monserrate, que fica na localidade de Meia Via<sup>200</sup>. A única dúvida que permanece são aquelas crianças que eram encontradas em espaços públicos ou locais mais recatados. Os escrivães não indicam o nome das pessoas que as entregavam, o que seria informação relevante para identificar melhor o espaço em que foram enjeitadas e em que condições tinham sido deixadas.

### 3.2.7. Batizados ou por batizar?

Como já observamos, estas crianças eram deixadas à sua própria sorte com pouco tempo de vida e durante a época moderna havia um rito imprescindível, o batismo. Este ritual era obrigatório na época para todas as crianças, para que estas pudessem alcançar a vida eterna e para que, caso falecessem, não atormentassem a sua família<sup>201</sup>. Segundo Raphael Bluteau, o batismo “alimpa a alma do peccado original, & une os homens com JESU Christo”<sup>202</sup>, ou seja, era também um ritual social, permitindo que estas crianças entrassem na comunidade cristã. Como este era um rito indispensável para a salvação eterna, podia ser administrado por qualquer pessoa se a criança corresse perigo de vida. Era o chamado batismo *sub conditione*. Se a criança sobrevivesse, seria necessário ir à pia baptismal para que um sacerdote completasse o ritual, o que vulgarmente era conhecido por “ir pôr os santos óleos”. Caso a criança estivesse em perigo de vida durante o parto e ainda por nascer, a parteira teria de batizar a criança mesmo dentro da sua mãe<sup>203</sup>.

Com a entrada de um enjeitado, a Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas entrava logo em ação com o batismo da criança. Esta instituição só tinha uma maneira de saber se a

---

<sup>198</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1695-96)*, RD 51, Torres Novas, fl. 98v.

<sup>199</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1641-42)*, RD 18, Torres Novas, fl. 104.

<sup>200</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1642-43)*, RD 19, Torres Novas, fl. 155v.

<sup>201</sup> Lopes, Maria Antónia, “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX ...”, cit., p. 159.

<sup>202</sup> Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Tomo II – B-C, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712, fl. 37.

<sup>203</sup> Lopes, Maria Antónia, “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos” in Mattoso, José (dir.); Vaquinhas, Irene (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2011, pp. 156-157.

criança vinha ou não batizada: através de informações dadas através de bilhetes que acompanhassem a criança. O procedimento dos batismos mantém-se ao longo do século, em que grande parte dos enjeitados foram batizados na igreja paroquial de S. Pedro, havendo ainda enjeitados que receberam este sacramento na igreja paroquial de Salvador.

Quanto aos padrinhos/madrinhas destes enjeitados, imprescindíveis nos batismos, seriam quase sempre escolhidos entre membros da misericórdia ou ligados à igreja em que eram batizados. Os dados que temos são muito poucos, pois contamos apenas com 12,9% de batismos com a identificação dos padrinhos. Em relação às madrinhas conhecemos apenas dois casos: a enjeitada Catarina, que deu entrada a 21 de novembro de 1622 e teve como padrinhos o “irmão Pedro Fernandez [...] e Izabel Prestes”<sup>204</sup>; e a enjeitada Joana chegada a 19 de junho de 1642 e que teve como madrinha “marta mendes veuva”<sup>205</sup>.

Os restantes indicam os padrinhos, o que nos faculta alguma informação sobre estes homens. A maior parte destes homens pertencia à Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, aparecendo no total dezassete irmãos e ainda um provedor<sup>206</sup>, sendo alguns deles “irmãos do mês”, assunto que já referimos anteriormente. Surgem ainda outros dois cargos dentro da misericórdia: um irmão da bolsa<sup>207</sup> e o outro “Pedro de Rastos Requerente desta Santa Caza”<sup>208</sup>. Mas, tal como indicámos, os padrinhos poderiam ser pessoas ligadas à igreja em que estes enjeitados eram batizados, como aconteceu em dois casos: um era tesoureiro da Igreja de Salvador, “manoel mendes”, que foi padrinho da enjeitada Joana, batizada nessa igreja<sup>209</sup>; o outro foi o tesoureiro da igreja de São Pedro, o “padre manuel fernandez”, padrinho de Feliciano e que foi batizado na dita igreja<sup>210</sup>.

Passando a uma análise quantitativa, refira-se que contamos com 60,3% de enjeitados com informação sobre a realização do batismo, situando-se os casos omissos sobretudo entre as décadas de 1660 e 1690. Já o número de crianças que chegaram ainda por batizar atinge os 44,5%, uma percentagem muito elevada.

Os restantes casos são enjeitados que traziam a indicação de estarem batizados e que iremos dividir em três tipos. Em primeiro lugar, representando 8,5%, aqueles que chegavam acompanhados de bilhetes com a informação de estarem batizados, informação que a

---

<sup>204</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1622-23)*, RD 7B, Torres Novas, fl. 123.

<sup>205</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1641-42)*, RD 18, Torres Novas, fl. 104.

<sup>206</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1626-27)*, RD 9, Torres Novas, fl. 133v.

<sup>207</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1645-46)*, RD 22, Torres Novas, fl. 102.

<sup>208</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1710-11)*, RD 62, Torres Novas, fl. 97v.

<sup>209</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1641-42)*, RD 18, Torres Novas, fl. 104.

<sup>210</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1642-43)*, RD 19, Torres Novas, fl. 153v.

Misericórdia aceitou. Como exemplo, apresentamos o registo de Bernarda, enjeitada que entrou na Santa Casa no dia 15 de março de 1666 com um escrito que “declarava fora bautizada”<sup>211</sup>.

Outros enjeitados chegavam batizados *sub conditione*, 3,6%, que tal como explicámos, eram batizados em caso de perigo de vida, o que obrigava a Santa Casa a batizá-los numa igreja paroquial. Um exemplo destes é o da enjeitada Domingas, que vinha acompanhada de um bilhete que dizia que foi batizada por “hua molher sem ordem nem modo de nome”, pedindo ainda que “bautizem na igreja como he costume”<sup>212</sup>. Um outro caso fora do normal aconteceu com o enjeitado Fernando, que chegou à Santa Casa no dia 19 de junho de 1684 com uma certidão “do padre cura Jozeph Rois de como o baptisou de baxo de condição”<sup>213</sup>. Apesar de não haver indicação no registo de este ter sido levado a receber os santos óleos, deve tratar-se apenas de omissão do escrivão porque com o que sabiam da certidão, tinham de completar o batismo.

Por fim, os enjeitados que chegaram batizados e que eram rebatizados pela Santa Casa, 3,6%. Isto acontecia para que a instituição tivesse a certeza de o enjeitado recebia o batismo, jogando assim pelo seguro. Como exemplo apresentamos o caso de Maria, encontrada à porta do hospital da Santa Casa no dia 6 de outubro de 1665 e que “mostrava ser de hum mes”. Em nota lateral do seu registo escreveu-se que foi “rebatizada pelo padre Rafael Leitão”<sup>214</sup>. Num outro caso, a decisão de voltar a batizar o enjeitado partiu de um padre da mesma localidade em que foi encontrado. Referimo-nos a Manuel, achado na porta da igreja de Assentis e que tinha com ele um escrito que dizia estar batizado. Contudo, como anotou o escrivão da Misericórdia, “o cura da mesma Igreja dasentis o tornou a Bautizar”, indicando ainda que souberam disso pelo marido da ama do respetivo enjeitado<sup>215</sup>.

Começando por observar o gráfico abaixo apresentado, reparamos que a linha dos enjeitados sem batismo vai-se mantendo idêntica ao longo do século XVII, mas nas duas últimas décadas sobe para valores muito superiores, ultrapassando em conjunto as restantes oito décadas anteriores. Este é o maior destaque nesta análise dos batismos. Quanto aos já batizados, seguem tendência semelhante. Tendo em conta que foi nas últimas décadas que houve um maior número de enjeitados, é compreensível que ambas as situações tenham aumentado. Também o maior critério e rigor por parte dos escrivães da misericórdia ao apontarem os dados relativos aos batismos dos enjeitados pode ajudar a perceber estes números. Por fim, só em duas décadas

---

<sup>211</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1665-66)*, RD 32, Torres Novas, fl. 84.

<sup>212</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1626-27)*, RD 9, Torres Novas, fl. 133v.

<sup>213</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1683-84)*, RD 46, Torres Novas, fl. 94v.

<sup>214</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1665-66)*, RD 32, Torres Novas, fl. 82v.

<sup>215</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1696-97)*, RD 52, Torres Novas, fl. 101v.

se registam crianças rebatizadas, enquanto as que chegavam batizadas *sub conditione*, são as que atingem menores número por década, mas que se vão mantendo ao longo da cronologia em estudo.

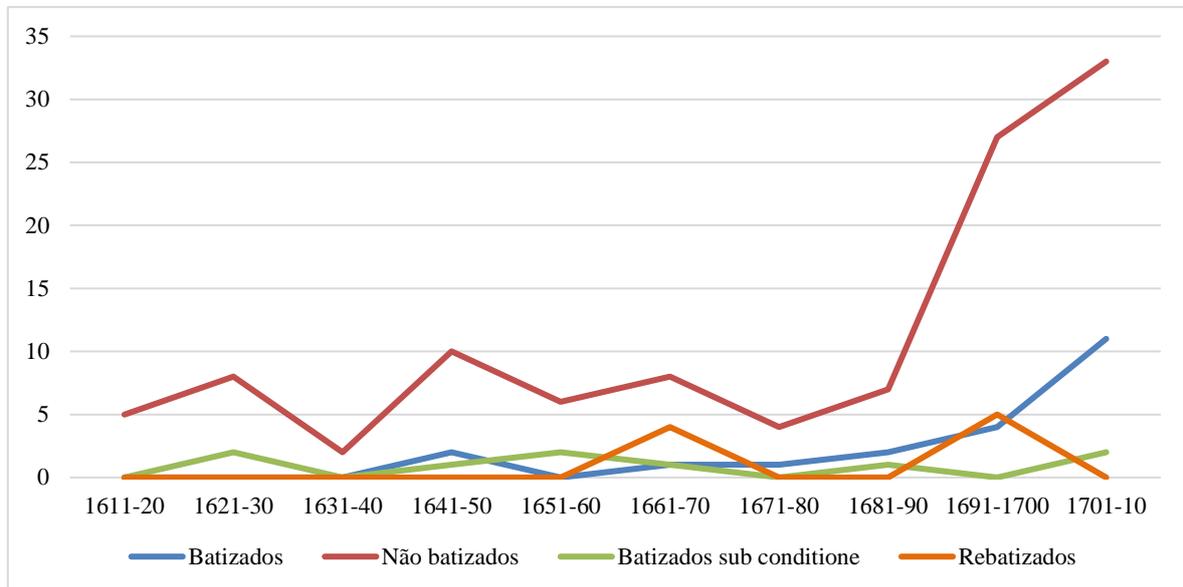


Gráfico 4 – Informações sobre os batismos

### 3.2.8. Escritos ou pertences, o que acompanhava um enjeitado

Numa sociedade pobre e pouco instruída, a existência de alguns bens ou pequenos escritos pode ser muito reveladora. Começamos com uma ideia presente na investigação de Maria José Porém Reis, sobre se existe algum relacionamento entre os sinais que acompanhavam estas crianças e se estas seriam fruto de um relacionamento lícito ou ilícito. A autora indica que há quem defenda que estas estariam condenadas a não serem recuperadas, que eram um “passado que se quer esquecer” porque os seus progenitores, caso quisessem reaver a dita criança teriam de enfrentar a sociedade com uma criança que não seria aceite. Mas discorda do argumento, defendendo que as crianças eram enjeitadas pela pobreza extrema que existia na sociedade, algo que poderia ou não se tornar mais grave caso se fosse um filho ilegítimo<sup>216</sup>.

Um outro fator prende-se com uma demonstração de afeto para com estas crianças, numa época em que a morte infantojuvenil estava interiorizada no seio da sociedade e das famílias, tal como o abandono de crianças, em que os pais não demonstravam um grande afeto

<sup>216</sup> Reis, Maria José Porém, *Ler sinais: os sinais dos expostos ...*, cit., p. 86.

emocional para com os filhos por ser elevado o número de mortes<sup>217</sup>. Apesar disso, encontramos em alguns registos a presença de mensagens dirigidas à Santa Casa para que se cuidasse bem da criança, como iremos analisar mais à frente.

Entrando na análise quantitativa, temos dados ao longo da cronologia em estudo, de 56 enjeitados (23%) que chegaram com algum escrito ou pertence a acompanhá-los, havendo apenas dois em que estavam acompanhados de ambos. Sabemos da existência destes materiais a partir dos registos de chegada realizados pelos escrivães da Santa Casa, que indicavam não só a sua existência como também o seu conteúdo, no caso dos bilhetes, e no caso dos objetos algumas características que iremos analisar mais à frente.

A partir dos dados apresentados na tabela 1 conseguimos perceber que os bilhetes eram muito mais frequentes do que outros sinais, representando os primeiros 20,1% e os segundos 3,3%. Era mais fácil para as famílias deixarem um escrito com informações do que reunirem diversos bens para acompanhar a criança, quer fosse pela falta deles ou pela urgência do abandono. É de relembrar que nesta época em que boa parte da população não sabia ler nem escrever, a solução teria de passar por se pedir a pessoas de confiança para escreverem os bilhetes, onde se mencionavam algumas informações sobre a criança<sup>218</sup>.

Década	Número de enjeitados com:	
	Objetos	Escritos
1611-20	3	1
1621-30	-	2
1631-40	-	1
1641-50	4	6
1651-60	-	4
1661-70	-	4
1671-80	1	5
1681-90	-	1
1691-1700	-	9
1701-10	-	16
Total	8	49

Tabela 1 - Dados quantitativos das crianças enjeitadas com objetos e escritos

<sup>217</sup> Reis, Maria José Porém, *Ler sinais: os sinais dos expostos...*, cit., p. 83.

<sup>218</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia...*, cit., p. 93.

As décadas em que houve um maior número de bilhetes são aquelas que têm um maior número de ocorrências de enjeitados, que são as duas últimas, com um total de 25 escritos. Por serem também as mais recentes, pode significar uma maior preocupação com os enjeitados, mas também uma maior facilidade em escrever os bilhetes por parte de quem enjeitava.

Estes bilhetes tinham como propósito informar a instituição que o iria acolher sobre o enjeitado. Dos 49 escritos, a maior parte tinha indicações sobre o nome e o estado do batismo da criança, com 76% e 82% respetivamente. Já abordámos a importância que o batismo tinha nesta época e essa era uma das principais preocupações dos progenitores, pedindo que as crianças fossem batizadas. Caso já fossem batizadas, era importante que a Santa Casa o soubesse porque, em caso de morte, seria enterrado em um lugar santo<sup>219</sup>. Destes bilhetes, 27,5% indicam que o enjeitado estava ainda por batizar; 20% que haviam recebido o batismo *sub conditione*; e a maior parte (52,5%), que iam já batizados. Entre estes, alguns vêm certificados por um padre (6%), como aconteceu com o enjeitado Manuel, que chegou em 1 de junho de 1704, com uma certidão de batismo<sup>220</sup>.

Estas eram as principais indicações de quem enjeitava, mas havia outros assuntos importantes que eram registados nos bilhetes, como a promessa de reaver a criança, indicando que pagariam tudo o que deviam à Santa Casa (16%) ou o apelo para que a instituição a cuidasse bem (6%). Em outubro de 1704 chegou à Santa Casa um enjeitado com um escrito que “pedia se cria se com muito amor athe serto tempo”, deixando a promessa de o irem buscar, o que não acabou por acontecer porque este enjeitado faleceu<sup>221</sup>. Existe apenas um caso em que se indica a proveniência do enjeitado, que é o caso de Cristóvão, de 1696 e que segundo o bilhete, era da Chancelaria<sup>222</sup>.

Sobre os bilhetes em si temos algumas descrições sobre o seu estado e os materiais que foram utilizados. Logo em 1613, no registo de Batista, o escrivão regista que a escrita era “de letra que parecia ser feita com carvão”<sup>223</sup>. Em março de 1705, anota-se que o bilhete que acompanhava a enjeitada Felica era em “meya folha de papel de letra de livro grossa”, e no mesmo ano, praticamente o mesmo, sobre o exposto João: “hum bocado de papel de letra grossa de livro”<sup>224</sup>. No último ano em estudo existe um caso em que o escrivão esclarece que a parte

---

<sup>219</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra (1750-1850)* ..., cit., p. 294; Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia*..., cit., p. 138.

<sup>220</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fl. 106v.

<sup>221</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fl. 107v.

<sup>222</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1695-96)*, RD 51, Torres Novas, fl. 98.

<sup>223</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1613-14)*, RD 3, Torres Novas, fl. 167.

<sup>224</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fls. 108v-109.

do papel do bilhete onde se escrevera o nome da criança estava rota, o que impedia saber o nome da criança<sup>225</sup>.

Apesar de haver um considerável número de registos que indicam a presença de escritos, apenas conseguimos encontrar um bilhete físico, que não nos indica nem data nem nome da criança. Encontrava-se entre folhas brancas do *Livro de Receitas e Despesas 1675-76*<sup>226</sup> e pela falta de informações não o conseguimos associar a nenhum enjeitado.

Quanto aos bens que acompanhavam os enjeitados, o registo é raro, como dissemos, limitando-se a três casos na primeira década em estudo e a quatro em 1641-50. Por fim, o único caso na década de 1671-80, é o próprio bilhete que indica o que a criança levava consigo. A presença destes objetos dá-nos algumas informações. Já analisámos os locais em que estas crianças eram enjeitadas e as condições a que eram submetidas, tornando-se importante para a sua sobrevivência que fossem deitadas em cestas, canastras ou alcofas, impedindo que ficassem totalmente expostas aos perigos do exterior, principalmente o frio, visto que grande parte delas era abandonada em períodos noturnos. São poucos os casos em que encontramos este tipo de objeto: um enjeitado chegou numa canastra, outro numa cesta preta e outros dois acompanhados em alcofas.

As crianças não eram deixadas nuas e por vezes acrescentavam-se algumas peças de roupa, o que é sinal de preocupação com elas. As mais comuns eram os cueiros e as camisas. Estas roupas nem sempre estavam em bom estado, como no caso do enjeitado Feliciano do Vale, que chegou à Santa Casa a 4 de julho de 1642 com “hua joeira com duas camizas sujas e quatro coeiros dous amarellous e dous de saragoca velhos”<sup>227</sup>.

As famílias deixavam com o enjeitado aquilo que conseguiam, e através destes pertences é possível perceber um pouco a sua condição económica, o que iremos analisar de seguida. O futuro destes objetos é incógnito, mas o mais certo será a Santa Casa tê-los aproveitado para esse ou outro exposto.

O exemplo de Feliciano do Vale não é caso único quanto ao mau estado dos materiais, surgindo no ano seguinte um outro Feliciano “dentro de hua alcofa d’ esparto com duas camizas e ceis ou sete coeiros velhos de diferentes cores”<sup>228</sup> e de Maria, enjeitada no verão de 1649 “dentro em huma sesta preta emvolta em huns panos pobres de calção”, referindo-se ainda que a cesta estava pendurada por “hum cordel grosso usado que paressia aver servido em reda[?] de

---

<sup>225</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1709-10)*, RD 61, Torres Novas, fl. 119v.

<sup>226</sup> Consultar nos anexos a figura 4. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1675-76)*, RD 40, Torres Novas, fl. 75.

<sup>227</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1642-43)*, RD 19, Torres Novas, fl. 153.

<sup>228</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1642-43)*, RD 19, Torres Novas, fl. 153v.

ovelhas de huma vara de comprido”<sup>229</sup>. O estado destes objetos revela-nos as precárias condições económicas de algumas das famílias que expunham, acontecendo o mesmo em Santarém, localidade próxima de Torres Novas<sup>230</sup>.

Em alguns casos o escrivão descreve peças de roupa que não se circunscrevem aos cueiros e camisas, como o de um menino que trazia “hua carapucinha de linho” e “duas manilhas de belórios<sup>231</sup> nos braços”<sup>232</sup>. Não existe nenhum registo que indique que alguma criança tenha chegado nua à Santa Casa, mas também não são muitos os casos em que nos informam como vinham vestidos.

Tanto os pertences como os bilhetes podiam servir de sinais, o que possibilitaria o regresso de um enjeitado à sua verdadeira família. Um bom exemplo disso encontra-se no registo de Maria, que chegou à Santa Casa em 22 de abril de 1671 e que trazia consigo um escrito em que se dizia que “quando percurarem por ella leva per sinal hum fio de retros verde no braso direito que he o sinal per onde se há de procurar”<sup>233</sup>. Este é o único caso em que declara expressamente que um objeto é um sinal que tem como único propósito a identificação, mas, como dissemos, em vários outros se transmitia a intenção de reaver a criança.

---

<sup>229</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1649-50)*, RD 25, Torres Novas, fl. 79v.

<sup>230</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia ...*, cit., pp. 92-93.

<sup>231</sup> Manilha de velórios, que seria uma argola de adorno dos braços feita de cordas miúdas.

<sup>232</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1613-14)*, RD 3, Torres Novas, fl. 170v.

<sup>233</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1670-71)*, RD 36, Torres Novas, fl. 109v. Sobre os sinais dos enjeitados consultar Reis, Maria José Porém, *Ler sinais: sinais dos expostos...*, cit., p. 127.

## Capítulo 4. Destinos dos enjeitados

Após termos analisado todo o processo de admissão dos enjeitados na Santa Casa, vejamos o que o destino lhes reservava, começando pelos que não sobreviviam, o destino mais sombrio e maioritário destas crianças.

### 4.1. Óbitos

A morte de crianças com dias, meses ou poucos anos de vida era uma situação comum na sociedade da época. Nos nossos dias é algo que nos choca, mas na Época Moderna, e ainda no século XIX, era algo aceite por ser bastante comum, e os enjeitados não foram exceção.

As condições a que uma criança era sujeita eram completamente diferentes daquilo a que estamos habituados, havendo práticas que podiam ser perigosas, sem que ninguém as percecionasse como tal. Após o nascimento, a criança era enfaixada de maneira que não se pudesse mexer, com o objetivo de que crescesse direito e que a mãe pudesse trabalhar longe da criança, que estaria completamente imobilizada. Podiam ser atadas ao berço e por vezes penduradas para que não corressem riscos com animais, sempre enfaixados, e como não eram muitas vezes mudados, as condições de higiene a que eram sujeitos eram miseráveis<sup>234</sup>.

No período que estudamos, faleceu mais de metade (51,4%) dos enjeitados que deram entrada na Santa Casa de Torres Novas. Essa proporção apresenta-se um pouco abaixo da que já foi calculada para outras localidades em cronologias próximas, como são os casos de Santarém no período de 1691 a 1710, em que faleceram 54,7% dos enjeitados<sup>235</sup>, ou de Ponte de Lima, com uma mortalidade de 59% entre 1710 e 1719<sup>236</sup>.

Tal como já foi indicado, existem vários livros de receitas e despesas que estão em falta e isso influenciará os números finais. Para determinar o peso da morte entre os enjeitados são necessárias as datas de chegada à Santa Casa e de óbito. Com essas datas conseguimos identificar o tempo de sobrevivência dos enjeitados enquanto estavam a ser custeados pela Santa Casa, mas existem outras informações relevantes, como o sexo dos enjeitados, a causa da morte e por fim o local em que foi enterrado. Pelo défice de fontes, mas também de informações registadas, não são muitos os dados a apresentar, mas conseguimos ter uma perspetiva sobre a morte destas crianças. Assim, para 127 óbitos temos informações sobre os anos em que ocorreram e sobre o sexo dessas crianças, mas sobre os tempos de criação e a sazonalidade dos óbitos contamos apenas com 88 registos, o que representa 35,6% do total de enjeitados.

---

<sup>234</sup> Lopes, Maria Antónia, “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX ...”, cit., p. 162.

<sup>235</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia ...*, cit., p. 120.

<sup>236</sup> Fonte, Teodoro Afonso, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)...*, cit., p. 131.

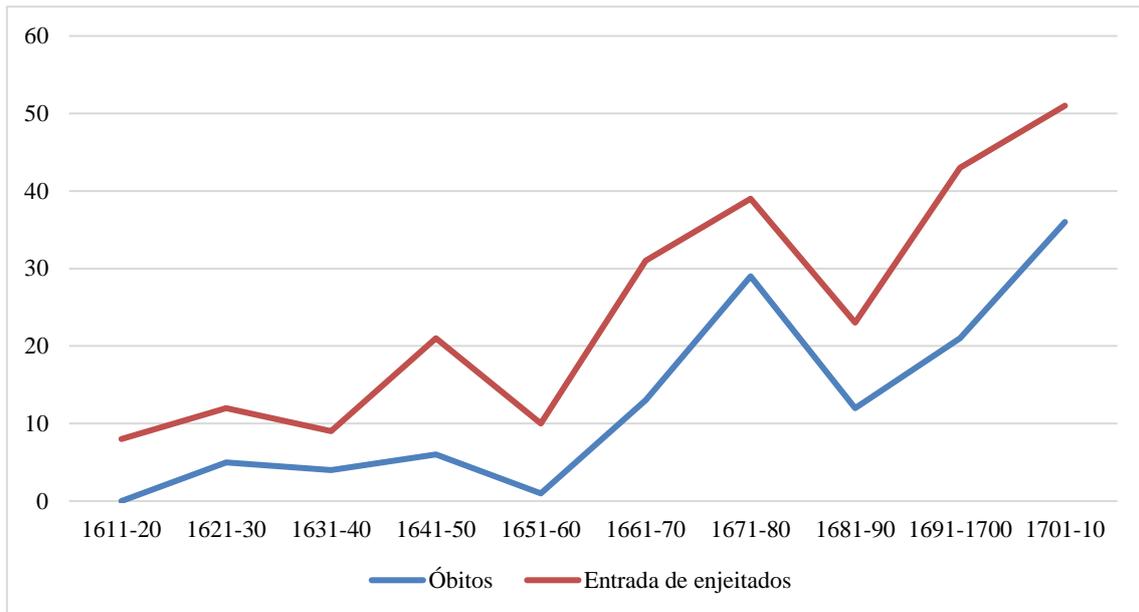


Gráfico 5 – Comparação entre os óbitos e a entrada de enjeitados

Observando o gráfico acima, conseguimos ver que os números de óbitos acompanham a evolução de entradas de enjeitados na Santa Casa. Na primeira década não temos nenhuma informação sobre a morte de enjeitados, o que é estranho, mesmo tendo havido apenas seis enjeitamentos. Seguindo com as décadas, notamos uma sequência de números baixos até 1651-60. É na segunda metade da cronologia em estudo que se verifica um grande aumento dos óbitos, ultrapassando os cem casos, o que representa 87,5% de todos os óbitos.

Através da análise dos registos, conseguimos ter noção de que foi o sexo feminino que mais faleceu nesta cronologia em estudo. Havendo um maior número de entradas na Santa Casa do sexo feminino (51,6%), era de se esperar que o número de óbitos de enjeitadas fosse em maior número. Mas também faleceram em maior proporção, 52,3% de óbitos das meninas que entraram, ultrapassando os 50,4% dos óbitos do sexo oposto.

Em relação ao tempo de sobrevivência dos enjeitados, só possível conhecê-lo em 89 casos, como dissemos, pela falta de informações como a data de falecimento da criança, quer fosse por omissão dos escrivães ou por desconhecimento dos mesmos. As datas de óbito eram maioritariamente apontadas em notas laterais dos termos de entradas, mas também na parte final dos registos de pagamentos ou quando se enumeravam as amas a quem se deveria pagar.

Olhando para o gráfico abaixo apresentado, observamos a divisão dos tempos de sobrevivência das crianças em poder das amas. Para permitir a comparação, os períodos foram definidos em função da investigação mais próxima que temos sobre o tema, tanto a nível de localização como a nível temporal.

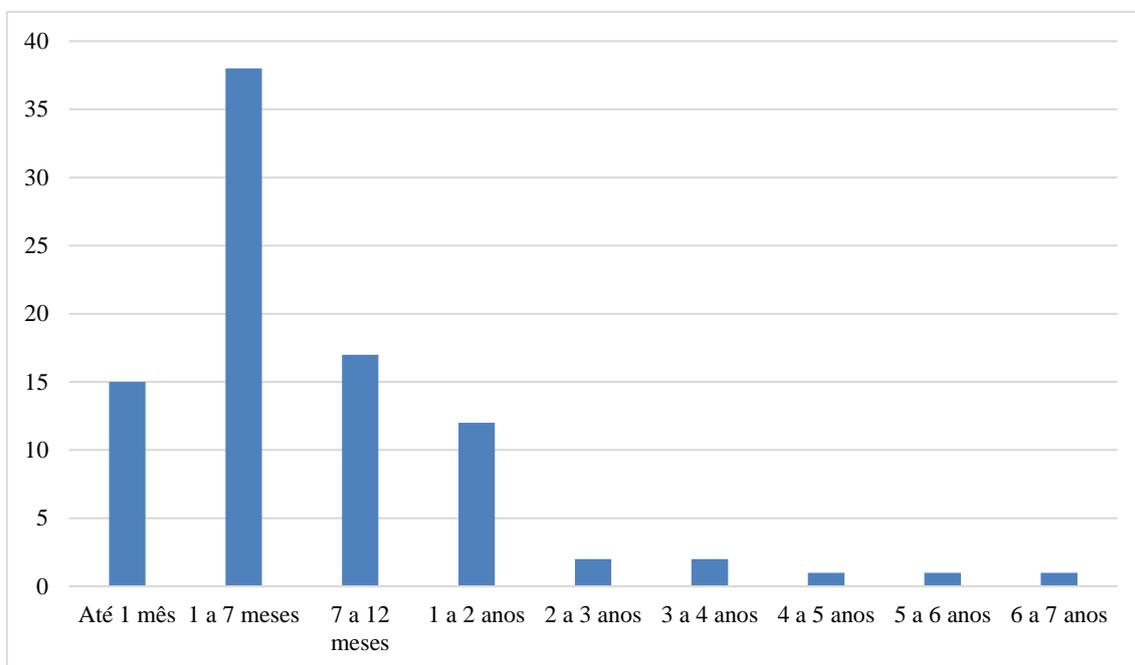


Gráfico 6 - Idade dos enjeitados falecidos

Começamos por apresentar o primeiro ano, o mais fatídico, representando 28,7% do total de enjeitados. Faleceram 15,3% de enjeitados entre o primeiro e o sétimo mês, seguindo-se pelo período seguinte, entre os sete e os doze meses, com 6,9%. Estes seriam os primeiros meses em que a criança ficaria entregue a uma ama, sendo os mais difíceis, tanto para a criança como para a ama e a sua família. Os dados revelam que 6% morreram no primeiro mês, sendo que 4% faleceram nos primeiros quinze dias.

Comparando estes dados com os que Maria de Fátima Reis revela sobre Santarém, os de Torres Novas apresentam-se inferiores num modo geral. Até ao primeiro ano de idade, os valores não ultrapassam os 44,7% de óbitos ocorridos em Santarém, ficando-se pelos 28,2%. Até ao primeiro mês de criação houve na localidade escalabitana 24,1% de óbitos, superando os 16,9% em Torres Novas. A constante mantém-se entre o primeiro e o sétimo mês, mas desta vez com valores mais próximos, 15,3% contra 17,3% em Santarém. O último período é onde a vila ribatejana supera Santarém, apresentando 6,9% contra 3,3% do sétimo mês ao décimo

segundo mês<sup>237</sup>. Depois deste primeiro ano, segue-se o período que compreende entre o primeiro e o segundo ano de criação, com 4,8% de óbitos, valor muito próximo dos 5,3% que faleceram em Santarém<sup>238</sup>.

Mas que motivos podiam levar aos números tão excessivos da mortalidade dos expostos? Isabel dos Guimarães Sá sintetiza esta questão, enumerando diversos momentos de perigo que um enjeitado vivia, desde a gravidez indesejada e o próprio parto, passando pelo transporte das crianças até chegarem às mãos dos responsáveis da instituição acolhedora e desta às das amas, cujas condições seriam precárias, incluindo a quantidade e/ou qualidade do seu leite, que podia resultar de um parto de há muitos meses<sup>239</sup>. Para colmatar isso, estas amas podiam introduzir uma alimentação artificial e imprópria nos primeiros meses de vida. Eram usados também outros métodos perigosos, como a utilização de narcóticos, que teriam como função adormecer a criança<sup>240</sup>.

Os óbitos que ocorreram nos primeiros quinze dias representam 4%, num período de vida da criança muito complicada. É de realçar que três destes casos são de enjeitados que morreram no próprio dia em que chegaram à Santa Casa. Deixar uma criança sozinha num local pouco concorrido era muito perigoso porque havia sempre o risco de esta não ser encontrada a tempo e falecer desamparada ou ser socorrida demasiado tarde. Curiosamente, todos os casos são de crianças do sexo feminino, sendo o primeiro da enjeitada Maria, que chegou à Santa Casa a 16 de outubro de 1638 e faleceu nesse mesmo dia<sup>241</sup>.

Por fim, as crianças que apresentam um menor número de óbitos já teriam ultrapassado o período de amamentação, falecendo 2,8%, número abaixo dos 4,7% dos enjeitados que morreram com a mesma idade em Santarém<sup>242</sup>. A falta de condições de higiene e saúde podem justificar estas mortes, mas não temos como confirmar isto porque os escritvães não apontaram nada sobre estes óbitos. Alguns chegaram a sobreviver mais de metade do tempo de criação a que tinham direito, havendo apenas um caso em que faleceu a poucos meses de perfazer os sete anos. Aconteceu com Manuel, que chegou à Santa Casa em 16 de janeiro de 1666, estando a cargo da Santa Casa seis anos e sete meses<sup>243</sup>. A partir destes dados conseguimos saber as idades

---

<sup>237</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia ...*, cit., p. 120.

<sup>238</sup> Os restantes períodos apresentam dados muito baixos em Torres Novas, como se pode ver no gráfico 1 dos anexos.

<sup>239</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do Sul...*, cit., pp. 55-57.

<sup>240</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia ...*, cit., p. 123.

<sup>241</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1638-39)*, RD 15, Torres Novas, fl. 101v. Os outros dois casos na fl. 71v.

<sup>242</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia ...*, cit., p. 120.

<sup>243</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1665-66)*, RD 32, Torres Novas, fl. 82v; ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1672-73)*, RD 37, Torres Novas, fl. 88.

aproximadas dos enjeitados quando faleciam, mas não com exatidão por não termos a certeza das suas datas de nascimentos.

A sazonalidade destes óbitos é também um aspeto a investigar. Dos 89 casos passíveis de ser analisados, só não temos informação sobre o mês em que o enjeitado faleceu em apenas um caso, o da criança que já foi apresentada anteriormente, enjeitada sem vida e sobre a qual nem foi apontada a data de chegada<sup>244</sup>.

Com o auxílio do gráfico abaixo apresentado percebemos que os meses de verão, julho e agosto, se destacam dos demais, com 19,1% e 18% respetivamente. São seguidos por outubro e junho (10,1%) e depois por novembro com 9%. Notamos assim valores mais elevados na segunda metade do ano, representando 66,3% do total dos óbitos. Também em Santarém os meses com maior número de óbitos foram os do verão e outono<sup>245</sup>. Já em Setúbal, os dados apresentam-se diferentes, com um grande pico de óbitos no mês de junho, seguido dos meses de dezembro e outubro<sup>246</sup>.

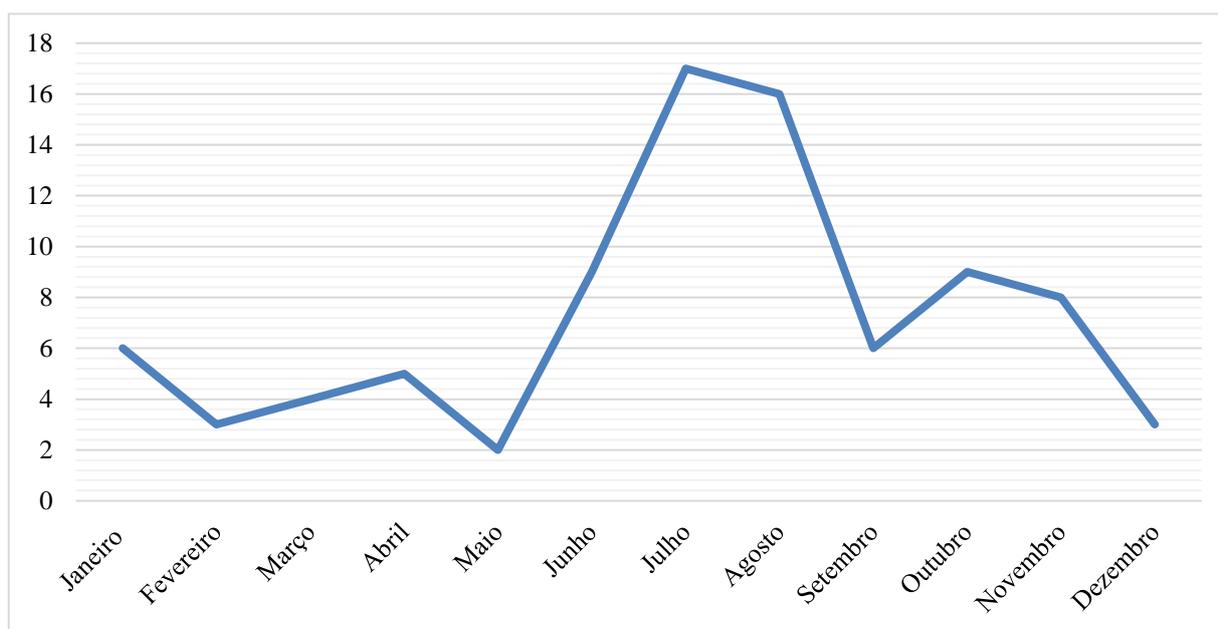


Gráfico 7 - Sazonalidade dos óbitos

Em Torres Novas os meses mais mortíferos eram os do verão, com o calor que estes meses apresentam como um dos fatores para haver tantas mortes. Outros fatores podem ser preponderantes, tal como o fim das reservas cerealíferas, deixando as amas subnutridas e impossibilitando a alimentação aos enjeitados. A associação de doenças às crianças durante

<sup>244</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1677-78)*, RD 42, Torres Novas, fl. 71v.

<sup>245</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia ...*, cit., p.125.

<sup>246</sup> Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755 ...*, cit., p. 87.

algumas épocas do ano pode também ajudar a perceber estes números, como as doenças gastrointestinais durante o verão e bronco pulmonares durante o outono e inverno<sup>247</sup>.

Destacam-se os baixos valores em maio, com apenas 2,2% de óbitos, e nos meses de fevereiro e dezembro com 3,4%. Estes resultados mais benignos nos meses de inverno são relativamente inesperados, pois as condições climáticas tinham com frequência resultados trágicos.

Analisámos a sazonalidade dos óbitos e as idades dos falecidos. Se compararmos os ritmos estacionais dos óbitos e dos abandonos, percebemos que estes enjeitados, que grande parte faleceu com poucos meses de vida, entraram em grande número nos meses de maio, junho e março, falecendo mais tarde em julho e agosto, quando teriam poucos meses de vida. Note-se ainda para o mês de agosto, em que houve um maior número de óbitos do que de entradas na Santa Casa.

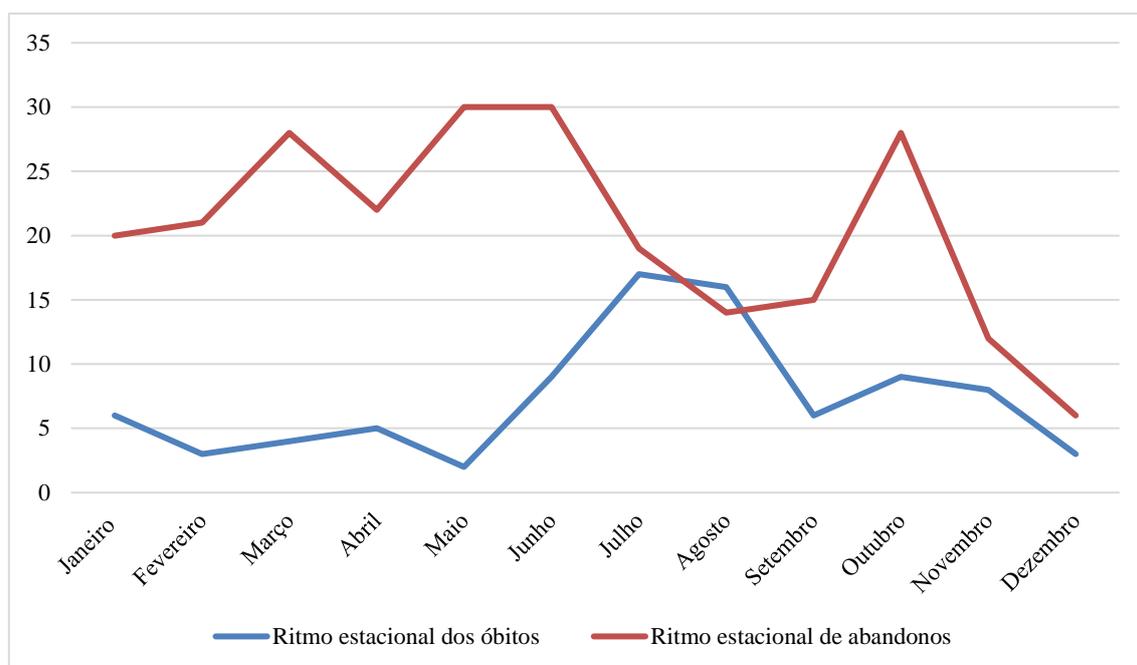


Gráfico 8 - Ritmos estacionais de óbitos e de abandonos

Sendo impossível identificar as causas de morte dos enjeitados, por omissão nas fontes, resta-nos analisar os locais em que foram enterrados. Dos 89 casos de óbitos que nos chegaram com todos os dados, apenas em onze casos é indicado o local em que foram enterrados. Apesar deste número ser muito baixo, conseguimos identificar alguns, todos em espaços da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, mas em diferentes sítios. No adro da Santa Casa foram sepultadas quatro crianças, sendo que numa delas se especifica que é “defronte da Porta

<sup>247</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A ação social da Misericórdia ...*, cit., p.125; Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755...*, cit., p. 86.

Principal desta Caza”<sup>248</sup>. Outros três enjeitados, que faleceram em 1690 e 1691, foram enterrados na igreja da Santa Casa, que fica junto à mesma<sup>249</sup>. Nos últimos três casos indica-se apenas que foram enterrados na Santa Casa, não se especificando o local em concreto.

#### 4.2. Interrupção das criações

Após o período de sete anos de criação, os enjeitados entravam numa fase da vida em que começavam a trabalhar, deixando assim de ser uma criança perante a sociedade da época. Iremos agora analisar aquelas que sobreviveram mas que por algum motivo tiveram a sua criação interrompida. A principal questão neste subcapítulo é perceber os motivos dessas interrupções, caso as consigamos identificar.

Temos dados sobre o futuro de 42 enjeitados, o que corresponde a apenas 16,9% de todos que deram entrada na Santa Casa. A maior parte dos registos dos enjeitados encontra-se incompleto pela falta de livros de receitas e despesas e cremos que isso tenha prejudicado em muito esta análise. É possível acompanhar a criação de alguns enjeitados, mas chega-se a um certo ponto em que, ou pela falta de fontes ou por negligência dos escrivães, deixamos de ter informações. Contamos para esta análise com os registos que indicam especificamente para onde foi a dita criança ou quem ficou com ela.

Desses 42 enjeitados, 69% não atingiram os sete anos de criação e foram entregues ou despedidos com diversas idades. Destes últimos, houve apenas dois, sendo o primeiro Manuel, criado à custa da Santa Casa desde 12 de maio de 1613 só até julho de 1614, quando pagaram à ama “todo o tempo que teve ho emgeitado que aguora se lhe tirou”<sup>250</sup>, sem se esclarecerem os motivos. Mais tarde, em 25 de agosto de 1649, a enjeitada Ana terminou a criação, um mês depois de ter chegado, dizendo-se em nota lateral que “se restituiu seis tostoos que se tinham dado a ama que o criava entrando nesta soma o trigo e azeite reduzido a dinheiro que tudo com o dinheiro que lhe avião dado”<sup>251</sup>. Este é o único caso desta investigação em que a Santa Casa obteve de volta o dinheiro gasto na criação de um enjeitado, mas as razões para tal não as sabemos.

Existem ainda dois casos em que o escrivão assinala os enjeitados como ausentes, devido à falta de comparência das amas na Misericórdia para receber os devidos pagamentos.

---

<sup>248</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1638-39)*, RD 15, Torres Novas, fl. 101v.

<sup>249</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1690-91)*, RD 48, Torres Novas, fls. 86-86v.

<sup>250</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1614-15)*, RD 4, Torres Novas, fl. 160.

<sup>251</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1649-50)*, RD 25, Torres Novas, fl. 79v.

Ambos os casos, que se referem a Bernardino e Maria, surgem na década de 1691-1700<sup>252</sup>. Os motivos que levaram as amas a deixar de aparecer pode consistir no óbito da criança, omitindo a mesma informação à instituição, podendo também ter falecido a ama e família ou teriam saído da localidade. Não sabemos ao certo o que aconteceu, apenas que estas duas crianças não voltaram mais à Santa Casa.

Quanto às restantes crianças, com diversos futuros, começemos por apresentar as que foram entregues a pessoas que se responsabilizavam por elas. Não temos informações sobre três enjeitados (12%), em que nos é indicado apenas que levaram a criança, sem registarem qualquer nome ou data de entrega. No caso de Maria, enjeitada em 2 de fevereiro de 1671 e entregue a 21 de setembro de 1675, anotou-se a existência de um termo da sua entrega, mas que não conseguimos encontrar<sup>253</sup>. Uma outra ocorrência que sobressai pela ausência de dados reporta-se a Joana Micaela, que chegou à Santa Casa em 8 de maio de 1696 e em nota lateral do livro seguinte se anotou apenas que “levarão esta emgeitada”<sup>254</sup>.

A entrega destas crianças aos seus pais ocorreu por doze vezes (48%). Temos informações acerca de quem os foi buscar, surgindo as figuras do pai e da mãe em igual destaque, com 20% cada. A identidade dos pais era um detalhe que, ao que parece, não lhes interessava, mas no registo de Antónia, enjeitada a 24 de abril de 1694, identificam a sua mãe, “Maria Cadima filha de Francisca Cadima do lugar de Prasseiros”<sup>255</sup>, que a levou. Houve ainda casos em que a criança era recuperada pelos progenitores, mas por óbito ou outro motivo, foi parar novamente à Santa Casa. Isto aconteceu com Diogo, enjeitado em 22 de abril de 1620, tendo sido entregue ao seu pai a 31 de agosto de 1622<sup>256</sup>, surgindo novamente no livro de receitas e despesas seguinte, sem indicar o que lhe aconteceu, informação essa que poderia estar na fonte de 1622-23 atualmente desaparecida. Mais tarde, aconteceu o mesmo com o enjeitado Cosme: chegou à Santa Casa em 29 de janeiro de 1625, anotando-se depois, sem data, que já não corria “por conta desta Santa Caza que se soube quem era sua Mai o qual aseitou para o criar”. Esta indicação sugere que as devoluções não eram compulsivas. Contudo, numa segunda

---

<sup>252</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1701-02)*, RD 54, Torres Novas, fl. 108v; ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1700-01)*, RD 53, Torres Novas, fl. 104; ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1702-03)*, RD 55, Torres Novas, fl. 110v.

<sup>253</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1675-76)*, RD 40, Torres Novas, fl. 80.

<sup>254</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1695-96)*, RD 51, Torres Novas, fl. 98v; ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1696-97)*, RD 52, Torres Novas, fl. 100.

<sup>255</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1694-95)*, RD 50, Torres Novas, fl. 102.

<sup>256</sup> Esta informação está em nota lateral, numa zona em que a folha está em mau estado, o que dificulta a sua transcrição. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1622-23)*, RD 7B, Torres Novas, fl. 121v.

nota não datada, regista-se que voltaram a “correr com este enjeitado por que moreo sua Mai”<sup>257</sup>.

O tempo que estes pais demoravam a ir buscar o seu filho à Santa Casa é perceptível em alguns casos. Inicialmente poderíamos esperar que os fossem reaver passado pouco tempo, o que demonstraria arrependimento pelo ato de enjeitamento, todavia isso apenas acontece uma vez, em maio de 1643, com um pai a ir buscar o seu filho passados quinze dias. Neste caso, existe a referência de que o pai era originário de Pernes<sup>258</sup>. Esta localidade fica aproximadamente a 15 quilómetros de Torres Novas, o que pode ter influenciado a escolha do local do abandono, visto que pertence a outro município.

Já o enjeitado João, que chegou em 15 de junho de 1663, tem em nota lateral a indicação de que se despediu a ama em 22 de julho seguinte “por se achar Pai e mai a este enjeitado”<sup>259</sup>. A expressão usada parece apontar para uma entrega compulsiva ou negociada. Existem outros casos que variam no tempo de criação, como, por exemplo, um enjeitado que esteve dois meses aos cuidados da Santa Casa, tendo sido entregue em agosto de 1704 à sua mãe<sup>260</sup>. Os restantes apresentam vários meses de criação até os irem buscar. Nestes podemos considerar que os motivos do abandono estariam relacionados com dificuldades económicas, que se alteraram mais tarde. Por último, temos ainda um registo em que o escrivão aponta que a enjeitada Eiria se despediu no último dia de agosto de 1630 por “lhe sair mai na villa de Thomar e se entregou por ordem do licenciado”<sup>261</sup>. Não conseguimos perceber qual o significado desta nota, mas podemos considerar a hipótese de estar presa.

Os restantes foram entregues a pessoas desconhecidas da criança (40%), que aceitavam criar o enjeitado em vez de a Santa Casa ter de pagar a uma ama. Sabemos que qualquer pessoa tinha o direito de beneficiar destas crianças enjeitadas<sup>262</sup>, mas nem sempre se percebem os motivos que levavam a querê-las em suas casas. Em princípio, seria para servirem em ocupações domésticas, pastorear e outros trabalhos leves do campo. Mas estes de que tratamos eram entregues antes de fazerem os sete anos, o que pode indiciar a existência de outros fatores para a sua procura, como a de laços familiares, permanecendo assim no anonimato, embora em alguns casos não seja de excluir a sua procura como mão-de-obra.

---

<sup>257</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1624-25)*, RD 8, Torres Novas, fl. 139.

<sup>258</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1642-43)*, RD 19, Torres Novas, fl. 156.

<sup>259</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1663-64)*, RD 30A, Torres Novas, fl. 86v.

<sup>260</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fl. 107.

<sup>261</sup> Não é perceptível o nome do dito “licenciado”. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1630-31)*, RD 12, Torres Novas, fl. 156v.

<sup>262</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do sul ...*, cit., p. 60.

Destas crianças entregues a pessoas desconhecidas, importa mencionar um caso que nos levantou várias dúvidas. Feliciano do Vale chegou à Santa Casa em 4 de julho de 1642 depois de ter sido enjeitado na Ermida de Nossa Senhora do Vale. No livro de receitas e despesas de 1642-43 regista-se a sua morte a “22 dias de agosto deste anno de 1642” tendo sido enterrado no adro da Santa Casa<sup>263</sup>. Porém, volta a aparecer no livro de receitas e despesas seguinte com a informação de que foi “entregue este emgeitado felesiano a Manuel Mendes Cam..ro de Thomar como consta do termo adiante aos 18 dagosto 643”<sup>264</sup>. Na folha seguinte aparece um termo de “Emtrega do emgeitado felesiano que criava Antonia Fernandes de Gateiras”<sup>265</sup>. Possivelmente, terá sido um erro do escrivão na data de óbito, indicando 1642 em vez de 1643<sup>266</sup>.

Para analisar estes casos, vamos dividi-los pelas pessoas que ficaram com eles, para tentar perceber quais as suas motivações. Começamos pelas amas, que podiam desde logo pretender ficar com o enjeitado por diversas razões. Isto aconteceu em três situações. A primeira é a de José, que chegou a 2 de abril de 1623 e que o “tomou o ho amo que o criava” entre julho de 1626 e junho de 1627, informação que surge no livro de receitas e despesas<sup>267</sup>. O caso seguinte é o de Luís, admitido em 27 de junho de 1644, mas que em nota lateral do seu registo se escreveu que a ama o “cria de grasa ...por a ama dizer que não queria nada de misericórdia”<sup>268</sup>. Haveria alguma ligação familiar entre eles ou seriam outras razões? Seria possível, por exemplo, pretender omitir a morte da criança, simulando criá-la de graça? O último caso é de Páscoa, acolhida na Santa Casa em 5 de abril de 1694, tendo em nota a indicação de que a ama a levou, referindo ainda que “para o ano ce pode por por soldada”<sup>269</sup>, ou seja, esta menina estaria a terminar o seu período de criação de sete anos, o que poderá revelar o interesse da ama em ficar com ela<sup>270</sup>.

Os outros interessados nos enjeitados são pessoas alheias a estes. O primeiro caso é de Maria do Vale, enjeitada em 1 de fevereiro de 1631. Passados quatro meses, a 4 de junho de 1631, regista-se que Pero Rodrigues pretendia ficar com a criança, obrigando-se a pagar toda as despesas que a Santa Casa já tinha tido, até ao dia de São João, correspondente a 3.320 réis,

---

<sup>263</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1642-43)*, RD 19, Torres Novas, fl. 153v.

<sup>264</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1643-44)*, RD 20, Torres Novas, fl. 101.

<sup>265</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1643-44)*, RD 20, Torres Novas, fls. 102-102v. Nesta altura, como ainda não existia o livro de termos, registavam-se estas informações nos livros de receitas e despesas.

<sup>266</sup> Consultar nos anexos a figura 5.

<sup>267</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1622-23)*, RD 7B, Torres Novas, fl. 125v; ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1626-27)*, RD 9, Torres Novas, fl. 133.

<sup>268</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1644-45)*, RD 21, Torres Novas, fl. 118.

<sup>269</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1700-01)*, RD 53, Torres Novas, fl. 102v.

<sup>270</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1700-01)*, RD 53, Torres Novas, fl. 102.

pagando a mais 100 réis por cada dia que se atrasasse no pagamento<sup>271</sup>. A Mesa aceitou a entrega da dita criança “por parecer assim serviço de Nosso Senhor e per não se descobrir a mai desta menina”<sup>272</sup>. O caso seguinte é o de Maria, enjeitada em maio de 1643 e entregue a António Fernandes no fim de julho do dito ano, nada mais se esclarecendo<sup>273</sup>.

Quanto a António, enjeitado em 23 de setembro de 1669, foi entregue passados cinco anos, levando-o o almoxarife da vila, Manuel de Moraes Sarmento. Por esta entrega, formalizada no livro de termos, o almoxarife comprometeu-se a “criar e ensinar e pello tempo a diante e per a hum ofício”<sup>274</sup>. De notar que este é o único registo de um menino no livro de termos, assim como é o único em que se obriga ao ensino de um ofício à criança.

O caso seguinte é um dos mais completos para se analisar. Em 20 de janeiro de 1700 chegou a enjeitada Maria, aparecendo no livro de receitas e despesas de 1702-03 em nota lateral que foi “dada em casamento”<sup>275</sup>. À semelhança de outros casos esta é a única informação que possuímos nesta fonte, mas no livro de termos encontramos o assentamento de obrigação de casamento desta enjeitada, entregue a “Tiadorio Lourenso da villa de Tancos” (localidade que fica a cerca de 12km de Torres Novas) no dia 20 de agosto de 1702. Este termo torna-se interessante por todos os detalhes que são apresentados, desde logo por indicar a duração do contrato, que seriam doze anos, ou seja, quando a criança tivesse mais ou menos quatorze anos. Ao longo destes anos, a enjeitada era obrigada a prestar serviços ao requerente, no fim dos quais este teria de lhe doar uma vasta lista de peças como enxoval do casamento, peças essas que abrangem diversas áreas da vida doméstica. Deveria entregar-lhe as seguintes roupas de cama: dois lençóis de “pano de linho de tres ramos”, um colchão de “panno de linho cheio de lam”, um cobertor de “panno de logia” e um travesseiro “com sua fronha cheia de pena ou lam”. Para a cozinha, Maria levaria “duas toalhas de prego e humas de meza”, uma arca e outra mais pequena para o pão, um tabuleiro, uma tábua de tender, duas peneiras, uma joeira, um “trenpem”, um espeto, “dois tamboretas de pao” e “duas duzias de lousa de Lisboa”, além de receber dinheiro para comprar loiça de barro. O amo também lhe daria peças de vestuário, como uma “saia de milanesa”, um “manteo de pano de logia”, duas camisas, sapatos, dois lenços, um “manto de sargia” e ainda vestidos, referindo que tudo isto teria de ser novo e “acabado

---

<sup>271</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1630-31)*, RD 12, Torres Novas, fls. 159v e 276-276v.

<sup>272</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1630-31)*, RD 12, Torres Novas, fl. 276.

<sup>273</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1642-43)*, RD 19, Torres Novas, fl. 155v.

<sup>274</sup> ASCMTN, *Livro de Termos (1666-1707)*, TM 310, Torres Novas, fl. 40.

<sup>275</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1702-03)*, RD 55, Torres Novas, fl. 110v. Ver adiante outros contratos semelhantes.

dagulha”<sup>276</sup>. Além disso, o requerente ficava obrigado de no dito tempo lhe dar de comer, vestir e calçar bem, ficando ainda no contrato que caso a enjeitada não terminasse o dito tempo, teriam que lhe pagar o tempo que servira. Os detalhes destas peças tornam-se interessantes, como o pano de linho de três ramos, a saia de milanesa ou a louça ter de ser de Lisboa. Este registo revela-nos algumas peças essenciais para as casas rurais e vestuários das mulheres da época, sendo que algumas delas seriam difíceis de adquirir por uma mulher das camadas pobres. Contudo, tratava-se do pagamento de doze anos de serviço.

Os dois últimos casos de criações interrompidas por entrega têm a particularidade de terem sido acolhidos pela mesma pessoa. O enjeitado José chegou em 24 janeiro 1703, e no seu último registo em 1704 anota-se que “corre hoje por conta do Reverendo Prior do Salvador o qual tem em sua caza”, deixando assim de estar ligado à Santa Casa a partir de 2 julho 1704<sup>277</sup>. Anos mais tarde, José Francisco, admitido pela Misericórdia em 11 de outubro de 1708, foi recolhido para “caza o Reverendo Prior do Salvador” no primeiro dia de janeiro de 1710<sup>278</sup>. Em ambos os casos as crianças tinham pouco mais de um ano quando foram para casa do prior. Seriam seus filhos? Ou filhos de uma sua criada ou protegida? Não é possível perceber qual o propósito destas entregas.

#### 4.3. Depois das criações

Deixámos para o fim deste capítulo os enjeitados que completaram a sua criação e qual o seu destino. Maria Antónia Lopes refere que “os expostos perdem-se no anonimato da gente pequena”, deixando as misericórdias de ter contacto com estas crianças<sup>279</sup>. Esta é uma realidade em grande parte das localidades portuguesas, mas em Torres Novas encontramos indícios de a Santa Casa se interessar pelo futuro dos enjeitados. E é esse futuro que vamos tentar deslindar neste subcapítulo, tendo em mente as seguintes questões: permaneceram com as amas?, passaram a viver com outras pessoas?, as famílias de sangue recuperaram-nas nessa idade?, e a Santa Casa continuou a desempenhar algum papel no desenrolar da vida destas crianças?

Sabemos que os enjeitados, depois de se despedirem da Santa Casa, ficavam sob a tutela de um juiz de órfãos, que teria a obrigação de os entregar a famílias que os acolhessem. Estes enjeitados, apesar de começarem a trabalhar aos sete anos, só eram remunerados após atingirem

---

<sup>276</sup> Consultar nos anexos a figura 6. ASCMTN, *Livro de Termos (1666-1707)*, TM 310, Torres Novas, fls. 134-134v.

<sup>277</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fl. 105.

<sup>278</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1709-10)*, RD 61, Torres Novas, fl. 118v.

<sup>279</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social ...*, cit., p. 324.

uma certa idade: os rapazes a partir dos 12 anos e as raparigas dos 14 anos<sup>280</sup>. As amas que os tinham criado teriam direito de preferência, e, se ninguém quisesse ficar com o enjeitado, o juiz teria a responsabilidade de “afixar editais e apregoar o auto de arrematação da criança”, ou seja, era obrigado a arranjar quem se encarregasse de ficar com o enjeitado a troco do seu trabalho<sup>281</sup>. Apesar de terem sido abandonados pelas famílias, os expostos terão sido “pobres, sem dúvida, mas sem indícios de serem segregados”<sup>282</sup>.

Nas fontes em estudo temos informações sobre o futuro de alguns enjeitados, que era diferente consoante o sexo. A primeira referência surge no livro de receitas e despesas de 1688, onde o escrivão regista que tendo os enjeitados “sete anos se despedem e esta Santa Casa os costuma acomodar e dar a pessoas que os tratem bem, e disto se faz termo de Obrigação. As Femeas por Cazamento e aos machos a os porem a Officio”<sup>283</sup>. Esta é uma informação muito importante, pois em geral pouco se sabe sobre o destino das crianças após o tempo de criação. Corroborando a informação, encontram-se documentados os contratos de entrega dos enjeitados nos livros de termos, com dados importantes, principalmente no caso das enjeitadas. As meninas eram entregues a pessoas que ficavam obrigadas a dotá-las para o seu casamento com diversos objetos e peças de roupa depois de terem servido durante os anos estabelecidos. Estes “termos de casamento”, como iremos analisar mais à frente, são relevantes para conhecermos melhor a realidade feminina na época.

A primeira enjeitada de que temos informação que tenha completado a criação e de ter sido entregue é Ana, que chegou à Santa Casa em 26 de julho de 1647 e “se deu em mensa de 13 de Setembro de 654 a Ignacio Gil Orgulho por cassamento”<sup>284</sup>. Esta menina foi entregue num ano do qual não possuímos fontes, obtendo-se a informação da sua entrega através de apontamentos laterais que foram deixados desde o seu registo de entrada em 1647-48<sup>285</sup>. Esclareça-se que “dar ... por casamento” não significa que tivesse casado, o que seria impossível com a sua idade. Na Misericórdia de Torres Novas a expressão significava estabelecer um contrato com as pessoas que ia servir, obrigando-se estas a dotar a enjeitada quando se casasse com os bens estabelecidos nesse acordo.

---

<sup>280</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia ...*, cit., p. 127.; Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida” ..., cit., p. 14.

<sup>281</sup> Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna ...*, cit., p. 81.

<sup>282</sup> Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna ...*, cit., pp. 164-165.

<sup>283</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1688-89)*, RD 47, Torres Novas, fl. 86.

<sup>284</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1647-48)*, RD 24, Torres Novas, fl. 101v.

<sup>285</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1647-48)*, RD 24, Torres Novas, fl. 101v.

Maria do Vale deu entrada na Santa Casa em 25 de outubro de 1669 tendo sido “dada a casamento a Maria de Serpa Serra”<sup>286</sup>. Este caso é um dos primeiros a aparecer no livro de termos e atas da Misericórdia, que se inicia em 1666. Começa por se indicar que a 2 de agosto de 1676, o requerente Álvaro “Margulhão” Pereira, filho de Maria de Serpa Serra, apresentou-se à mesa da Santa Casa em nome da sua mãe com a intenção de levar a enjeitada Maria do Vale que criava Helena Gomes de Torres Novas, e “tomava a ditto enjeitada para sua casa para a criar e ensinar e depois dos annos do estillo dar lhe seu casamento como he costume”. Este “termo de casamento” não nos indica muito, terminando com as assinaturas de todos os intervenientes”<sup>287</sup>.

No caso de Madalena, que chegou em 23 de julho de 1677, sabemos que foi despedida passados sete anos<sup>288</sup>. Contamos apenas com esta informação no livro de receitas e despesas, no entanto encontramos esta menina no livro de termos, onde é indicado que “foi visto o título dos enjeitados e se achou que tinha sete annos Magdalena” e “como he costume desta Santa Caza amparar os que despedem”, foi dada ao próprio escrivão para, como ele anota, a “acabar de criar e servir me della com obrigação de lhe pagar seu cazamento e legando a esse tempo com as condições que se dão as Orfãs no Juizo dos Orfãos”<sup>289</sup>.

Outro caso interessante é o de Josefa, que entrou na Santa Casa em outubro de 1692, surgindo no livro de receitas e despesas de 1700-01, com a indicação de que o padre João Lopes a queria. Em nota lateral informa-se que não se pagava à dita ama visto que teria alguém interessado nela, mas a ama “a não quis trazer a dois mezes”, indicando-se, no final da nota, que o interessado já tinha a enjeitada<sup>290</sup>. Esta informação demonstra a relação emocional que as amas podiam construir com estas crianças, tornando-se difícil a sua separação.

Maria foi enjeitada a 15 de outubro de 1703 e sabemos pela nota lateral no livro de receitas e despesas de 1710-11 que foi despedida<sup>291</sup>. A partir do nome da enjeitada e da ama, Ana de Oliveira, conseguimos encontrá-la no livro de termos com o título “Termo da Enjeitada Maria que criou Anna de Oliveira que se deu por cazamento a Pedro Craveiro de Figueiredo”, mas tem apenas a data indicando-se em nota que “não tem efeito este principio”<sup>292</sup>. Como a

---

<sup>286</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1676-77)*, RD 41, Torres Novas, fl. 103.

<sup>287</sup> ASCMTN, *Livro de Termos (1666-1707)*, TM 310, Torres novas, fl. 47.

<sup>288</sup> Esta informação aparece no livro de receitas e despesas de 1683-84, já que o livro seguinte não existe, onde estaria o último registo desta criança. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1683-84)*, RD 46, Torres Novas, fl. 93v.

<sup>289</sup> ASCMTN, *Livro de Termos (1666-1707)*, TM 310, Torres Novas, fl. 80.

<sup>290</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1700-01)*, RD 53, Torres Novas, fl. 102.

<sup>291</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1710-11)*, RD 62, Torres Novas, fl. 96v.

<sup>292</sup> ASCMTN, *Livro de Termos (1707-1749)*, TM 311, Torres Novas, fl. 11v.

data deste termo é de 1712, significa que nove anos depois de ter sido admitida, a Santa Casa continuava a custear esta criança.

Encontramos ainda um caso em que a criança quando terminava o período de criação era simplesmente despedida, sem sabermos ao certo o seu futuro. Isto aconteceu com Jorge, enjeitado em 15 de outubro de 1666, tendo baixa “no cabo de outubro de 673”, mas nada mais é esclarecido<sup>293</sup>. Terá continuado com a ama ou o seu futuro passou por outra família?

De seguida iremos apresentar alguns enjeitados cujo destino desconhecemos, mas que se sobressaem por terem todos ultrapassado os sete anos de criação a que tinham direito. Começamos com Martinho, que entrou na Santa Casa em outubro de 1655 e que foi despedido em agosto de 1663<sup>294</sup>. Na mesma década, Miguel do Vale, que fora admitido em 1658, só teve baixa em setembro de 1668<sup>295</sup>. Os restantes enjeitados chegaram todos na década de 1681-90, apresentando vários dados semelhantes. Se Maria da Luz, que entrou em novembro de 1686 e passados oito anos foi despedida<sup>296</sup>, temos por outro lado o caso do enjeitado Manuel que chegou à Santa Casa em 10 de maio de 1688 e em cuja baixa, registada em 2 de setembro de 1696, se esclareceu que “pareseo a menza que se lhe não desse baixa e se continua”<sup>297</sup>. Esta mesma nota aparece em outros dois registos, de João Batista<sup>298</sup> e de Maria<sup>299</sup>, que ultrapassados os sete anos de criação registam, na mesma data, 2 de setembro de 1696, baixa, mas devido ao parecer da Mesa continuava-se a custear a sua criação. Relativamente ao futuro destas crianças, apenas sabemos que João Batista deixou de ser criado pela Santa Casa, mas sem indicações de datas ou registos de entregas.

Em relação a outros casos em que foram ultrapassados os sete anos de criação, todos variam entre os sete e os dez anos de criação, à exceção de uma menina criada à custa da Misericórdia durante 12 anos. Trata-se de Margarida, enjeitada em 23 de abril de 1636 e aparece ainda no livro de receitas e despesas de 1647-48<sup>300</sup>. Conseguimos ter a certeza de que esta é a mesma enjeitada porque se indica não só o nome da ama como o nome do seu marido, e em todos os livros. Também o facto de a criança se chamar Margarida ajuda, por ser um nome não muito usual entre os enjeitados, tal como já vimos.

---

<sup>293</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1673-74)*, RD 38, Torres Novas, fl. 111.

<sup>294</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1663-64)*, RD 30A, Torres Novas, fl. 86.

<sup>295</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1668-69)*, RD 34, Torres Novas, fl. 108.

<sup>296</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1694-95)*, RD 50, Torres Novas, fl. 100.

<sup>297</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1696-97)*, RD 52, Torres Novas, fl. 98.

<sup>298</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1696-97)*, RD 52, Torres Novas, fl. 98v.

<sup>299</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1696-97)*, RD 52, Torres Novas, fl. 98v.

<sup>300</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1647-48)*, RD 24, Torres Novas, fl. 101v.

O último caso dos que ultrapassaram os sete anos de criação é o da enjeitada Joana, chegada à Misericórdia em 15 de outubro de 1702 e tem registado em nota no livro de receitas e despesas de 1709-10 “fora”<sup>301</sup>, não aparecendo em mais nenhum livro. Porém, encontramos-la no livro de termos graças ao seu nome e aos da ama e do marido – “Joanna Baptista mulher de Manuel Francisco Ruivo do Rallo desta Vila”<sup>302</sup>. Esta criança foi entregue a 7 de agosto de 1712, quase dez anos depois de ter chegado à Santa Casa, ficando a dúvida se a instituição terá deixado de pagar à ama quando fez os sete anos de criação. Sabemos que Joana foi entregue “por casamento” a Manuel Lopes, morador em Torres Novas, que se obrigou de cuidar desta enjeitada durante dez anos, comprometendo-se a “dar-lhe de comer e beber vestir e calssar”, pagando-lhe ainda no final 10.000 réis em dinheiro. Caso acontecesse algo com a criança, Manuel teria de pagar à instituição 1.000 réis por cada ano que ela o tinha servido<sup>303</sup>.

Quais os motivos para a Santa Casa custear por tanto tempo estas crianças? Podemos conjecturar que eram frágeis e, por isso, consideradas incapazes de ganhar o seu sustento e/ou, pela inexistência de pessoas que quisessem ficar com elas.

Por fim apresentamos os casos de enjeitados que completaram a criação e foram entregues com registo no livro de termos, mas que não localizámos noutras fontes. Terão sido enjeitados em anos de que não temos fontes? Ou o escrivão terá trocado os nomes das crianças, impossibilitando a sua identificação?

A 23 de dezembro de 1699, foi “vista hua emjeitada per nome Maria da Luz a qual tinha em caza Antonio Antunes torrejano”, indicando-se que este queria a dita enjeitada de “soldada [...] per preco de doze tostoins” anuais<sup>304</sup>. Este é o primeiro termo em que não se menciona o casamento da enjeitada, referindo-se apenas que a queria por soldada. Também se indica que o requerente apresentou “Matias Anriques per fiador e abonador e principal pagador da dita soldada”. É também o primeiro termo com fiador, o que revela a importância de assegurar as soldadas da enjeitada. Quanto à identidade desta criança existe uma possibilidade de a associarmos a Maria da Luz, que deu entrada na Santa Casa em 21 de novembro de 1686. Se fosse a mesma, em 1699 teria 13 anos, assumindo que terá chegado à Santa Casa recém-nascida<sup>305</sup>.

No mesmo dia foi dada ao Licenciado Manuel Lobo da Costa a enjeitada Maria, ficando responsável de pagar “seis tostoins de soldada todos os anos e seus vestido e calçado todos os

---

<sup>301</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1709-10)*, RD 61, Torres Novas, fl. 117v.

<sup>302</sup> ASCMTN, *Livro de Termos (1707-1749)*, TM 311, Torres Novas, fl. 11v.

<sup>303</sup> ASCMTN, *Livro de Termos (1707-1749)*, TM 311, Torres Novas, fl. 11v.

<sup>304</sup> ASCMTN, *Livro de Termos (1666-1707)*, TM 310, Torres Novas, fl. 125.

<sup>305</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1694-95)*, RD 50, Torres Novas, fl. 100.

annos” ou o dinheiro para ela se vestir e calçar<sup>306</sup>. Este é outro registo em que é entregue por soldada e não por casamento. Quanto à possibilidade de a identificar entre as expostas registadas à entrada, a que faz mais sentido é Maria, enjeitada em S. Sebastião em 25 de maio de 1689, tendo assim 10 anos de idade quando foi assoldada<sup>307</sup>.

O último termo deste conjunto data de 19 de junho de 1701 e consiste na entrega da enjeitada Josefa ao padre António Duarte, o qual dizia que queria “tomar por casamento hua emjeitada” para que o servisse por doze anos<sup>308</sup>. Além de ter “de lhe dar o seu casamento”, este comprometia-se a pagar-lhe no fim do tempo de serviço o seguinte:

- “hua cama de roupa”;
- “dois lancois de pano de linho”;
- “hum traveceiro com sua fronha dentro cheio de pena ou de lam”;
- “hum colchão de pano de linho”;
- “hum emxergão de pano d’estopa”;
- “hum cobertor de pano de caza caseira”;
- “duas toalhas de agoa as maos”;
- “dois gardanapos”;
- “humas toalhas de menza da terra”;
- “huma arquã de pao de pinho”;
- “outra pequena para paõ”;
- “duas cadeiras de pao”;
- “huma menza tudo de pao de pinho”;
- “dois tabuleiros”;
- “huma taboa de tender hum alqueire e meio alqueire”;
- “duas peneiras”;
- “huma jueira”;
- “hua candeia”;
- “hua trenpem”;
- “hum espeto”;
- “duzia e meia de louça de Coimbra”;
- “mais louça de bar[r]o para o servico”;
- “hum vestido para a porta da igreja que com[s]tara de manto e gibão”;
- “saia de sarafina preta”;
- “hum manteo de pano da logia”;
- “duas camizas”;
- “dois lenços”;
- “huns sapatos”;

<sup>306</sup> ASCMTN, *Livro de Termos (1666-1707)*, TM 310, Torres Novas, fl. 125v.

<sup>307</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1696-97)*, RD 52, Torres Novas, fl. 98v.

<sup>308</sup> ASCMTN, *Livro de Termos (1666-1707)*, TM 310, Torres Novas, fls. 128v-130v.

- “hum vestido do seu huzo para o serviço de sua caza”<sup>309</sup>.

Termina esta longa lista com a indicação que devia ser “tudo novo e acabado d’agulha eceto o do uzo”. Este é um importante registo para conhecermos melhor os objetos ligados a diversas realidades do dia a dia. Alguns já apareceram no termo anterior de Maria, mas outros surgem pela primeira vez, como o “emxergão de pano d’estopa”, as toalhas “de agoa as mãos” ou “dois gardanapos”. Outros objetos ligados à cozinha também nos aparecem pela primeira vez, como cadeiras e uma mesa, especificando o material de que deveriam de ser. São indicados ainda objetos muito específicos, tanto a nível do local de fabrico, como as “toalhas de menza da terra” ou a “louça de Coimbra”, como a nível do propósito do objeto, como o “vestido para a porta da igreja que com[s]tara de manto e gibão”.

O registo tem apontado ainda que na possibilidade de a enjeitada falecer antes de terminar o tempo de serviço, lhe pagasse “pro rata do tempo que o tiver servido o qual entregara a esta Santa Caza”, ou seja, pagaria a proporção do tempo que a enjeitada o tivesse servido<sup>310</sup>. Durante o dito tempo, este tinha como obrigação dar “bom e onesto servico e tratamento asim das portas a fora como das portas adentro”. É assinalado ainda um fiador, Manuel da Maia Sotil, que ficaria como abonador de “todo o comtheudo e declarado no dito termo a segurança e satisfação delle”<sup>311</sup>. Terminam o assento com o apontamento de que os irmãos e o provedor estavam “munto contentes que o padre António Duarte levasse a dita orfa por cazamento”, assinalando que havia ainda duas testemunhas nesta entrega: Pedro de Brás, requerente da Santa Casa, e João Rodrigues, andador da mesma. Para a decisão de entrega de um enjeitado eram necessários vários indivíduos presentes na Casa de Despacho da Santa Casa da Misericórdia, contando com o provedor e mais irmãos da Misericórdia por um lado, e do outro estaria o interessado na enjeitada, junto do seu fiador. Além destes, o escrivão estaria presente para registar todo o processo, mas contavam ainda com a presença de duas testemunhas para formalizar todo o processo de entrega, assinando todos eles no final o termo de entrega da criança.

A questão fulcral a que nos resta responder é se em mais alguma localidade, na cronologia em estudo, os enjeitados tinham o mesmo futuro. Pelo estudo feito por Maria de Fátima Reis sobre os expostos em Santarém, o mais próximo tanto no espaço como no tempo,

---

<sup>309</sup> Consultar nos anexos a figura 7. ASCMTN, *Livro de Termos (1666-1707)*, TM 310, Torres Novas, fls. 129-129v.

<sup>310</sup> “Pro rata” é uma expressão em latim que significa “à proporção”. ASCMTN, *Livro de Termos (1666-1707)*, TM 310, Torres Novas, fl. 129v.

<sup>311</sup> ASCMTN, *Livro de Termos (1666-1707)*, TM 310, Torres Novas, fl. 130.

sabemos que ao completarem os sete anos, as crianças ficavam a cargo do juiz dos órfãos, com uma família que continuava a criação. Assim o previa a lei, mas, à semelhança do que acontece em Torres Novas, também em Santarém a Misericórdia assumia responsabilidades de, no caso dos meninos, ensinar um ofício até aos 14 anos e, das meninas, de as orientar “nas actividades domésticas, para futuros empregos nesse sector e a promoverem-lhe o matrimónio”. O principal objetivo da Santa Casa ao introduzir estas crianças no mundo laboral, além de lhes dar um futuro melhor, era de “obstar à conseqüente mendicidade, vadiagem e prostituição”<sup>312</sup>.

Não encontramos outros estudos com estes contratos de casamento feitos às enjeitadas. Poderá ser esta uma realidade do século XVII restrita à região de Santarém? Como indicámos inicialmente, não são muitas as pesquisas sobre os enjeitados seiscentistas, e por isso esta informação acerca do seu futuro torna-se muito interessante e precisa de ser esclarecida para outras zonas do país.

---

<sup>312</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia ...*, cit., pp. 127-128.

## Capítulo 5. A criação de filhos desamparados por parte da Misericórdia de Torres Novas

Além dos enjeitados, a Santa Casa cuidava ainda de outras crianças cujos pais eram conhecidos e a quem proporcionariam os mesmos cuidados. Deram entrada na Misericórdia de Torres Novas um total de 62 crianças nestas condições, como iremos analisar de seguida.

Começamos com uma questão fulcral: quais seriam os motivos que os pais teriam para entregar o seu filho aos cuidados da Santa Casa da Misericórdia? Podemos presumir a pobreza extrema dos pais como razão mais plausível para que deixassem os seus filhos a cargo da Santa Casa, mas existiam outros motivos que obrigavam os progenitores a essa solução, como a doença, a morte, o degredo ou a prisão de um ou de ambos os pais<sup>313</sup>.

Em Torres Novas, as principais razões centram-se na mãe da criança, doente em 24% dos casos. A maior parte dos registos indica que a mãe estava internada no hospital da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas e que o/a filho/a ficaria aos cuidados de uma ama enquanto não tivesse alta do hospital. A doença materna e a impossibilidade económica da família para contratar uma ama podia atingir agregados que não estavam dispostos a revelar a sua pobreza. Um desses casos encontra-se no registo de novembro de 1613: “hum envergonhado que pediu lho criassem por dous mezes por sua mai estar doente”<sup>314</sup>.

Também a morte da mãe podia obrigar o pai a pedir auxílio para a criação do seu filho, representando 18% destas ocorrências. Destaco dois, um de 1697, em que o pai “se obrigou tendo algum dia com que pagar a criação de a pagar a esta Santa Caza”<sup>315</sup>. O registo indica que a mãe falecera e o pai era pobre, tendo a Santa Casa aceitado mandar criar a menina durante três semanas, talvez dando tempo ao pai para encontrar outra solução. O respetivo livro de receitas e despesas apresenta apenas os registos de entradas das crianças nesse ano e no final indica a quantia total gasta com todas as amas, pelo que não é possível saber mais nada sobre esta criança. O segundo é de um menino, cujo nome não indicam, que era filho de uma mulher solteira e que era assistente em casa de Maria Borges, em Torres Novas, que por a mãe ter falecido na Santa Casa ficou ao encargo da Santa Casa<sup>316</sup>.

Outros motivos centram-se na figura paterna, quer fosse por morte ou por doença, ambos com 3%. A pobreza extrema dos pais também entra nesta lista, representando 5%. Em maio de

---

<sup>313</sup> Fonte, Teodoro, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, dissertação de doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2004, p. 394.

<sup>314</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1613-14)*, RD 3, Torres Novas, fl. 167v.

<sup>315</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1696-97)*, RD 52, Torres Novas, fl. 101.

<sup>316</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1691-92)*, RD 49, Torres Novas, fl. 93.

1679 chegou à Santa Casa um filho de António Domingos “o barba nova barbeiro”, que se mandou criar por “lhe constar de sua pobreza”<sup>317</sup>, não se fazendo referência à mãe.

Mencionem-se ainda alguns casos peculiares, como o nascimento de duas crianças no hospital da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas (3%), ficando aos cuidados de amas enquanto as respetivas mães continuassem internadas; o de um filho de mãe solteira (2%), que a Santa Casa aceitou; e dois casos de crianças que tiveram a sua criação paga pela Misericórdia enquanto tivessem de ser alimentados de leite (3%), o que terá ocorrido por falta de leite ou morte da mãe (os registos não especificam). O último caso, e talvez o mais interessante, é o da criação de uma menina enquanto fosse tempo de ceifa (2%). Os pais não conseguiriam cuidar dela em época de tanto trabalho ou iriam trabalhar para longe? Independentemente do que fosse, a Mesa da Santa Casa aceitou-a, pagando a uma ama enquanto os pais estivessem no “tempo da seifa”<sup>318</sup>.

Depois de analisados os motivos para estas crianças terem ficado ao cuidado da Santa Casa, entramos nos detalhes que os registos nos apresentam. Eram mais rapazes do que raparigas, representando aqueles 53% desta série e estas 37%, não sendo referido o sexo dos restantes.

Os meses em que foram admitidas mais crianças desamparadas foram os de setembro (16,1%) e agosto (11,3%), meses esses que representam o fim do verão. Ao inverso, os meses de março e junho apresentam o menor número de chegadas, representando apenas 4,8% cada uma. Comparando estes dados com os que obtivemos nos enjeitados, não se assemelham de todo, com elevados números em meses que nos enjeitados se apresentam mais baixos, e vice-versa.

---

<sup>317</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1678-79)*, RD 43, Torres Novas, fl. 105.

<sup>318</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1690-91)*, RD 48, Torres Novas, fl. 86.

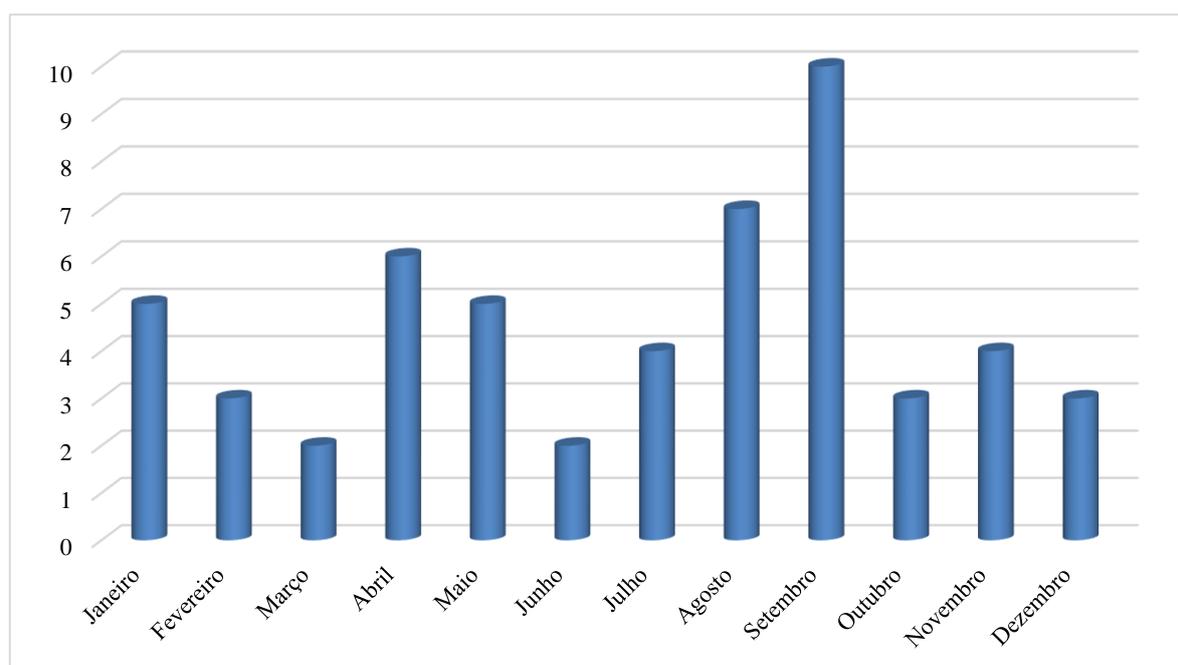


Gráfico 9 - Sazonalidade dos filhos desamparados

Um outro detalhe que nos é apresentado em alguns registos é a idade da criança. Este tipo de informação surge em nove registos. Em dois deles esclarece-se que nasceram no hospital da Santa Casa, prática de gente mais pobre, quer por não ter condições em casa ou, sobretudo, por quererem esconder o nascimento<sup>319</sup>. O primeiro era de um filho de uma “mossa per nome Isabel filha de António Lopes e de Antónia André naturaes de Alustrel termo da Vila de Ourem”<sup>320</sup>, não especificando qualquer despesa com amas. O facto de se referirem à mãe como “moça” e indicarem os nomes dos pais, revela-nos que era solteira. Além disso, o facto de viverem fora do termo de Torres Novas e a uma distância considerável da vila, dá a ideia de que terão ido até ao hospital da misericórdia com o intuito de esconder o nascimento da criança. Contudo, não se regista qualquer despesa com esta criança, não se percebendo se foi ou não devolvida à mãe. O segundo registo assinala que “se de se para ajuda da Criação” um alqueire de trigo para a mãe da criança que se estaria a curar do parto no hospital da Santa Casa<sup>321</sup>. Detalhe para o apontamento lateral que diz “por piedade”, o que revela a atenção que a Santa Casa teria em vários aspetos da assistência aos mais pobres.

Sabemos de três casos em que as crianças teriam menos de dois anos porque se informa que ainda mamavam: o “filho da Grega”, que estaria internada no hospital e “não pode dar de

<sup>319</sup> Mendonça, Jorge Francisco Machado de, *Pelo breve memorial expõe [...] o regímen, que tem estabelecido no Hospital Real de Todos os Santos [...]*, Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1761, p. 69.

<sup>320</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1630-31)*, RD 12, Torres Novas, fl. 156v.

<sup>321</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1670-71)*, RD 36, Torres Novas, fl. 108v.

mamar”<sup>322</sup>; o “minino que cria de leite filho de hum homem do termo de Leiria”<sup>323</sup>; e a Vicencia que “esta Santa Caza manda criar pello amor de Deus ... enquanto for de leite”<sup>324</sup>. Outras duas crianças que chegaram à Santa Casa com menos de dois anos têm a indicação da idade nos registos. O primeiro chamava-se Tomé e tinha nove meses, ficando ao cuidado da Santa Casa a partir de setembro de 1683 enquanto fosse alimentado a leite<sup>325</sup>. O outro foi Domingas, com a “idade de anno e meyo”, admitida em outubro de 1664 “para ir alimentando ate ter idade”<sup>326</sup>, sendo as despesas da sua criação apontada até ao livro de 1666/67<sup>327</sup>, onde também se regista que seria criada “emquanto não tiver idade”.

Houve também pelo menos duas crianças mais velhas: Manuel, que teria três anos de idade, cujo pai teria falecido e ingressou em 1684<sup>328</sup>; e, no mesmo ano, outro Manuel, que era criado pela sua “tia Maria Rois Alvina” e que “he ja grandete podesse correr com elle enquanto parecer que convem tratarse delle”<sup>329</sup>.

Quanto à onomástica destas crianças, só a conhecemos em 48,4% dos casos porque nos restantes os escrivães apontavam apenas “menino” ou “menina”, ocultando o nome das crianças, sendo identificadas pelo pai ou pela mãe. Dos trinta nomes de crianças apontados nos registos, os mais comuns do sexo masculino são Manuel (14,5%) e António (4,8%), e do sexo feminino Maria (6,5%) e Antónia (4,8%). Os outros são nomes únicos em número, não havendo nenhum fora do normal.

Por fim, refiram-se os óbitos. Das 62 crianças desamparadas, temos indicação de que apenas 29% faleceram. Como podiam ser aceites pela Santa Casa para criação temporária, reduzia-se a probabilidade de falecerem. Foram registadas as datas de admissão e de morte em 19,4% dos casos. Como podemos observar no gráfico seguinte, a maior parte dos óbitos ocorreu na segunda metade da cronologia, não ultrapassando os quatro casos por década. Nas últimas décadas observamos que as linhas se apresentam paralelas, em que o fluxo de óbitos

---

<sup>322</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1616-17)*, RD 5, Torres Novas, fl. 121v.

<sup>323</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1668-69)*, RD 34, Torres Novas, fl. 108.

<sup>324</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1683-84)*, RD 46, Torres Novas, fl. 94.

<sup>325</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1683-84)*, RD 46, Torres Novas, fl. 94.

<sup>326</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1664-65)*, RD 31, Torres Novas, fl. 100.

<sup>327</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1666-67)*, RD 33, Torres novas, fl. 105.

<sup>328</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1683-84)*, RD 46, Torres Novas, fl. 94v.

<sup>329</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1683-84)*, RD 46, Torres Novas, fl. 95v.

acompanhava as entradas destas crianças na Santa Casa. E em certos períodos morreu mais de metade destes filhos desamparados, como é o caso das décadas de 1651-60 e de 1701-10.

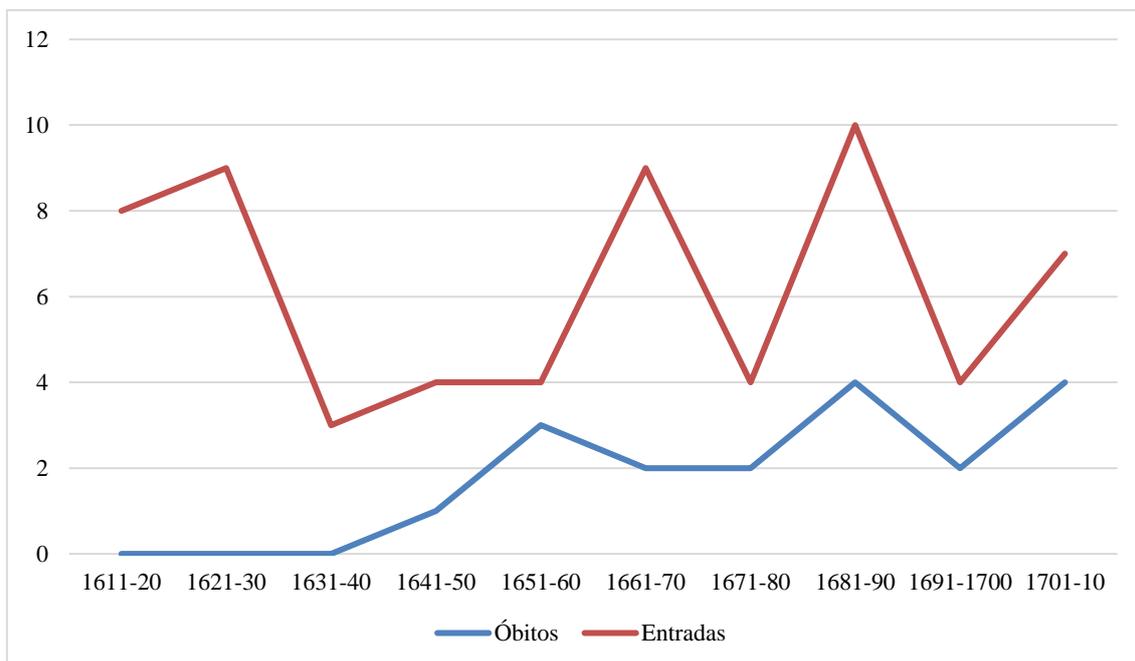


Gráfico 10 - Comparação de casos de óbitos e entradas de filhos desamparados

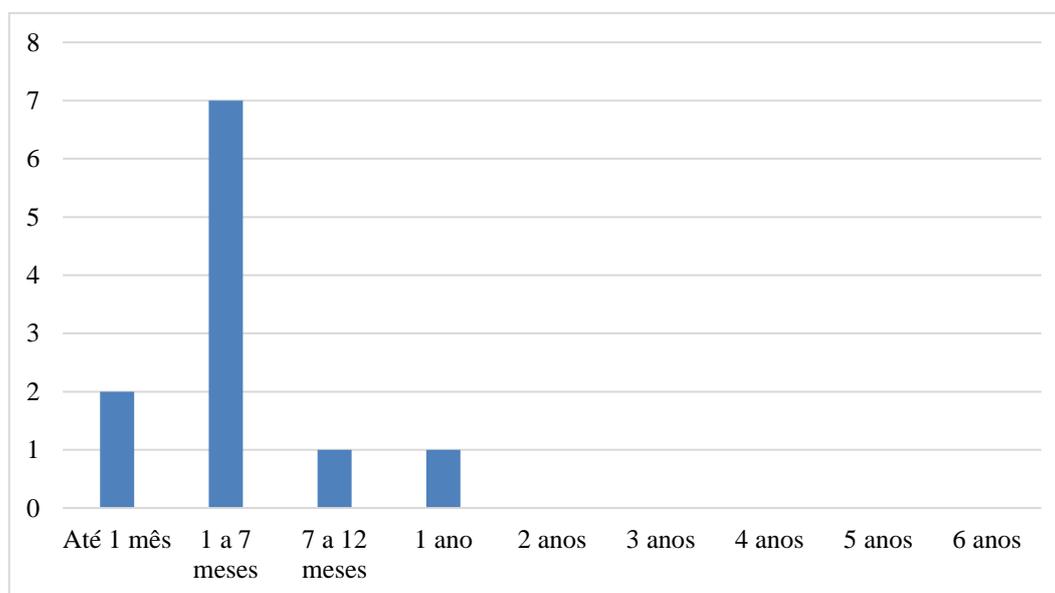


Gráfico 11 - Tempos de criação das crianças desamparadas

Grande parte dos óbitos ocorreu com tempos de criação entre um e sete meses, representando 12,9% do total de registos de crianças desamparadas. O único óbito até à primeira semana de criação aconteceu com uma menina que chegou à Santa Casa no primeiro dia de setembro de 1679 e faleceu “em oito dias do ditto mes”, embora em nota lateral se indique que estava “morta em os 3 dias do mês de setembro”<sup>330</sup>. Quanto ao local dos enterramentos, a

<sup>330</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1679-80)*, RD 44, Torres Novas, fl. 106.

informação só é facultada para dois casos: José, que deu entrada em 7 de março de 1644 e faleceu em 21 de abril do mesmo ano, foi enterrado no “adro de S. Pedro de fronte da porta principal”<sup>331</sup> e uma menina, admitida em 15 de junho de 1690 e falecida em 11 de julho seguinte, foi sepultada na igreja da Santa Casa<sup>332</sup>. O mesmo aconteceu com alguns enjeitados, mas desconhecemos qual o critério seguido para terem o privilégio de ser enterrados na igreja da Misericórdia.

Por fim, procurámos saber qual foi o futuro das 44 crianças desamparadas que sobreviveram. Retornaram à sua família de origem? Foram entregues a alguém a meio da criação? Mantiveram-se a cargo da Santa Casa até completarem sete anos de idade? E, nesse caso, também foram amparadas com contratos de soldada ou de dotes? Sabemos que na vila de Torres Novas existia a prática de se instituírem legados para estas crianças órfãs, sendo que para as meninas era deixado um valor monetário para o seu dote de casamento caso cumprissem os requisitos que o doador definia, e para os meninos a quantia legada destinava-se à aprendizagem de um ofício<sup>333</sup>.

Como se tratava de criações de carácter temporário, o mais provável é que fossem devolvidas às famílias, mas só temos informações certas sobre sete crianças, que corroboram isso mesmo. A primeira foi um menino registado em janeiro de 1614, filho de “Sebastião da Costa” e que “por aqui se acabou de pagar os dous meses por que se lhe tomou a criança”<sup>334</sup>. Os três casos seguintes aconteceram em 1626 e são muito semelhantes: uma menina aceite a 5 de agosto e que seria criada enquanto “a caza cura no hospital” a sua mãe, a quem foi entregue um mês depois<sup>335</sup>; outra menina, a quem se começou a ajudar no final do mesmo mês de agosto, porque a mãe estava também hospitalizada, sendo-lhe devolvida em data não esclarecida<sup>336</sup>; e uma criança cujo sexo não é mencionado, admitida a 5 de setembro do mesmo até a mãe ter alta do hospital, o que aconteceu passado um mês<sup>337</sup>. Estes três casos, que aconteceram no intervalo de um mês, foram os únicos em que se indicam que as crianças foram entregues à mãe e não ao pai.

Em julho de 1661 surge uma situação diferente. Falamos de um menino que nessa data a Santa Casa aceitou, sendo a “a ama” o próprio pai. O registo indica claramente que se deu a

---

<sup>331</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1643-44)*, RD 20, Torres Novas, fl. 103v.

<sup>332</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1690-91)*, RD 48, Torres Novas, fl. 86.

<sup>333</sup> Raimundo, Ricardo, *Morte vivida e economia da salvação em Torres Novas (1670-1790)*, Torres Novas: Município de Torres Novas, 2007, pp. 345-46.

<sup>334</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1613-14)*, RD 3, Torres Novas, fl. 168.

<sup>335</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1626-27)*, RD 9, Torres Novas, fl. 134.

<sup>336</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1626-27)*, RD 9, Torres Novas, fl. 134.

<sup>337</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1626-27)*, RD 9, Torres Novas, fl. 134.

criar “hum filho de Manuel Ribeiro do espragal marido da molher que se afogou dos Mijois[?] por ser pobre”, e que pagariam ao pai da criança o ordenado normal de uma ama<sup>338</sup>. Foi, portanto, confiado aos pais, talvez porque já não fosse um lactente, não sendo necessário entregá-lo a uma ama. A única coisa de que temos certeza é que se trata de um caso isolado.

Anos depois, em 1678-79, Maria, “filha de João Dias Tomé Paulo”, morador na vila de Atalaia, ficou ao cuidado da Santa Casa enquanto o pai estivesse doente, a quem foi depois entregue em data não indicada<sup>339</sup>. Por fim, foi admitida uma menina a 15 de abril de 1681, sendo posteriormente restituída à mãe<sup>340</sup>. Em nenhum dos casos é possível saber durante quanto tempo estiveram a cargo Santa Casa.

---

<sup>338</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1661-62)*, RD 30, Torres Novas, fl. 87v.

<sup>339</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1678-79)*, RD 43, Torres Novas, fl. 105.

<sup>340</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1680-81)*, RD 45, Torres Novas, fl. 106.

## Capítulo 6. As amas dos enjeitados

Depois de analisado o tema central deste estudo, passamos para outro não menos fulcral na assistência e sobrevivência dos enjeitados, as amas. Este capítulo é dedicado às mulheres que se responsabilizavam pela criação dos enjeitados a troco de um salário mensal. São várias as questões a que nos propomos responder: Que tipo de amas existiam? Havia requisitos para exercer este cargo? Qual era o seu ordenado mensal/anual? Quanto é que a Santa Casa gastou com as amas na cronologia em estudo? Qual era o perfil destas amas e a sua proveniência? Estas mulheres encaravam a ocupação como uma profissão?

Podemos começar por esclarecer a tipologia das amas existente nesta investigação: as amas de leite e as amas secas, todas externas. Não encontramos qualquer informação sobre amas internas da Santa Casa, que havia nas Casas das Rodas de enjeitados ou que as Misericórdias contratavam para acolher em suas casas os enjeitados que chegavam, alimentando-os temporariamente até que fossem entregues a amas que os criassem até aos sete anos<sup>341</sup>. Em toda a cronologia encontrámos apenas no registo da enjeitada Maria do Vale, a indicação de que se deu “em depósito a Isabel Roiz”, entregando-se a criança de forma temporária até que lhe encontrassem uma ama, situação que se prolongou por alguns meses<sup>342</sup>. Esta enjeitada, que já mencionámos, foi entregue a 4 de junho de 1631 a Pero Rodrigues quatro meses depois de ter chegado, tendo no registo de junho que se pagaram “tres quartas de trigo” a um homem chamado António “de descobrir esta engeitada”. Isto leva-nos a crer que a ama temporária talvez tenha fugido ou escondido a criança para que não lha retirassem<sup>343</sup>.

As amas de leite tinham de reunir alguns requisitos para que pudessem ser aceites. Sabemos que os recém-nascidos eram amamentados até aos dois anos de idade e, para isso, estas amas teriam de ter leite. Segundo um autor do século XIX, “aos dezoito ou vinte mezes, o leite diminue d’um modo notavel, e perde muito das suas propriedades nutrientes”<sup>344</sup>, ou seja, as amas apenas podiam criar de leite um enjeitado num tempo limite. Elas podiam aceitar um enjeitado como forma de rentabilizar o seu leite após a morte de um filho ou integrando-o na sua família, ficando assim a criar duas ou mais crianças ao mesmo tempo, caso tivesse leite para ambos<sup>345</sup>, o que muitas vezes não era permitido, pois bem se sabia qual seria a criança

---

<sup>341</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “Trabalho de Mulheres e Economia Familiar: o caso das amas de expostos da roda do Porto no século XVIII”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII, 2/3, 1994, p. 237.

<sup>342</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1630-31)*, RD 12, Torres Novas, fl. 159v.

<sup>343</sup> Consultar nos anexos a figura 8. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1630-31)*, RD 12, Torres Novas, fl. 161v.

<sup>344</sup> Moura, Francisco Marques de, *Algumas Considerações Sobre a Escolha das Amas de Leite*, Porto: Typographia de Manoel José Pereira, 1864, p. 38.

<sup>345</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “Trabalho de mulheres e economia familiar...”, cit., p. 233.

sacrificada. Assim, quando a ama tinha o filho vivo, como refere Maria Antónia Lopes, “a ‘corrida’ à Roda começava um ano depois do parto”, podendo desmamar os filhos após esse ano para criar um enjeitado, o que exigia bastante das amas por aleitarem durante longos períodos<sup>346</sup>.

A idade da ama era também importante e, segundo Francisco António Moura, a idade mais admissível para a amamentação seria entre os vinte e os trinta e cinco anos, além de que era mais aceitável as mulheres que já teriam amamentado antes. A mulher que ainda não tivesse vinte anos “não possui o desenvolvimento, de que é capaz, nem os seus órgãos adquiriram aquelle grau de perfeição”, não aguentando com a amamentação, podendo levar à morte do lactente ou da própria. As que tivessem mais de trinta e cinco anos, o “aparelho da vida de reprodução começa a perder a sua energia; o utero e as mammas não possuem já o grau de vitalidade”, ficando assim o “leite mais pobre, pouco nutriente, em pequena quantidade”, rematando que o recém-nascido ficaria “magro, infesado e debil”<sup>347</sup>. Mas estes conselhos de um autor oitocentista, se podiam ser seguidos pelas famílias que procuravam amas, não estavam ao alcance dos dirigentes das Rodas, quase sempre condicionados por falta de amas.

Quanto às características físicas ou psicológicas das amas, não possuímos qualquer informação nas fontes da Santa Casa que nos apresentem o modelo de ama que pretendiam. Segundo o médico citado do século XIX, a escolha “d’uma ama de leite não é fácil”, porque esta teria de dar à criança as melhores condições para sobreviver. A mulher deveria “possuir um aspecto agradável, boa presença, e um typo de boa saude”, de “constituição forte, que tenha peito largo e bem desenvolvido; respiração facil, e um grau moderado de gordura”<sup>348</sup>. Contudo, devido aos baixos ordenados praticados pela Santa Casa, estas amas provavelmente seriam as “menos qualificadas segundo os critérios da época, as de menor salário e as que provinham de zonas geográficas mais distantes”<sup>349</sup>. As amas eram, sem dúvida, pessoas pobres que viam nesta ocupação uma forma de ganhar um rendimento extra. A Santa Casa podia, mesmo, ser sensível a isso, como acontece em 1673, quando o escrivão regista no fim do pagamento de novembro que lhe deram um alqueire de trigo “por ser pobre”<sup>350</sup>. Em toda a cronologia encontramos algumas referências a amas mulatas. A primeira surge logo na década de 1621-30 no pagamento do mês de abril, referindo-se apenas a “mulata”, excluindo o nome da mesma<sup>351</sup>. Outro exemplo

---

<sup>346</sup> Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna ...*, cit., pp. 203-204.

<sup>347</sup> Moura, Francisco Marques de, *Algumas Considerações Sobre a Escolha das Amas ...*, cit., pp. 39-41.

<sup>348</sup> Moura, Francisco Marques de, *Algumas Considerações Sobre a Escolha das Amas ...*, cit., pp. 22-24.

<sup>349</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, “Trabalho de mulheres e economia familiar ...”, cit., p. 236.

<sup>350</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1673-74)*, RD 38, Torres Novas, fl. 116v.

<sup>351</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1619-20)*, RD 7, Torres Novas, fl. 97.

é de “Izabel Correa mollata”, ama que aparece nos finais do século XVII, sem qualquer outra informação sobre ela<sup>352</sup>.

As amas secas teriam outro tipo de responsabilidades, a de criar o enjeitado até aos sete anos, educando-o ao longo desse período. Para esta função já podia haver mulheres mais velhas, mas tinham a desvantagem de receber menos de ordenado, como iremos analisar mais à frente.

Em relação às fontes manuscritas a que recorreremos, são as que temos vindo a analisar, onde procurámos diversos dados acerca das amas: nome, estado conjugal, localidade onde habitavam, alguma outra característica específica da ama e por fim o valor do ordenado mensal. Outros dados que conseguimos analisar estão ligados a pequenos detalhes sobre as amas, desde as mudanças de amas a que os enjeitados eram submetidos, a quantidade de crianças que podiam ter ao mesmo tempo, a profissão da ama e do marido ou se as amas acompanhavam toda a criação dos enjeitados.

### 6.1. Quantas amas?

Partindo do princípio de que cada enjeitado custeado pela Santa Casa era criado por várias amas, podemos presumir um número abaixo dos enjeitados e dos filhos desamparados, mas este número poderá ser semelhante devido à mudança de amas que houve ao longo dos anos. Há que ter em conta que nem todos os registos de pagamentos nos apresentam as informações completas sobre as amas, talvez por serem mulheres conhecidas dos responsáveis da Santa Casa, o que facilitava o trabalho ao escrivão mas dificulta-nos a investigação. Muitos registos apresentam apenas a alcunha da ama ou o local em que vivem, o que nos impossibilita a identificação, como acontece em julho de 1613 com a “hama de São domingues”, não surgindo mais nenhum registo com esta informação<sup>353</sup>. As alcunhas eram uma característica bastante comum e permitem-nos não só identificar a pessoa como saber algum detalhe sobre ela, quer fosse a sua origem, a sua profissão ou algum tipo de aspeto físico ou intelectual<sup>354</sup>. Porém, não facultam dados concretos sobre a mulher em si, como o nome, o estado conjugal ou a localidade em que habitava. Apenas os conhecemos quando o escrivão indica o nome da ama seguido da sua alcunha, como no caso da ama “Rainha de Valhelhas”<sup>355</sup>, que aparece nos registos dos enjeitados José e Sebastiana em 1612. Mais tarde, em abril de 1623, é registada

---

<sup>352</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1694-95)*, RD 50, Torres Novas, fl. 101v.

<sup>353</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1614-15)*, RD 4, Torres Novas, fl. 160v.

<sup>354</sup> Gonçalves, Iria, “O nome” in Mattoso, José (dir.), Sousa, Bernardo Vasconcelos e (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média*, Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 211-216.

<sup>355</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1612-13)*, RD 2, Torres Novas, fl. 146; ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1622-23)*, RD 7B, Torres Novas, fl. 125v.

uma Maria Rodrigues, a Rainha<sup>356</sup>, que presumimos seja a mesma pela exclusividade da alcunha, embora possam ser duas mulheres diferentes, tendo ligações familiares.

Existem outros fatores que dificultam esta análise como a existência de várias amas com o mesmo nome, que apenas conseguimos distinguir através de outras características, como o estado conjugal, o nome do marido ou a localidade em que habitavam. Quando encontramos amas com o mesmo nome e da mesma localidade, torna-se impossível saber se será a mesma ama ou não, dificuldade que outros também já encontraram<sup>357</sup>. Acrescentando a tudo isto, os erros que os escrivães possam ter cometido, torna-se difícil atingir um número exato das amas que a Santa Casa empregou na cronologia em estudo, existindo casos que contamos uma ama que poderão ser na realidade duas amas ou em que duplicamos a mesma mulher.

Como é possível observar no seguinte gráfico, contamos com um total de 347 amas custeadas pela Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas entre 1610 e 1710. Este é o número geral do levantamento das amas que as fontes apresentam, mas para que este estudo se aproxime o melhor possível da realidade, iremos recorrer para a restante análise deste capítulo aquelas de que sabemos o seu nome, estado conjugal e localidade em que residiam. Este número torna-se assim muito mais reduzido, mas permite-nos ter uma melhor perspetiva sobre estas mulheres e o panorama familiar em que viviam.

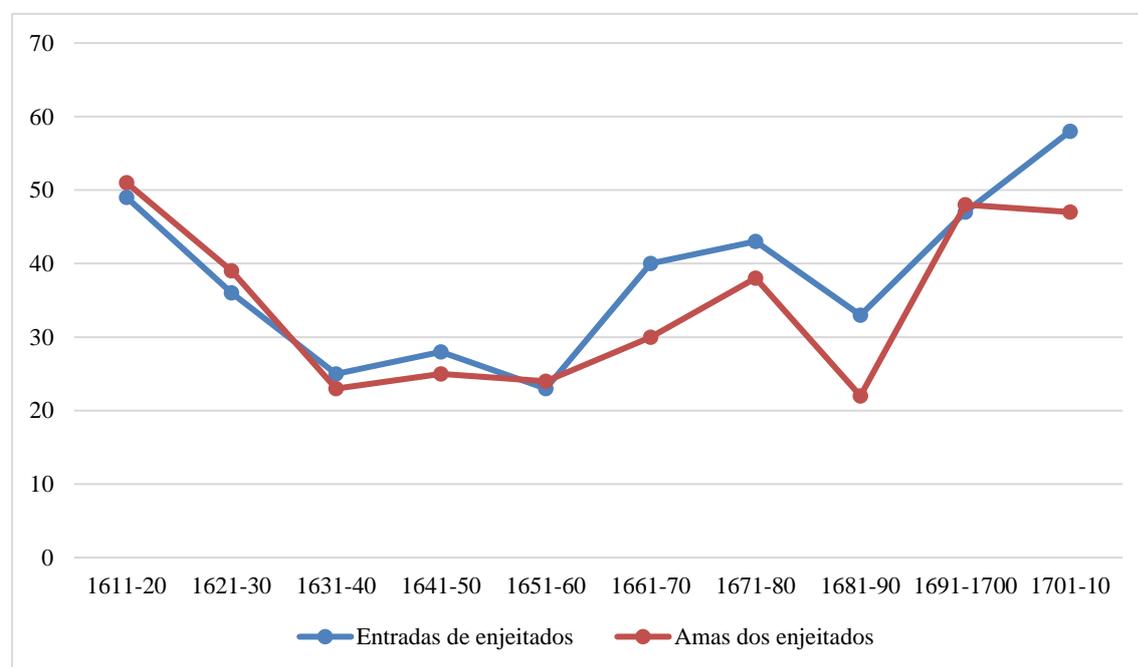


Gráfico 12 – Comparação dos números de amas e de entradas de crianças

<sup>356</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1622-23)*, RD 7B, Torres Novas, fl. 125v.

<sup>357</sup> Lopes, Maria Antónia, *Os expostos no concelho de Meda em meados do séc. XX ...*, cit., p. 147.

Se somarmos todas as crianças a quem a Santa Casa prestou assistência, tanto as que abordámos no terceiro capítulo (247 enjeitados), como aquelas das quais não possuímos informações (73 ocorrências) e ainda os filhos desamparados, que também eram criados pelas amas (62 crianças), contamos com um total de 382 crianças. Este número é superior às 347 amas que encontramos nas fontes manuscritas, o que nos indica desde logo que houve amas a ter mais que um enjeitado à sua custódia.

Mas acontecia também que a mesma criança passasse por mais do que uma ama. Estas mudanças são habituais por toda a cronologia e podiam suceder por várias razões. Nas fontes manuscritas encontramos algumas. Por decisão tomada em Mesa da Santa Casa em 8 de julho de 1626, retirou-se o enjeitado Manuel à ama Domingas Antunes, “por mal criado”, sendo entregue a Branca Gomes<sup>358</sup>, situação que retrata a vida difícil que os enjeitados tinham consoante as amas que os criavam, mas também a preocupação com o seu bem estar por parte da Misericórdia. Anos depois, foi pedido em Mesa a Maria Antunes para criar uma criança a partir do mês de janeiro, mas não se especifica o motivo<sup>359</sup>. Outras transferências aconteceram porque as amas mudaram a sua residência para fora do termo da vila, como aconteceu com o enjeitado Fernão do Outeiro em junho de 1636<sup>360</sup>, ou mais tarde, em março de 1683, com a enjeitada Maria Josefa quando a ama foi para Abrantes<sup>361</sup>. Também a doença era motivo para mudar de ama, como aconteceu em dezembro de 1655, quando o enjeitado Martinho foi forçado a mudar de ama após dois meses sob os cuidados de Margarida Fernandes<sup>362</sup>.

Em toda a cronologia encontramos apenas um caso em a ama encarregada do enjeitado não foi identificada. Aconteceu na última década em estudo com Matias, enjeitado em 25 de fevereiro de 1705 nas Rendufas, ficando a sua criação à responsabilidade “do Juiz do mesmo lugar”. Refere-se explicitamente que a instituição não sabia quem era a ama. Em novembro do mesmo ano o juiz entregou o enjeitado na Santa Casa, data esta em que começou a ser custeado pela misericórdia, ficando com a “mulher do Pires”<sup>363</sup>.

---

<sup>358</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1626-27)*, RD 9, Torres Novas, fl. 133v.

<sup>359</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1629-30)*, RD 11, Torres Novas, fl. 158.

<sup>360</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1635-36)*, RD 13, Torres Novas, fl. 129v.

<sup>361</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1683-84)*, RD 46, Torres Novas, fl. 93v.

<sup>362</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1655-56)*, RD 26, Torres Novas, fl. 90v.

<sup>363</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fl. 108v; ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1705-06)*, RD 57, Torres Novas, fl. 120v.

## 6.2. A evolução salarial das amas

Entramos assim na análise qualitativa das amas, começando com as implicações financeiras que acarretavam à Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas. Sabemos que a responsabilidade das criações dos enjeitados estava a cargo do município, mas com o desenvolver e crescimento das Misericórdias, estas podiam assumir esta responsabilidade, sendo o município a custear as despesas, “sempre que não existissem hospitais ou albergarias que já os acolhessem”<sup>364</sup>, o que parece ter acontecido em Torres Novas, com a incorporação da gafaria.

Em todos os livros de receitas e despesas existe um capítulo exclusivo sobre o encargo dos enjeitados e em alguns deles os escrivães registavam informações sobre as questões assistenciais. Começamos, portanto, por estas indicações iniciais dos capítulos para entrarmos no contexto da assistência praticada pela Santa Casa. Estas indicações aparecem em vários livros, mas foquemo-nos naqueles que nos trazem novas informações, como acontece logo no primeiro livro de receitas e despesas de 1610-11, que começa o capítulo dedicado aos enjeitados com a indicação de quanto seria o ordenado de cada ama: “trezentos reis em dinheiro e hum alqueire de trigo e huma canada daseite cada mes”<sup>365</sup>. Este seria o pagamento feito às amas de leite, que recebiam mais do que as amas secas, como podemos observar no livro de receitas e despesas de 1619-20, onde estão apontados os ordenados de cada ama, o que nos permite saber que as amas secas auferiam mensalmente 200 reis<sup>366</sup>.

Mais tarde, no livro de receitas e despesas de 1635-36 voltam a indicar-se valores mensais: “hum alqueire de trigo e hua canada daseite e duzentos reis em denheiro” para as amas de leite, recebendo “sento e sinquenta reis” as amas das crianças “que não mamão”<sup>367</sup>. Assistimos, portanto, a uma redução de 100 réis para as amas de leite em pouco menos de três décadas. O que terá acontecido? Terão subido os números dos enjeitados e a Santa Casa não teria capacidade para manter a criação de muitas crianças com os ordenados anteriores? Apesar disto, ficamos a saber que os ordenados das amas eram diferentes mediante o tipo de criação, recebendo as amas secas menos 50 réis por cada enjeitado.

Em meados do século XVII, no livro de 1666-67, mantêm-se os ordenados com a indicação de que o trigo e o azeite se davam no princípio do mês, enquanto o dinheiro era

---

<sup>364</sup> Lopes, Maria Antónia, “Pobreza e assistência em Portugal na Idade Moderna”, in Alberto, Edite; Silva, Rodrigo; Teixeira, André (coord.), *O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2020, p. 258.

<sup>365</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1610-11)*, RD 1, Torres Novas, fl. 129. Consultar nos anexos a figura 9.

<sup>366</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1619-20)*, RD 7, Torres Novas, fl. 147.

<sup>367</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1635-36)*, RD 13, Torres Novas, fl. 125.

entregue só no final<sup>368</sup>. O facto de irem duas vezes até à vila de Torres Novas podia ser um empecilho para quem quisesse tornar-se uma ama, o que desde logo dificultava a função às mulheres que residiam longe da vila. No livro seguinte repete-se a informação, acrescentando-se que “passados dous anos se lhe tira o leite aos enjeitados e se da somente sento e sinco sincoenta reis em dinheiro”, o que comprova aquilo que já supúnhamos, que as crianças eram alimentadas com leite nos primeiros dois anos de criação. Esclarece-se também que passados sete anos de idade “se despedem e se lhe não da mais nada”<sup>369</sup>, terminando assim a criação paga por parte da Santa Casa e a respetiva ligação da ama a esta instituição.

Apesar de termos informações do valor dos vencimentos das amas desde o primeiro ano em estudo, só temos registos de pagamento a partir do livro de receitas e despesas de 1664-65<sup>370</sup>. As informações acerca dos pagamentos surgem em dois locais, no próprio registo do pagamento e em nota dos ditos registos, facilitando a vida aos responsáveis da Santa Casa caso quisessem consultar. Até 1664 não encontramos nenhuma indicação de pagamentos de réis em qualquer um dos lados. A Santa Casa pagaria estes ordenados mas o escrivão omitia a informação nos livros de receitas e despesas? Terá sido o município a arcar com essa despesa até a instituição ter fundos suficientes? Apenas sabemos que é na segunda metade do século XVII que possuímos informações acerca do dinheiro que a Santa Casa gastava com as amas dos enjeitados.

Analisando a descida do ordenado das amas em 1635-36, verificamos que a Santa Casa baixou em muito os montantes em numerário que teria de despender com as amas, mantendo inalterados os pagamentos em trigo e azeite. Com os valores apresentados no início da cronologia, a Santa Casa gastaria no total de uma criação de um enjeitado 19.200 réis ao longo dos sete anos (7.200 réis nos dois primeiros anos, mais 12.000 réis nos restantes cinco anos), enquanto a partir de 1635-36, a criação de uma criança custava 13.800 réis (4.800 enquanto fosse alimentada de leite, mais 9.000 réis nos restantes anos). Esta é uma diferença de 5.400 réis por criação. Mas quais os motivos desta diminuição do ordenado? É estranho que baixassem os valores por poder haver uma má aceitação por parte das amas já que iriam receber menos. Apenas podemos colocar a hipótese de que seriam amas tão pobres que não se revoltaram com esta decisão e continuaram a recorrer à Santa Casa.

Para percebermos se estes ordenados eram baixos ou elevados, iremos compará-los com outras localidades já investigadas no resto do país. Sabemos que os valores variavam entre as

---

<sup>368</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1666-67)*, RD 33, Torres Novas, fl. 104.

<sup>369</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1668-69)*, RD 34, Torres Novas, fl. 108.

<sup>370</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1664-65)*, RD 31, Torres Novas, fl. 101.

localidades e, pelo menos no século XVI, até entre as instituições, em que as misericórdias e os hospitais pagariam melhor do que os municípios<sup>371</sup>. A maior parte dos estudos a que temos vindo a recorrer são de finais do século XVII, e por isso iremos usar os valores praticados em Torres Novas a partir de 1635-36. Anualmente as amas recebiam da Misericórdia de Torres Novas 12 alqueires de trigo, 12 canadas de azeite e 2.400 réis, caso fossem amas de leite, ou 1.800 réis se fossem amas secas. Em Santarém, os valores que Maria de Fátima Reis nos apresenta são diversos, aumentando gradualmente, e recebendo mais no primeiro quartel de cada ano por incluir a “limpeza de todo o ano”<sup>372</sup>. Entre 1691-98, tanto as amas de leite como as amas secas recebiam 4.000 réis por ano, valor que foi crescendo até atingir 6.240 réis a partir de 1703. Além deste ordenado, as amas tinham direito a um suplemento de 440 réis caso a criança falecesse para poder cobrir as despesas do enterro<sup>373</sup>.

Em Lisboa temos a vaga informação do valor mensal que era pago em 1659, quando o ordenados, muito mais altos do que em Torres Novas, também baixaram, de 800 para 600 réis<sup>374</sup>. Em Setúbal os valores também se apresentam mais elevados, começando nos 6.000 réis/ano em 1679, subindo para os 9.000 réis até 1698, ultrapassando os 11.000 réis a partir de 1711<sup>375</sup>, valores muito superiores aos que encontramos em Torres Novas.

No norte do país, encontramos diferentes ordenados. Na cidade do Porto, Isabel dos Guimarães Sá refere que o vencimentos das amas se fixava em 4.000 réis por ano, subindo esse valor em 1698 para 5.000 réis, após uma queixa das amas por dificuldades em alimentar os enjeitados, aumentando ainda mais em 1713 para 7.000 réis pelos mesmos motivos<sup>376</sup>. Em Ponte de Lima as amas teriam direito a 3.000 réis por ano, valor que subiu em 1699 por alvará régio do rei D. Pedro II, que aconselhava a subida dos salários para 7.200 réis anuais, com uma compensação de 1.000 réis para as roupas dos enjeitados<sup>377</sup>. Contudo, o ordenado aumentou apenas para 5.000 réis anuais, sem direito ao dinheiro para a roupa, mas sim para as despesas com as mortalhas dos enjeitados<sup>378</sup>.

---

<sup>371</sup> Machado, Maria de Fátima, *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*, tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2010, p. 113.

<sup>372</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia...*, cit., p. 116.

<sup>373</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia...*, cit., p. 116.

<sup>374</sup> Ribeiro, Vítor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Subsídios para a sua história) 1498-1898*, Lisboa: Typografia da Academia Real das Ciências, 1902, p. 397.

<sup>375</sup> Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal ...*, cit., p. 90.

<sup>376</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*, dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1987, p. 101.

<sup>377</sup> Fonte, Teodoro Afonso, *O abandono de crianças em Ponte de Lima ...*, cit., pp. 159-160.

<sup>378</sup> Fonte, Teodoro Afonso, *O abandono de crianças em Ponte de Lima ...*, cit., pp. 159-160.

Ao compararmos estes valores com os de Torres Novas, percebe-se como aqui recebiam muito menos, mas há que ter em conta que o pagamento era feito em moeda e em géneros alimentares, trigo e azeite, o que, naturalmente, reduzia o valor em dinheiro. Sabemos que no ano económico de 1670-71 cada alqueire de trigo valia 200 réis e cada canada de azeite 80 réis<sup>379</sup>. Com estes dados conseguimos obter o valor total de réis que cada ama recebia anualmente se os géneros alimentares fossem pagos em dinheiro: 3.360 réis/ano. Assim sendo, com os valores pagos até 1635-36, a Santa Casa despenderia anualmente com cada ama de leite 6.960 réis e com cada ama seca 5.760 réis. Após essa data, o custo anual de uma ama de leite era de 5.760 réis e de uma ama seca 5.160 réis. Com estes valores, os ordenados aproximam-se das restantes localidades, chegando mesmo a ultrapassar algumas. O uso dos géneros alimentares como pagamento às amas podia servir para diminuir os custos monetários, servindo-se a instituição do trigo e azeite de que auferia das suas propriedades.

Um gasto extra que aparece nas fontes manuscritas é uma despesa de 2.450 réis para vestidos das enjeitadas no ano económico de 1690-91, seguido do total das despesas que tiveram com as amas. Este é o único caso em que encontramos esta informação, não se esclarecendo se o dinheiro foi distribuído pelas amas para comprarem os vestidos ou se a Santa Casa tratou disso<sup>380</sup>.

Passamos a apresentar os gastos por década e nota-se de imediato, observando-se o gráfico 2, que os anos de 1681-90 registam uma grande carência de fontes e que foi nos finais desse século que mais se gastou com as amas. A década em que houve um maior investimento é a última, período esse que conta também com o maior número de enjeitados. Houve uma evolução no dinheiro gasto pela Santa Casa, evolução essa que acompanha o crescimento de números de enjeitados, o que significa também um aumento de amas e pagamentos devidos. Os ordenados não se alteraram ao longo das décadas, mas os pagamentos monetários foram mais assertivos, o que revela um maior bem-estar financeiro por parte da Santa Casa.

Observando o gráfico, é possível ver quanto gastou a Santa Casa com as amas, com os anos económicos de 1695-96 e 1696-97 a apresentar maiores valores, num total de 67.190 réis. No total dos 47 anos económicos, não existem dados de 16 por falta de fontes. Na maior parte dos anos, os gastos variaram entre os 10 e 15 mil réis, valores abaixo da média, que é de 16.250 réis anuais.

---

<sup>379</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1666-67)*, RD 33, Torres Novas, fl. 107.

<sup>380</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1690-91)*, RD 48, Torres Novas, fl. 88.

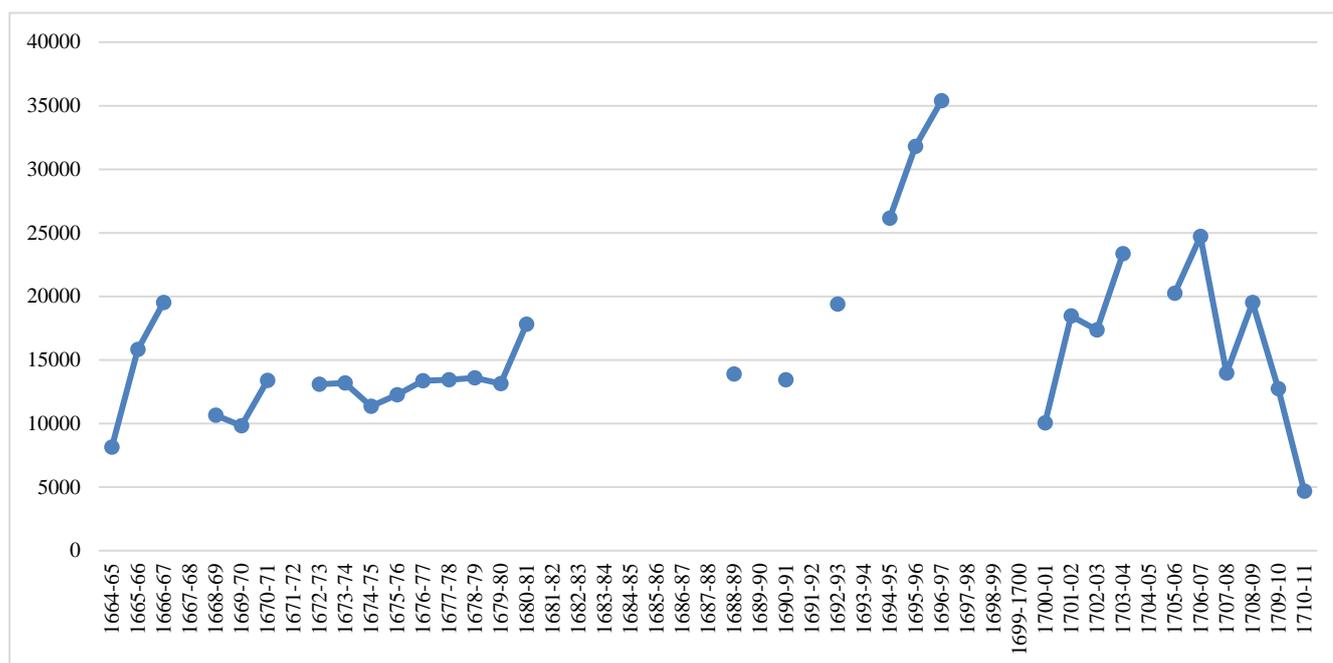


Gráfico 13 - Pagamentos às amas por ano económico

Como já foi referido, cada ama tinha direito a receber um alqueire de trigo e uma canada de azeite mensalmente por cada enjeitado que criava. Antes de entrarmos na análise do pagamento destes géneros, é necessário esclarecer o que são estas medidas que usavam e quanto representam segundo os sistemas atuais, porque as medidas para os secos e para os líquidos foram-se alterando ao longo dos reinados, variando até mesmo de região para região. Nas várias tentativas de estabelecer um padrão comum a todo o reino, uma delas surgiu nas reformas manuelinas, que estabelecia nas medidas dos secos o alqueire como medida principal, seguido do meio alqueire, quarta<sup>381</sup> e oitava. Para as medidas de líquidos como o azeite ou o vinho, estabelecia o almude como unidade principal, que correspondia a 12 canadas, o meio almude, a canada, a meia canada, o quartilho<sup>382</sup> e o meio quartilho<sup>383</sup>. Mesmo antes de entrarmos na nossa cronologia, as Ordenações Filipinas também regulamentam esta questão, mantendo o alqueire como medida principal tanto nos géneros de carácter seco como nos líquidos<sup>384</sup>.

Para se ficar com uma melhor perceção quanto a estas medidas de capacidade é necessário indicar as equivalências nos sistemas de medição atual. Para isso iremos utilizar

<sup>381</sup> A quarta era uma medida de secos que equivalia à quarta parte do alqueire. Pinto, Adelina Angélica, “Isoléxicas Portuguesas (Antigas medidas de capacidade)”, *Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. XVIII, Coimbra, 1983, p. 532.

<sup>382</sup> O quartilho era uma medida de líquidos que correspondia a meio litro, mas em algumas localidades podia equivaler à quarta parte da canada. Pinto, Adelina Angélica, “Isoléxicas Portuguesas (Antigas medidas de capacidade)” ..., cit., p. 543.

<sup>383</sup> *Ordenações Manuelinas*, Livro I, Título XV, § 30.

<sup>384</sup> *Ordenações Filipinas*, Livro I, Título XVIII, § 38.

padrões de concelhos próximos de Torres Novas, já que não temos informações para saber quais as medidas que a vila utilizava no século XVII. Um alqueire de trigo correspondia a 13.265 litros de capacidade em Tomar e a 13.137 litros em Coimbra<sup>385</sup>. Como a canada, utilizada para o azeite, era um sexto do alqueire, equivalia a 2,2 litros, sendo o quartilho, como o nome indica, a quarta parte de uma canada, o que corresponde a 0,55 litros.

No total, a Santa Casa gastou com as amas 5.081 alqueires e 1 quarta de trigo e 833 alqueires e 4 canadas e meia de azeite. Se multiplicarmos o valor total dos alqueires de azeite por seis, chegamos às 4.992 canadas, valor que se aproxima do total gasto em alqueires de trigo. Existe ainda um pagamento de “dois alqueires de mestura”, que foi contabilizado no valor de um alqueire de trigo, pago a uma ama em junho de 1707<sup>386</sup>.

Analisando o gráfico abaixo, ficamos com uma noção em que décadas é que a Santa Casa gastou mais com as amas. Os valores em géneros alimentares não se alteraram, por isso as despesas acompanham o ritmo de entradas de enjeitados, sendo as duas últimas décadas as que tiveram um maior dispêndios. Mas quanto maior fosse a sobrevivência dos enjeitados, maiores gastos teria a Santa Casa, o que pode indicar que a década de 1641-50, que teve um número de entrada de enjeitados inferior às últimas décadas, terá sido aquela em que as crianças sobreviveram por mais tempo.

---

<sup>385</sup> Consultar nos anexos a figura 10. Lopes, Luís Seabra, Medidas portuguesas de capacidade: origem e difusão dos principais alqueires usados até ao século XIX, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, 2002-2003, p. 351.

<sup>386</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1706-07)*, RD 58, Torres Novas, fl. 111.

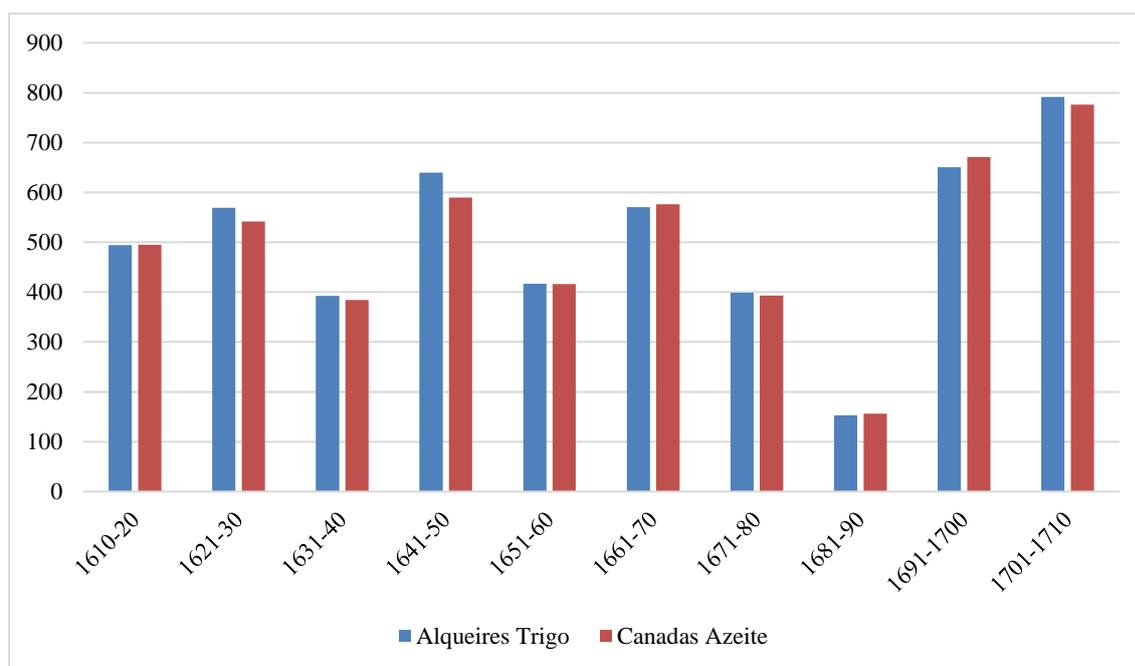


Gráfico 14 - Despesas totais de trigo e azeite com as amas

Sabendo que cada ama recebia por ano doze alqueires de trigo e doze canadas de azeite, seria de esperar que os gastos fossem idênticos. Contudo, existe um menor número de pagamentos de azeite por existir uma maior dificuldade em arranjá-lo, o que constatamos pela falta de pagamentos às amas. Exemplo disso aconteceu em abril de 1647, mês em que se apontou o pagamento dos meses de fevereiro, março e abril de uma só vez, o que indica a dificuldade que a Santa Casa teve nessa altura para conseguir arranjar o azeite<sup>387</sup>. Quando não conseguiam arranjar, uma das soluções passava por pagar o azeite através de dinheiro, como aconteceu em julho de 1666, em que pagaram 80 réis por canada, gastando no total 640 réis em oito amas<sup>388</sup>.

Estes géneros alimentares saíam diretamente do celeiro e armazém da Santa Casa, como se especifica na maior parte dos registos de pagamentos. Desconhecemos a localização destes dois edifícios no século XVII, mas seria aí que as amas iriam buscar o que lhes competia do seus ordenados.

Por vezes, os pagamentos às amas não eram feitos pela instituição, mas sim por alguns dos irmãos, que se comprometiam a isso ou, até, por caridade. Apesar de não serem muitos os casos, ficam aqui apontados por serem situações especiais. O primeiro acontece logo na primeira década em estudo, em julho de 1619, quando é indicado que não se pagou o trigo às

<sup>387</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1646-47)*, RD 23, Torres Novas, fl. 159.

<sup>388</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1666-67)*, RD 33, Torres Novas, fl. 107.

amas porque lho “deu o irmão Fernão Dias que o comprou”, o que insinua que este irmão, ao comprar o trigo à Santa Casa, o fez por caridade, podendo também revelar que a Santa Casa não tinha cereais no celeiro<sup>389</sup>. O segundo caso aconteceu em agosto de 1643, com o prior de Salvador, o irmão do mês, que pagou todo o trigo e azeite por “fazer esmola a Caza de todos os gasto deste mês”<sup>390</sup>. A última destas ocorrências aconteceu em agosto de 1674, com o irmão Sebastião Lobo a custear as despesas, aliviando a Santa Casa de pagar “cousa alguma”<sup>391</sup>. Todos estes pagamentos por parte dos irmãos da misericórdia foram feitos nos meses de verão, quando se iniciava os livros de receitas e despesas, o que poderá indicar uma dificuldade acrescida para a Santa Casa conseguir pagar às amas nestes meses, por ser numa altura em que talvez ainda não tivesse arrecadado os seus foros ou rendas.

Entrando em detalhe nestes pagamentos em géneros às amas, no gráfico abaixo podemos observar os pagamentos em alqueires de trigo e canadas de azeite por anos económicos, num total de 60 anos completos<sup>392</sup>. Tal como foi apresentado anteriormente, os pagamentos de trigo são superiores aos do azeite no total da série, mas existem exceções, e analisando os pagamentos através dos anos económicos é possível observar isso. Em onze anos os pagamentos do azeite foram superiores ao do trigo, com diferenças mais expressivas em 1663-64, 1690-91 e 1706-07. Neste último foram pagas 89 canadas de azeite e 75 alqueires e meio de trigo. Estas diferenças podem indicar dificuldades em obter os géneros de que careciam, como já foi referido, mas pode significar ainda ajustes de contas com as amas. Também podia acontecer ser a própria ama a não querer algum dos produtos, como aconteceu com Luísa Pimentel, ama de Maria, a quem, em setembro de 1622, “não lhe derão azeite porque assim aseitou a menina sem azeite nenhum”, recebendo apenas o trigo<sup>393</sup>.

Temos indicações de que em 1630-31 pagaram o mês de outubro a uma ama com meio alqueire de trigo por uma canada de azeite, o que nos permite saber que o trigo era um bem mais valioso que o azeite, valendo o dobro nesta época<sup>394</sup>. No ano económico de 1670-71, em que houve um maior gasto de azeite do que de trigo, o registo de pagamentos de julho indica que os cinco alqueires de trigo iriam ser pagos em dinheiro “por não aver no seleiro”, custando

---

<sup>389</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1619-20)*, RD 7, Torres Novas, fl. 96.

<sup>390</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1643-44)*, RD 20, Torres Novas, fl. 102.

<sup>391</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1674-75)*, RD 39, Torres Novas, fl. 86.

<sup>392</sup> Os livros de receitas e despesas em que encontramos omissões no registo dos gastos totais da Misericórdia com as amas são: 1676-77, 1678-79, 1679-80 e 1680-81.

<sup>393</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1622-23)*, RD 7B, Torres Novas, fl. 122.

<sup>394</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1630-31)*, RD 12, Torres Novas, fl. 157.

à Santa casa “des tostois”, o equivalente a 1.000 réis, ou seja, cada alqueire de trigo valia 200 réis<sup>395</sup>, estando quatro/cinco anos antes a canada de azeite a 80 réis<sup>396</sup>.

---

<sup>395</sup> ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1670-71), RD 36, Torres Novas, fl. 110.

<sup>396</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1666-67)*, RD 33, Torres Novas, fl. 107.

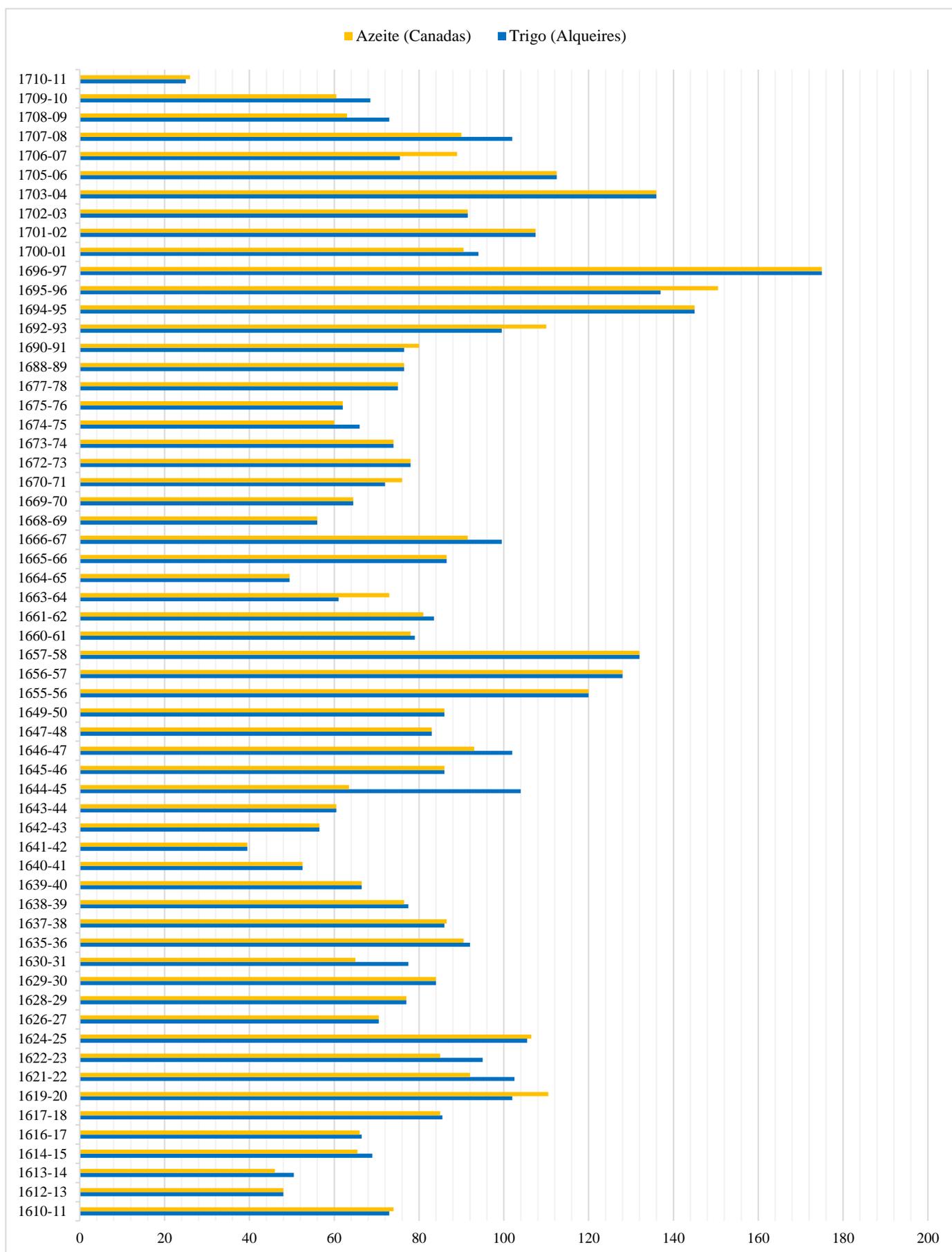


Gráfico 15 - Pagamentos das amas em géneros (anos completos)

### 6.3. Estado conjugal

Continuando com a análise dos dados recolhidos sobre as amas, conseguimos saber o estado conjugal de 113, o que equivale a 32,5% do total das amas. Como seria de esperar, a grande maioria é constituída por mulheres casadas, no total de 91, representando 80,5% daquelas cujo estado conjugal é conhecido. Estas mulheres rentabilizavam o seu leite para alimentar outra criança, obtendo assim mais uma fonte de rendimento para a sua família. Destas amas, em vinte e seis casos não sabemos o nome da mulher, apenas o do marido, prática recorrente na época, em que identificavam as mulheres consoante o seu estado conjugal: se fossem solteiras, o nome do/s pai/s estaria presente e sendo casadas constaria o nome do marido com ou sem o dela.

Em alguns destes registos, não mencionam o nome do marido mas sim a sua alcunha, o que dificulta o levantamento dos dados, porque não sabemos as alcunhas que correspondiam aos nomes, quando eram assim apresentados. Estas alcunhas podiam ser, como em geral, características que o homem apresentava ou qualquer outro indicador que o diferenciava da restante sociedade, como a ama que era mulher do Gago<sup>397</sup>, ou a “mulher do Rei”, que nos aparece logo na primeira década<sup>398</sup>. A cor do cabelo também podia definir a alcunha do homem, como encontramos em alguns casos, indicando que os maridos eram ruivos e um caso em que era “louro”<sup>399</sup>, características suficientes para os diferenciar e às suas mulheres.

Quanto às amas solteiras, contabilizámos 16 mulheres (14,2% cujo estado conjugal foi esclarecido), número muito abaixo das casadas. Este é um número que já esperávamos que fosse mais baixo, porque ser ama de leite confirmava à restante sociedade que tinha tido um filho sem estar casada. Mas como já abordámos anteriormente, a pobreza era uma constante na realidade das amas dos enjeitados, o que leva a que qualquer mulher recorresse a esta forma de rendimento.

Houve diversas dificuldades no levantamento dos dados das fontes, tal como já referimos anteriormente, e como exemplo deixamos uns casos que aparecem na última década. Em dois registos surge-nos a indicação de que a ama era filha da “Chamissa”, aparecendo ainda um terceiro em que a ama era filha de Isabel Chamissa. Estes três registos podem ser a mesma ama, Maria da Luz, ou podem ser duas ou até três amas diferentes porque não sabemos quantas “Chamissas” havia em Torres Novas na época, nem quantas filhas teria Isabel “Chamissa”<sup>400</sup>.

---

<sup>397</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1701-02)*, RD 54, Torres Novas, fl. 110.

<sup>398</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1616-17)*, RD 5, Torres Novas, fl. 121.

<sup>399</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1646-47)*, RD 23, Torres Novas, fl. 158.

<sup>400</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fl. 108; ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1706-07)*, RD 58, Torres Novas, fl. 110v.

Também não sabemos o nome de mais de metade destas mulheres solteiras porque os escritvães apontavam apenas os nomes dos pais, tal como faziam com as casadas, identificados pelos maridos. Um exemplo disso aconteceu em 1706, quando é referido que a ama é “sobrinha de António Manços”, o que leva a crer que fosse ainda solteira ou até mesmo órfã, para não indicar o nome dos seus pais<sup>401</sup>. Um outro caso em que se indica que a ama é “mulher solteira” aparece no registo da ama Margarida Nunes que em fevereiro de 1656 ficou a criar de peito um filho desamparado<sup>402</sup>.

As amas viúvas representam 5,3% do universo com estado conjugal conhecido, número bastante abaixo dos restantes. Encontrámos uma situação em que a Santa Casa pagou a um pai viúvo e pobre para cuidar do seu próprio filho, como se estivesse a pagar a uma ama, sendo este o único que conhecemos e que pode indicar uma falta de amas naquela década<sup>403</sup>. Em relação aos restantes casos, é apresentado apenas o nome das amas e que eram viúvas, com uma única exceção, quando na década de 1631-40 registam o nome do marido de Maria Francisca, “molher que foi de Diogo Gonçalves”<sup>404</sup>.

Ao comparar estes dados com o estudo mais próximo geográfica e cronologicamente, notamos a predominância das mulheres casadas como amas de enjeitados, com percentagens de 90% em Santarém e de 80,5% em Torres Novas. Quanto às solteiras e viúvas, o panorama altera-se. A percentagem de amas viúvas em Santarém, 8,1%, é um pouco superior à de Torres Novas, com 5,3%. A maior diferença é mesmo nas mulheres solteiras, que em Torres Novas atingem os 14,2% enquanto Santarém apresenta apenas um caso, o que representa uma percentagem muito ínfima<sup>405</sup>.

As amas seriam em geral camponesas, mas isso nunca é mencionado, existindo apenas algumas referências às suas ocupações. Oito delas exerciam duas profissões relacionadas com a Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas: quatro albardeiras e quatro andadeiras, sendo uma destas a “andadeira velha”, o que sugere que era uma mulher de idade mais avançada a ocupar o posto ou seria a antiga andadeira da instituição<sup>406</sup>. Além destas, apenas em dois casos se refere a profissão das amas: uma “hispataleira das Lapas”<sup>407</sup> e outra ermitoa da igreja de S. Domingos<sup>408</sup>. Já os ofícios dos maridos apresentam uma maior diversidade: um ermitão, um

<sup>401</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1706-07)*, RD 58, Torres Novas, fl. 110.

<sup>402</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1655-56)*, RD 26, Torres Novas, fl. 91.

<sup>403</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1661-62)*, RD 50, Torres Novas, fl. 87v.

<sup>404</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1637-38)*, RD 14, Torres Novas, fl. 130v.

<sup>405</sup> Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A ação social da Misericórdia ...*, cit., p.112.

<sup>406</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1616-17)*, RD 5, Torres Novas, fl. 124.

<sup>407</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1672-73)*, RD 37, Torres Novas, fl. 89.

<sup>408</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1628-29)*, RD 10, Torres Novas, fl. 101.

porteiro, um boieiro, um abegão e um “trabalhador”<sup>409</sup>, profissões das camadas mais pobres da sociedade. Além destes, dois eram alfaiates e um sapateiro, homens de ofícios qualificados, socialmente superiores aos anteriores.

Curiosamente, também encontramos alguns homens da Santa Casa encarregados de criar os enjeitados. Em duas situações existem referências ao andador como ama, ficando responsável pela criação dos meninos. O primeiro caso surge logo no década de 1610-20 com dois enjeitados ao mesmo tempo<sup>410</sup> e o segundo na década seguinte, quando transferiram um enjeitado, registando-se que “este enjeitado tem ho andador”<sup>411</sup>. Podiam estes andadores ficar com algumas crianças em épocas em que a Santa Casa teria dificuldades em encontrar amas? Terão esses homens utilizado a sua influência dentro da instituição para ter um rendimento extra?

#### 6.4. Residências das amas

As localidades onde habitavam as amas é também informação que encontramos em alguns registos de pagamentos. A distância do local em que habitavam para a vila de Torres Novas podia ser um impedimento para o exercício da atividade porque teriam de ir a Torres Novas todos os meses receber o seu ordenado, que, como já constatámos, era feito em dois períodos diferentes do mês. Possuímos informações da naturalidade de 115 amas, o que corresponde a 33,1% do número total. A quase totalidade pertencia à vila e ao seu termo, havendo apenas seis casos exteriores ao concelho. Estas amas podiam ir a diversos municípios recolher enjeitados e acumular ordenados. Em dois casos as amas vinham do termo de Ourém, região vizinha de Torres Novas, mas não sabemos em concreto de que localidades. Temos também uma ama oriunda do termo de Tomar, também vizinho do termo de Torres Novas, mais propriamente da localidade de Carvalheiros<sup>412</sup>. As outras amas vinham de terras mais afastadas, o que dificultaria as suas idas à Santa Casa mensalmente devido às grandes distâncias a percorrer para receber os ordenados. Uma ama era de Casal de Mil Homem, povoação que encontramos perto de Leiria, a cerca de 35 km de distância; e a outra era de Paul, perto de Abrantes, a mais de 25 km de Torres Novas<sup>413</sup>.

---

<sup>409</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1655-56)*, RD 26, Torres Novas, fl. 90v.

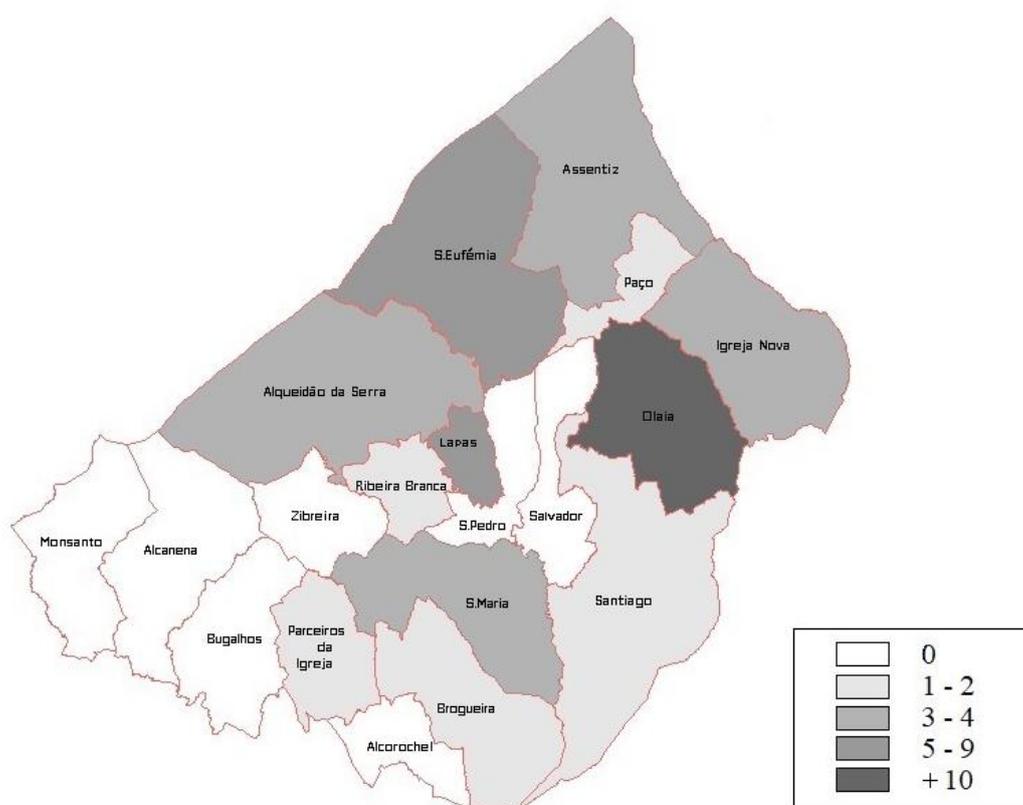
<sup>410</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1616-17)*, RD 5, Torres Novas, fl. 121.

<sup>411</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1628-29)*, RD 10, Torres Novas, fl. 101v.

<sup>412</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1696-97)*, RD 52, Torres Novas, fl. 98v.

<sup>413</sup> ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1690-91)*, RD 48, Torres Novas, fl. 87v; ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1704-05)*, RD 56, Torres Novas, fl. 108. Distâncias calculadas pelos caminhos da época a partir dos dados constantes no atlas.fesh.unl.pt

Quanto às restantes amas centram-se na própria vila, com 51,3% das que têm a proveniência esclarecida. Os escrivães apontavam que as amas eram de Torres Novas, mas alguns registavam a sua localização mais exata, indicando detalhes como o nome da rua ou a proximidade da sua casa com algum edifício ou zona. Uma ama vivia na rua dos Anjos, outra na rua dos Sabugueiros, uma no rossio da Levada, duas na Ponte do Ral, três na porta de Santarém, entre outros registos mais vagos que encontramos. A designação que mais aparece é “Nossa Senhora dos Anjos”, com oito amas a habitarem nesta zona da vila, que pode ser nas imediações da atual rua dos Anjos, visto que não encontramos qualquer referência a uma ermida com o mesmo nome<sup>414</sup>.



Mapa 2 - As amas do termo de Torres Novas

Em relação ao termo de Torres Novas, a disposição das amas é diversa. Apesar de só termos informações de 14,7% do total das amas, os poucos dados tornam-se importantes para termos uma ideia de onde eram originárias estas amas. No mapa acima observamos a predominância das amas no norte do concelho, com destaque para Olaia, que apresenta o maior número de amas, com um total de 12. As amas desta freguesia encontram-se em apenas três localidades, Argea, Valhelhas e Lamarosa, com esta última a contabilizar cinco amas. As outras

<sup>414</sup> Lopes, João Carlos, *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII ...*, cit., p. 94.

freguesias com maior relevância são Lapas e Santa Eufémia (ou Chancelaria), com oito amas cada. A freguesia de Lapas conta apenas com amas da sede, que pela proximidade com a vila era mais propícia para as mulheres desta localidade se tornarem amas da misericórdia. Relembre-se que a vila de Torres Novas é constituída por quatro freguesias (Santa Maria, Santiago, S. Pedro e Salvador), o que faz com que no mapa as amas destas quatro paróquias se apresentem com números baixos, por tratarmos aqui apenas mulheres exteriores ao núcleo urbano.

Notamos ainda uma zona muito vazia nas freguesias de Monsanto, Alcanena, Bugalhos e Zibreira. Além de ficarem afastadas da vila de Torres Novas, estavam próximas de outros concelhos e, ainda, da misericórdia de Alcanena, embora seja pouco provável que esta prestasse assistência aos enjeitados, atendendo à sua reduzida dimensão.

## Conclusão

Ao longo desta dissertação de mestrado procurámos analisar a forma como a Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas prestava assistência às crianças enjeitadas e aquelas que, embora não fossem abandonadas, estavam ao desamparo, num século muito pouco investigado nesta temática.

Os capítulos deste trabalho centram-se nos enjeitados e na sua assistência, mas para alcançarmos isso foi necessário apresentar contextualizações introdutórias a nível da localização e do tema em si. A sociedade torrejana, maioritariamente rural, evoluiu ao longo da Época Moderna a nível demográfico, principalmente na vila em si, tendência compreensível, visto que seria na vila que haveria mais oportunidades. É neste ambiente que surge a Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas em meados do século XVI, que foi crescendo ao longo do século, anexando confrarias e os seus rendimentos mas também com as suas responsabilidades. Entre estas incorporações, anexou uma gafaria que tinha o encargo da criação dos enjeitados, o que lhe acarretou esta obrigação a partir de 1579, tanto a nível administrativo como a nível financeiro, situação bastante invulgar, embora não inédita. Não encontramos muitos estudos sobre os enjeitados no século XVII, época em que ainda não estava generalizado o recurso ao mecanismo das rodas para facilitar os enjeitamentos. A região da Estremadura conta apenas com a investigação de Maria de Fátima Reis sobre os enjeitados em Santarém entre 1691 e 1710. Este nosso estudo vem assim contribuir para conhecermos os socorros prestados às crianças abandonadas que uma pequena instituição de uma vila ribatejana assegurava, usando os seus próprios rendimentos. Eram várias as pessoas envolvidas neste encargo e tratava-se de um processo moroso, já que cada criança tinha direito a sete anos de criação custeados pela Santa Casa.

O principal objetivo desta dissertação foi, portanto, perceber como se prestava assistência aos enjeitados em Torres Novas ao longo do século XVII, assunto que trabalhámos a partir das fontes produzidas pela Misericórdia, sem esquecer as comparações com outros estudos de cronologias semelhantes, o que nos levou de imediato a concluir que o número de abandonos em Torres Novas era menor em relação a outras localidades como Santarém, Setúbal ou Ponte de Lima. Neste século contamos com uma vila de reduzidas dimensões, tendo ainda a condicionante de no seu termo não existirem grandes localidades, além de ter vilas populosas bastante próximas, como Tomar, Ourém, Porto de Mós ou Santarém. Quem vivesse nos limites do termo de Torres Novas não teria vantagem em ir à sede do concelho por ficar muito longe, já que se situa quase no centro do termo.

Apesar de ter como tema principal as crianças enjeitadas, este trabalho destaca outros que lhe estão intimamente ligados, como as questões financeiras que este tipo de assistência exigia da Misericórdia ou o papel que as mulheres desempenhavam e aquilo a que se sujeitavam para sobreviver. Para investigar estes assuntos é necessário ter fontes e dependemos daquilo que elas nos apresentam. A sua ausência cria uma lacuna de dados sobre os enjeitados, as amas e os pagamentos realizados, o que dificultou o nosso trabalho. Além disto, a qualidade das informações averbadas pelos escrivães é variável e ao longo da cronologia notámos uma evolução, passando de registos mensais com informações gerais dos pagamentos às amas, para um maior cuidado na escrituração, indicando-se primeiro todos os enjeitados custeados anualmente, com os diversos detalhes dos enjeitamentos, passando depois para os gastos totais com as amas. Existe, portanto, uma mudança dos principais tópicos registados, pois no início do século focam-se mais os pagamentos mensais e no final da cronologia em análise os próprios enjeitados e as suas amas.

Ao longo da cronologia em estudo deram entrada na Santa Casa 382 crianças, das quais 247 são enjeitados com informações suficientes para os analisar, 73 são de registos incompletos para os nossos objetivos (porque se focam apenas nos pagamentos às amas, como dito) e 62 são crianças vulneráveis pela pobreza extrema ou morte dos pais. As várias lacunas existentes ao longo da cronologia obrigaram-nos a analisar os dados por década. Embora em três decénios (1631-40, 1651-60 e 1681-90) a linha das admissões de crianças sofra um decréscimo, ao longo da cronologia os números de enjeitados aumentam, passando de uma dezena para meia centena de casos por década. Quanto à sazonalidade dos abandonos os meses que mais se destacaram foram os de maio e junho, ambos com o mesmo número de ocorrências, mas também os meses de novembro e dezembro, pelos números bastante baixos de casos e que destoam dos restantes meses de forma acentuada.

A partir da análise das fontes manuscritas foi possível detetar outros aspetos. Um que não difere dos restantes estudos da mesma época é o sexo destas crianças, com o feminino a predominar, ainda que não seja por muito. A idade destes enjeitados não é uma informação muito presente nos registos, tanto porque na sua maioria eram recém-nascidos, o que nem sempre especificava, como porque, quando não o eram, só se registava a idade caso estivesse referida num bilhete ou, por vezes, pela aparência das crianças. A onomástica dos enjeitados foi também um subtema abordado, concluindo-se pelo grande destaque do nome feminino “Maria” e, em menor grau, do masculino “Manuel”. Torna-se interessante saber estes pequenos detalhes, como é que tomavam estas decisões simples, no caso seria atribuir nomes a crianças.

Uma outra informação muito importante presente nos registos de pagamentos era a localização dos abandonos destas crianças. Não existia roda nesta época, por isso as crianças eram deixadas em vários locais, quer fosse à porta de casas particulares ou no meio do campo. Para a sobrevivência destas crianças, os sítios mais indicados eram os mais concorridos, para poderem rapidamente ser socorridas. Foram encontrados enjeitados em 34 localidades do termo de Torres Novas, mas quase metade na própria vila, seguido de povoações próximas, como Barreira Alva e Meia Via. As restantes crianças foram abandonadas por todo o termo, com predominância para as freguesias de Santa Maria, Santiago e Igreja Nova. Houve freguesias sem abandonos, como Alcorochel, Monsanto e Parceiros de Igreja, na zona sul do termo, com Monsanto muito afastado da sede do concelho. A tipologia dos locais em que foram encontrados enjeitados também foi tida em conta, com a predominância de edifícios de cariz religioso, nomeadamente ermidas e igrejas. A sociedade torrejana veria nestes locais o porto seguro para deixar estas crianças, por terem movimento durante o dia e contarem ainda com os ermitões, que rapidamente podiam recolher os enjeitados. O próprio edifício da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas e o seu hospital eram também locais de preferência, dando uma maior oportunidade à criança de sobreviver, embora aumentasse a possibilidade de quem enjeitava ser visto, até porque a Santa Casa se situava num local central da vila.

A presença de pertences e bilhetes, que era o único vestígio da família de sangue da criança, servia para identificar no futuro a dita criança, caso algum parente quisesse ir buscá-la mais tarde, mas também servia para conferir identidade aquela criança, já que podia definir o seu nome, indicar a data de nascimento, a proveniência e se já estava ou não batizado. Todas estas informações eram determinantes para a vida da criança, mas, numa sociedade rural como o concelho de Torres Novas, encontramos poucos bilhetes, sobretudo antes da última década. Nesta época o batismo era um sacramento imprescindível e a Santa Casa responsabilizava-se por o fazer ministrar sempre que se sabia ou temia estar em falta. Possuímos dados acerca do batismo de cerca de 60% de enjeitados, sendo que mais de metade vinha ainda por batizar.

O futuro destes enjeitados tinha três sentenças: ou terminavam a criação de sete anos e entravam no mercado de trabalho, ou faleciam ou eram entregues à família ou a estranhos antes do fim da criação. Mais de metade destes enjeitados faleceu enquanto era criado às custas da Santa Casa, tendência semelhante, mas mais baixa, do que tem sido encontrada em outras localidades. A predominância destes óbitos era do sexo feminino, tal como aconteceu nas entradas de enjeitados, falecendo 52,3% das meninas que entraram, percentagem um pouco superior à do sexo oposto (50,4%). A maior parte falecia no primeiro ano de criação, com predominância entre o primeiro e o sétimo mês. Também a sazonalidade dos óbitos foi

analisada, para termos uma noção dos motivos que os terão provocado. Se estas crianças faleciam com poucos meses de vida, então ao compararmos o ritmo sazonal de óbitos com o de abandonos, conseguimos relacionar esses mesmos dados, mas verificámos que os meses de julho e agosto foram os mais fatídicos, ultrapassando essa condicionante e chegando a haver um maior número de óbitos do que abandonos no mês de agosto.

Mas nem todas as crianças faleceram enquanto eram criadas pelas amas. Algumas tiveram a sua criação interrompida para serem entregues a outras pessoas, deixando de ficar à responsabilidade da Santa Casa. Conhecemos 42 situações destas, que representam 69% da série, quer tivessem sido entregues aos pais, que ou eram descobertos ou pretendiam reaver o seu filho, ou a pessoas particulares, que podiam ter diversos motivos para os querer em sua casa. Encontramos alguns casos em que as amas os criavam de graça, sem se explicar o motivo, e um em que a ama ficou com a criança, pagando à Santa Casa o que se já tinha gasto com ela. Houve, ainda, outras situações muito interessantes: entregas de enjeitados com menos de sete anos a pessoas que os levaram para trabalhar a troco de um ordenado e promessa de aprendizagem de um ofício, no caso dos meninos, e para as meninas, promessa de lhes pagar o casamento e enxoval em vestuário, alguns móveis e utensílios e roupas de casa, tudo devidamente discriminado. Quando os enjeitados completavam os sete anos de idade, a Santa Casa tinha a responsabilidade de encontrar pessoas de bem, como referem, para receberem estas crianças enquanto trabalhadoras. Nos contratos de entrega dos enjeitados com criação completa tudo ficava bem esclarecido entre ambas as partes, o requerente empregador e a Misericórdia, ficando esta totalmente desobrigada e o empregador obrigado a facultar a aprendizagem de um ofício ou de custear o casamento e enxoval, mediante o sexo da criança.

Além dos enjeitados, localizámos, como dito, 62 crianças filhas de pessoas muito pobres que a Santa Casa aceitou com as mesmas condições dos expostos. Entre os motivos que levavam as famílias a recorrer à assistência da Misericórdia, predominava os que estavam relacionados com a mãe (morte, ausência de leite ou doença). A sazonalidade das chegadas destas crianças difere por completo da dos enjeitados, com os meses de agosto e setembro a registarem os números mais elevados e março, junho e outubro os mais baixos. A idade destes meninos é mais perceptível, já que os próprios pais a podiam indicar quando os entregavam, encontrando-se na sua maioria em período de amamentação. A onomástica destas crianças, apesar de só termos informações de quase metade dos casos, é semelhante à dos enjeitados, com “Manuel” e “Maria” a dominar. O futuro dos filhos desamparados também foi tido em análise, com apenas 29% deles a falecer. Esta percentagem relativamente baixa é influenciada pela menor duração de muitas destas criações, quando dependiam da hospitalização de alguns dos pais ou até

quando as condições financeiras da família melhorassem. Contudo, temos apenas indicações de sete crianças que foram devolvidas aos pais, sendo o mais certo que as restantes também o tenham sido mas, por algum motivo, a ocorrência não foi registada.

Por fim, o tema das amas finaliza esta dissertação com dados não só relativos a essas mulheres, mas também às despesas que a Santa Casa teve com elas. Com todas as dificuldades encontradas na análise, contabilizámos um total de 347 amas ao longo da cronologia, com predominância para a primeira década e para as duas últimas em estudo. Quanto mais enjeitados houvesse, maior era a necessidade de a Santa Casa encontrar amas, o que explica o elevado número de amas nas últimas décadas. Conhecemos os salários das amas desde o início da cronologia e só foi uma vez alterado, no ano económico de 1635-36, baixando de 300 para 200 réis nas amas de leite, e de 200 para 150 réis nas amas secas, tendência que não encontramos nos outros estudos, que foram aumentando os vencimentos. Além do dinheiro, as amas torrejanas eram pagas também em trigo e azeite. No total a Santa Casa gastou com as amas meio milhão de réis em cinco décadas, além de mais de 5.000 alqueires de trigo e mais de 800 alqueires de azeite. Estes valores parecem pequenos em relação a outras cidades portuguesas de maiores dimensões, mas torna-se uma grande despesa por sair tudo dos rendimentos da Santa Casa.

Em nenhum momento a Misericórdia de Torres Novas definiu requisitos para a admissão de amas. Encontramos solteiras, casadas (a grande maioria) e viúvas e ainda mulheres mulatas. Procurámos conhecer as profissões destas mulheres. Seriam, em geral, camponesas, mas nos poucos casos em que a ocupação é registada, a maioria estava ligada à Santa Casa como suas funcionárias ou esposas de funcionários, que também podiam ser designados como amos. A parte final do capítulo é dedicada à residência destas mulheres, concluindo-se que predominavam as que viviam na vila de Torres Novas. A maior ou menor facilidade de deslocação à sede do concelho para receber o ordenado era importante, e possivelmente devido a isso não encontramos amas das freguesias mais afastadas do termo, como Monsanto, Alcanena ou Bugalhos. É na região norte do termo que encontramos mais amas, mas também é nessa zona que encontramos mais casos de crianças enjeitadas, podendo haver aí uma maior pobreza ou a prática de enjeitar um filho ser encarada com maior naturalidade.

As rodas de expostos desapareceram gradualmente na Europa e em Portugal ao longo das décadas de 1850-1880, mas existem hoje, em certos países, mecanismos idênticos aquilo que era a roda dos enjeitados. Nos Estados Unidos da América encontramos-os desde 2016 em paredes exteriores de hospitais ou quarteis de bombeiros, edifícios em que existem profissionais de saúde que podem recolher e assistir a criança quando esta é colocada dentro do mecanismo.

Este programa tem o nome de *Safe Haven Baby Boxes* e conta com mais de 150 instrumentos espalhados pelos estados americanos de Indiana, Ohio, Kentucky, Arkansas, Flórida, Novo México, Carolina do Norte, Tennessee, Pensilvânia, Oklahoma e Arizona<sup>415</sup>. À semelhança das rodas, o principal objetivo é o de transferir a criança para dentro do edifício de uma maneira rápida, segura e anónima. Esta foi uma solução criada para diminuir o abandono, infanticídio e os abortos, à semelhança do propósito da roda dos enjeitados.

Encontramos casos semelhantes em países europeus, como na Alemanha, Áustria, Suíça, Polónia, República Checa, Letónia ou Itália<sup>416</sup>. A Itália, ainda no século XX mantinha algumas *ruotas*, que tendiam a desaparecer, mas desde finais desse século tem vindo a reutilizar o mecanismo numa versão mais moderna, a *Culla per la Vita*, sistema dinamizado por instituições religiosas. Mais tarde, em 2006, o *Policlinico Casilino di Roma* foi o primeiro hospital italiano a implementar um destes mecanismos, medida tomada por outros hospitais anos mais tarde, como em Nápoles com o primeiro berço térmico, aliando o sistema da roda às novas tecnologias<sup>417</sup>.

A história é fundamental para se perceber o presente e por vezes repete-se, quer seja nas boas ou más decisões. Após vários séculos de existência das chamadas rodas dos enjeitados, vários países do Ocidente voltam a recorrer a este tipo de mecanismo. Foi atualizado, interligando-o com as novas tecnologias, mas sabemos que no passado facilitou os abandonos de crianças, aumentando os seus números. A forma como estas crianças são deixadas, num mecanismo em sítio discreto, sendo a ação feita às escondidas, como uma infração, provoca-nos desconforto. Não existirão outras soluções mais adequadas?

---

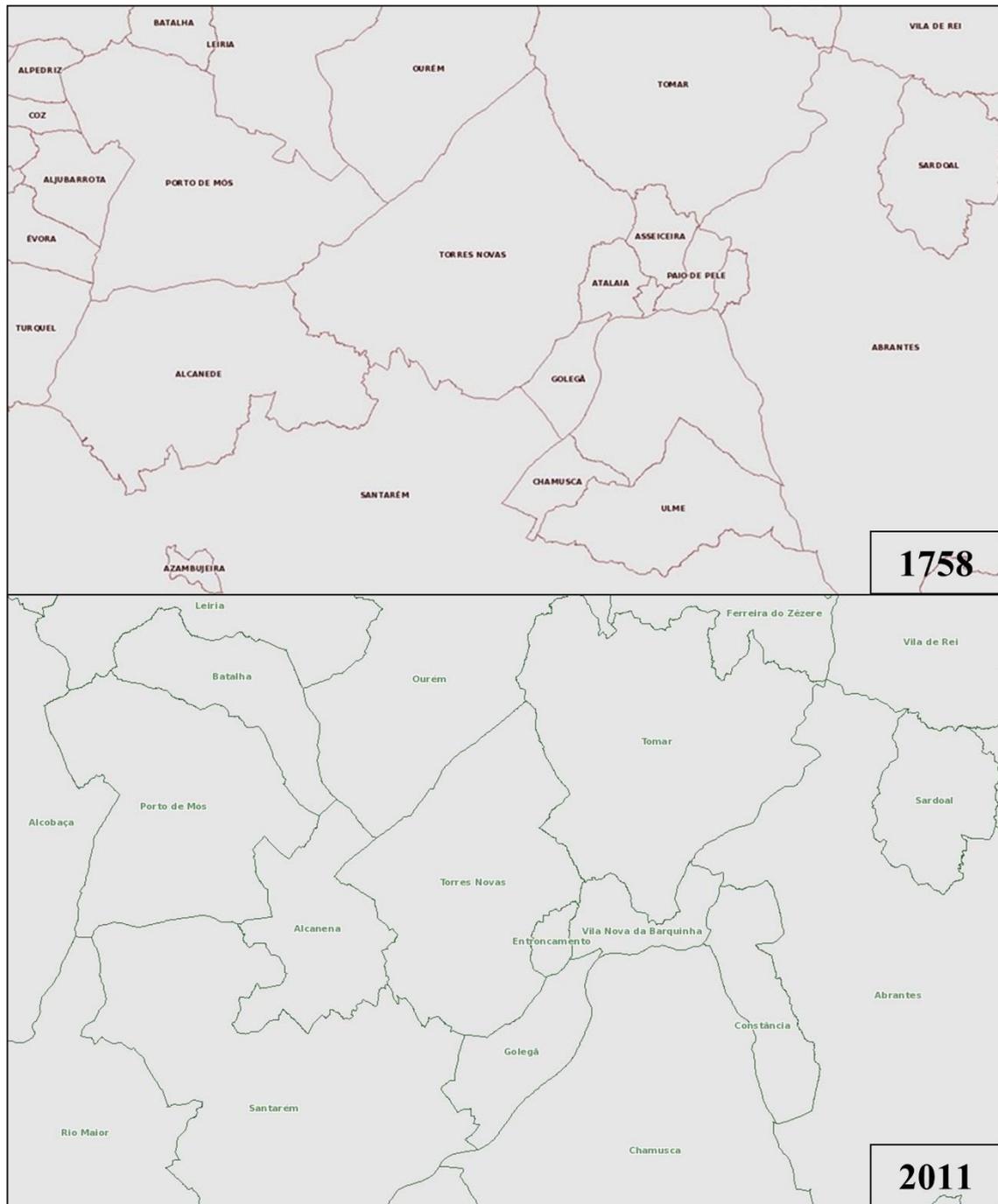
<sup>415</sup> <https://shbb.org/>

<sup>416</sup> <https://www.theguardian.com/world/2012/jun/10/unitednations-europe-news>

<sup>417</sup> <https://www.ninnaho.org/>

# ANEXOS

Mapa nº 1 – O concelho de Torres Novas e os seus concelhos vizinhos (1758/2011)

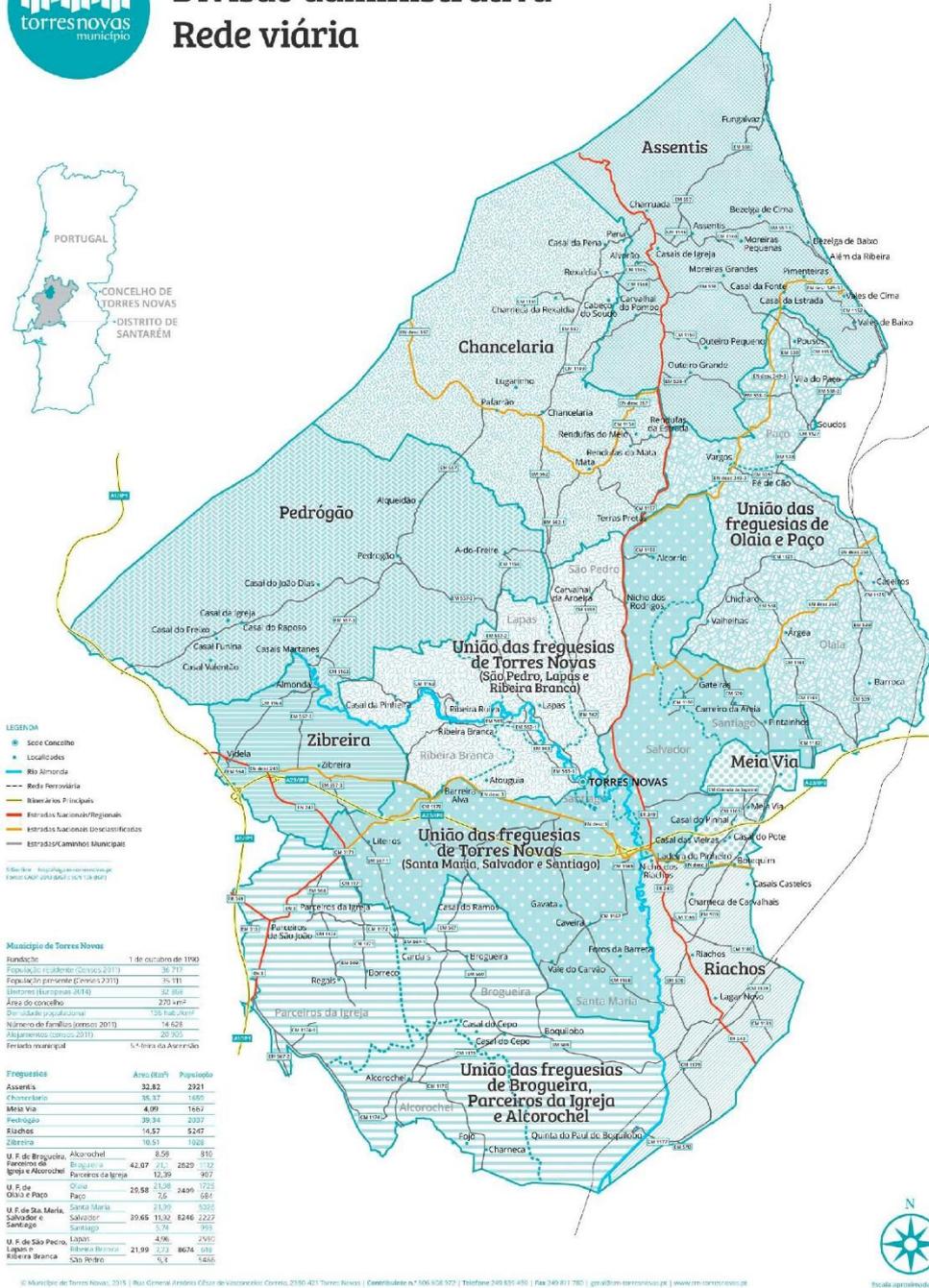


Fonte: <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php#>

Mapa nº 2 – As freguesias de Torres Novas atualmente



Divisão administrativa  
Rede viária



Fonte:

<https://cm-torresnovas.pt/images/documents/Municipio/MapaConcelhoFreguesias.compressed.pdf>

<https://cm-torresnovas.pt>

**Tabela nº 1 – Fogos e habitantes do concelho de Torres Novas (1527-32)**

<b>Localidades</b>	<b>Número de vizinhos</b>	<b>População (coeficiente 4,5)</b>	<b>População (coeficiente 4)</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Total</b>	<b>1449</b>	<b>6.521 hab.</b>	<b>5.796 hab</b>	<b>100%</b>
Torres Novas	351	1580	1404	24,2%
Vintena de Árgea	119	536	476	8,2%
Aldeia das Lapas	114	513	456	7,9%
Vintena de Filhós, Pousados e Bugalhos	78	351	312	5,4%
Vintena das Marruas, Brogueira e casais de Boquilobo	72	324	288	5%
Vintena dos Parceiros	62	279	248	4,3%
Aldeia das Ribeiras	60	270	240	4,1%
Vintena da Zibreira e Peral	53	239	212	3,7%
Vintena do Alqueidão e Chancelaria e Pafarrão	51	230	204	3,5%
Vintena das Curvaceiras	45	203	180	3,1%
Vintena de Monsanto e Covão do Feto	43	194	172	3%
Vintena do Pedrogão e A-do-Freire	42	189	168	2,9%
Vintena de Alcorochel com o Paul	41	185	164	2,8%
Vintena de Alcanena, Peral e Gouxaria	40	180	160	2,7%
Aldeia das Rendufas	33	149	132	2,3%
Aldeia do Carvalhal do Pombo	24	108	96	1,6%
Aldeia do Outeiro Grande	20	90	80	1,4%
Aldeia de Peralva	19	86	76	1,3%
Aldeia de Beselga	19	86	76	1,3%
Aldeia dos Soudos e Carrascos	16	72	64	1,1%

Casais de Alcorriol	16	72	64	1,1%
Carvalho e Rodrigues	14	63	56	1%
Aldeia de Paialvo	13	59	52	0,9%
Aldeia do Outeiro Pequeno	13	59	52	0,9%
Aldeia de Bexiga	12	54	48	0,8%
Aldeia dos Longos	11	50	44	0,8%
Aldeia do Carrascal	11	50	44	0,8%
Aldeia dos Pousos Vales e Visoaria?	11	50	44	0,8%
Aldeia de Vila Nova	9	41	36	0,6%
Aldeia de Pé de Cão e Vargos	9	41	36	0,6%
Aldeia de Rendufas, com Vale de Samam?	9	41	36	0,6%
Aldeia de Fungalvaz	8	36	32	0,5%
Aldeia das Moreiras	7	32	28	0,5%
Aldeia de Assentiz	4	18	16	0,3%

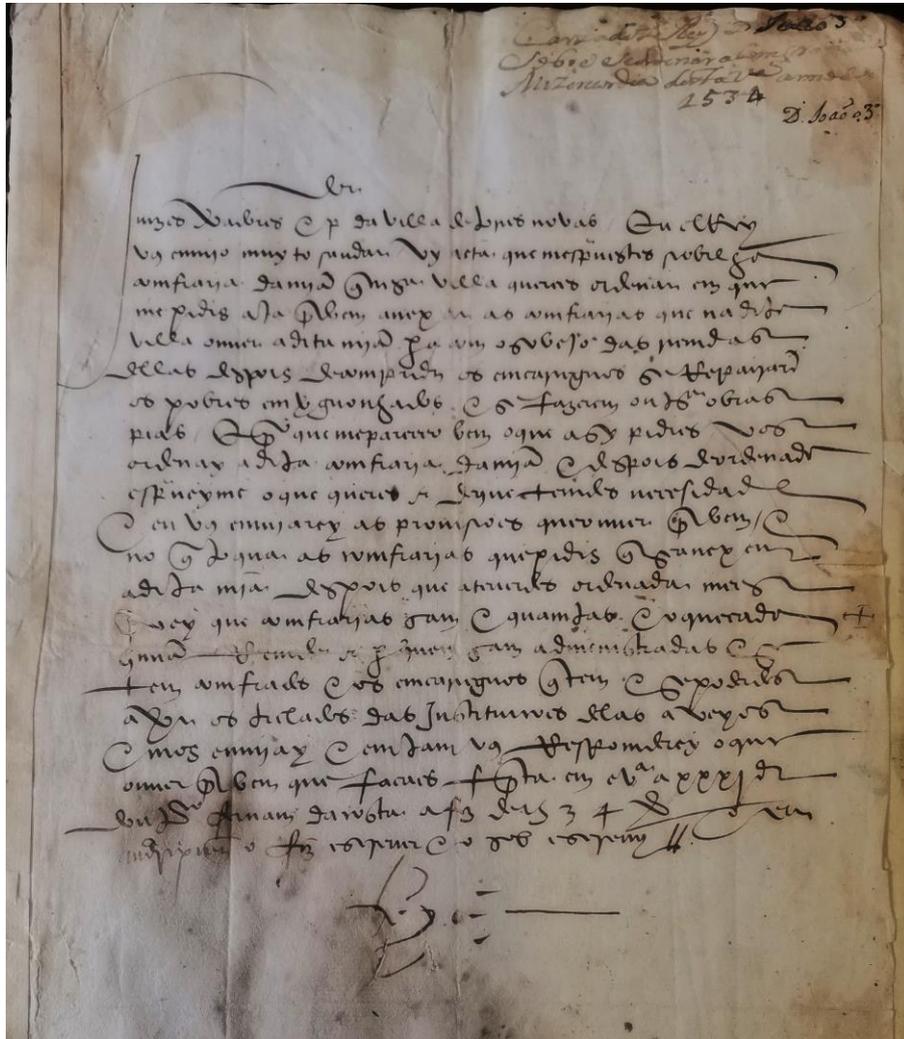
Fonte: Freire, Anselmo Braancamp, “A povoação da Estremadura no XVI século”, *Archivo histórico português*, vol. VI, Lisboa, 1908, p. 266.

**Tabela nº 2 – Fogos e pessoas de comunhão das paróquias de Torres Novas (1736)**

<b>Paróquias</b>	<b>Número de fogos</b>	<b>Pessoas de Comunhão</b>	<b>Percentagem de habitantes</b>
Salvador (Torres Novas)	106	673	6,9%
Santa Maria (Torres Novas)	283	891	9%
S. Pedro (Torres Novas)	112	633	6,4%
Santiago (Torres Novas)	446	1194	12,1%
N.S. da Graça das Lapas	155	414	4,2%
N. S. da Conceição do Alqueidão	206	699	7,1%
N. S. da Conceição da Ribeira Branca	135	364	3,7%
S. Sebastião da Zibreira	71	156	1,6%
S. Pedro de Alcanena	283	635	6,4%
Espírito Santo de Monsanto	193	493	5%
N. S. da Graça de Bugalhos	199	470	4,8%
N. S. das Neves de Parceiros	109	273	2,8%
S. Simão da Brogueira	161	393	4%
N. S. da Purificação de Alcorochel	69	192	2%
N. S. do Ó da Olaia	303	824	8,4%
N. S. do Pranto do Paço	139	383	3,9%
N. S. da Purificação de Assentis	249	715	7,2%
Santa Eufémia da Chancelaria	171	439	4,5%
<b>Total</b>	<b>3.390</b>	<b>9.841</b>	<b>100%</b>

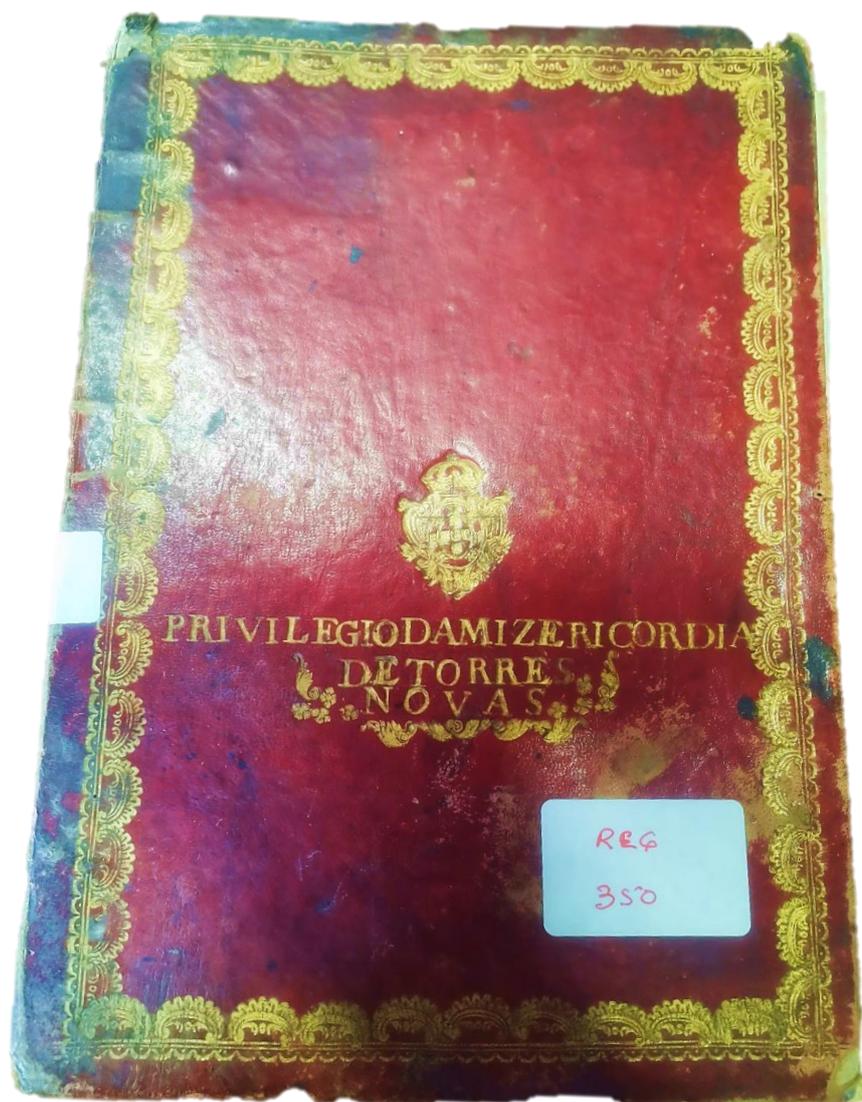
Fonte: Lima, D. Luiz Caetano de, *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos de Europa*, Tomo II, Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p. 217.

Figura nº 1 – Carta do rei D. João III, datada de 1534, declarando a existência da Irmandade da Misericórdia



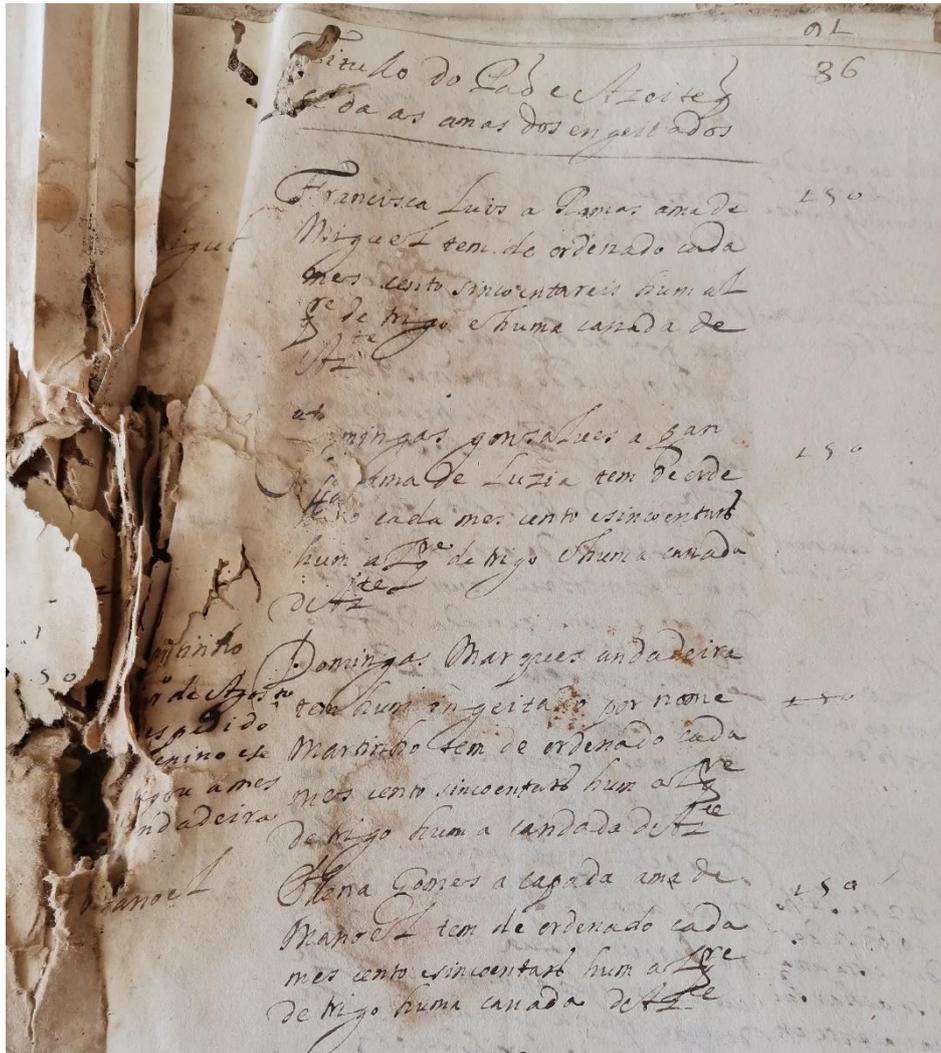
Fonte: Fotografia tirada pelo autor. SCMTN, *Privilégio da Misericórdia de Torres Novas*, REG 350, Torres Novas, fl. 3.

**Figura nº 2 – Capa do Livro de Privilégios da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas**



Fonte: Fotografia tirada pelo autor. SCMTN, *Privilégio da Misericórdia de Torres Novas*, REG 350, Torres Novas, capa.

Figura nº 3 – Exemplo de documentação deteriorada



Fonte: Fotografia tirada pelo autor. ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1663-64), RD 30A, Torres Novas, fl. 86.

**Tabela nº 3 – Onomástica dos enjeitados**

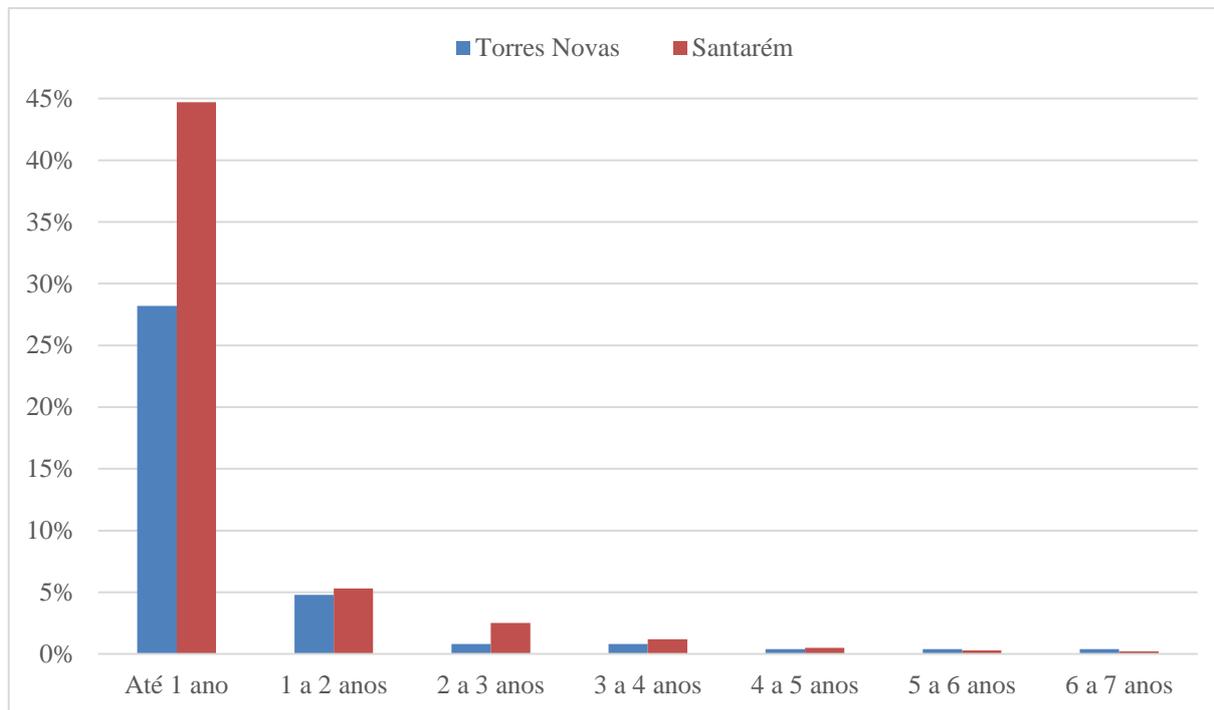
Nomes Masculinos		Nomes Femininos	
Manuel	38	Maria	49
António	10	Maria do Vale	8
João	8	Francisca	6
José	7	Ana	4
Francisco	6	Catarina	3
Domingos	3	Joana	3
Luís	3	Isabel	3
Pedro	3	Luísa	2
Bernardo	2	Antónia	2
Diogo	2	Domingas	2
Alexandre	1	Leiria	2
Batista	1	Josefa	2
Bento do Vale	1	Madalena	2
Bernardino	1	Maria Josefa	2
Brás	1	Mariana	2
Caetano	1	Sebastiana	2
Constantino	1	Alexandra	1
Cosme	1	Antónia do Vale	1
Cristóvão	1	Bernarda	1
Estácio	1	Brizida	1
Feliciano	1	Camila	1
Feliciano do Vale	1	Catarina do Vale	1
Fernando	1	Cecília	1
Filipe	1	Esperança	1
Francisco Xavier	1	Faustina do Espírito	1

Isidoro	1	Felica (Felícia)	1
João Batista	1	Helena	1
Joaquim	1	Inês	1
Jorge	1	Jacinta	1
José Francisco	1	Joana Micaela	1
Julião	1	Margarida	1
Lourenço	1	Maria da Luz	1
Luís de Santa Maria	1	Maria das Curvaceiras	1
Martinho	1	Maria de Oliveira	1
Matias	1	Maria de S. João	1
Miguel	1	Maria dos Mártires	1
Nicolau	1	Pascoa	1
Pascoal	1	Paulina	1
Rafael	1	Pelonia (Apolónia)	1
Rodrigo de Assentis	1	Simoa	1
Sebastião	1	Teresa	1
Simão	1	Tiadozia (Teodósia)	1
Vicente	1		

Fontes: ASCMTN, *Livros de Receitas e Despesas (1610-11 a 1710-11)*, RD 1-62, Torres Novas.



**Gráfico nº 1 – Tempos de criação dos enjeitados falecidos em Torres Novas e em Santarém**



Fontes: ASCMTN, *Livros de Receitas e Despesas (1610-11 a 1710-11)*, RD 1-62, Torres Novas; Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia (1691-1710)*, Lisboa: Cosmos, 2001, p. 120.

**Figura nº 5 – Registo de entrada Feliciano do Vale em agosto de 1642 e termo da sua entrega em agosto de 1643**

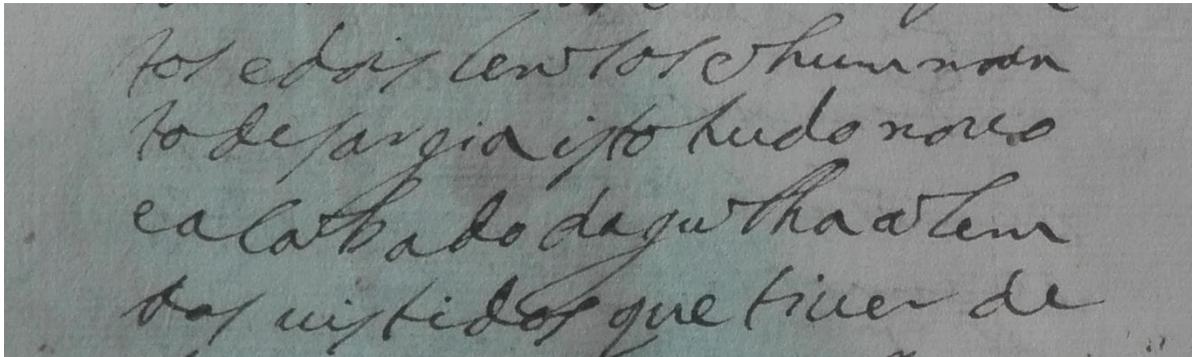
conquistado de João de ...  
chama Feliciano Criado em ...  
nos seguintes e em ...  
em 22 dias de agosto de 1642.  
em ...

Entrega do enjeitado de  
Feliciano de ...  
de ...

Após dezoito dias de ...  
seis meses e ...  
com ...  
chama de ...  
ali ...  
Em ...  
olhar ...  
por ...  
meu ...  
o nome ...  
como ...  
passados ...  
Com ...  
então ...  
que ...  
danada ...  
nunca ...

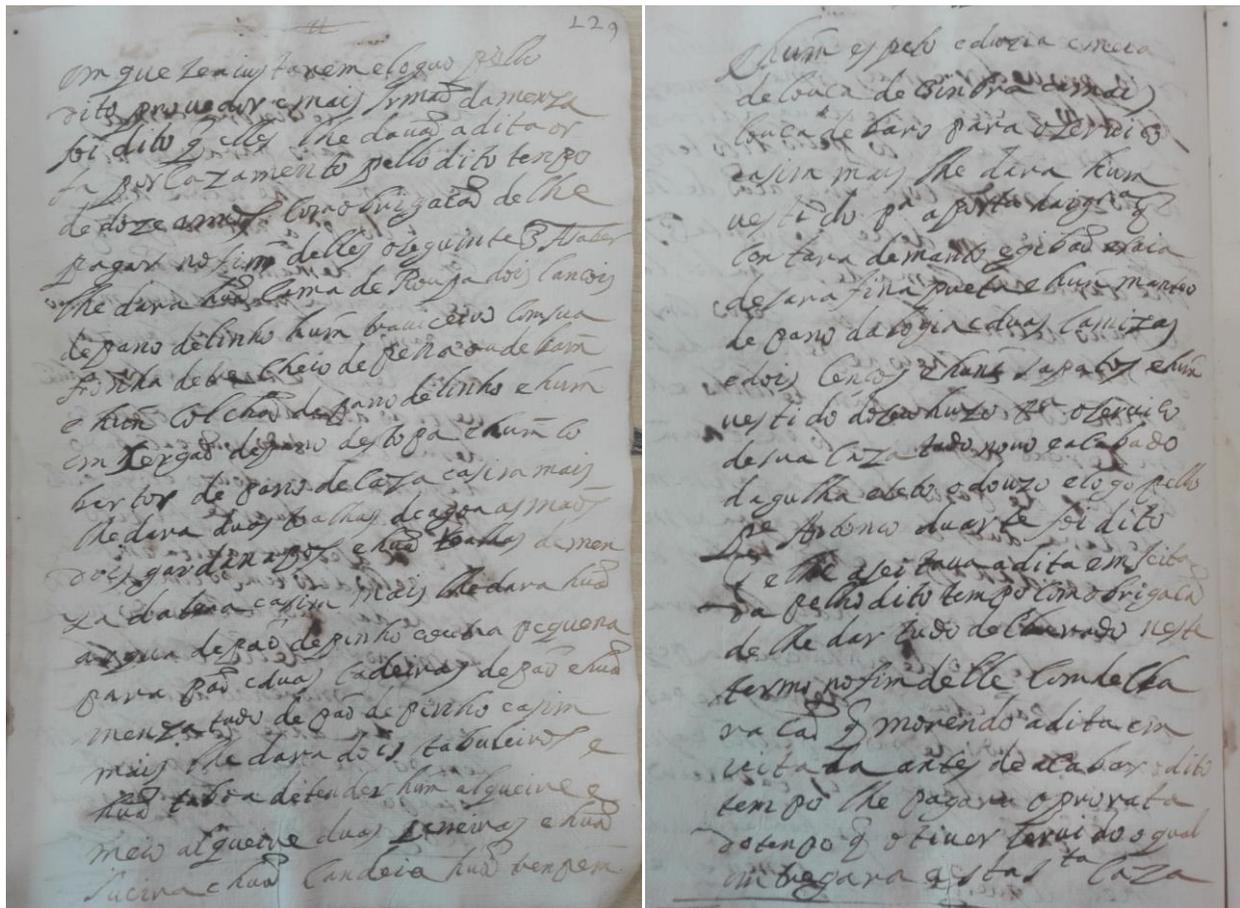
Fontes: Fotografias tiradas pelo autor. ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1642-43), RD 19, Torres Novas, fl. 153v; ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1643-44), RD 20, Torres Novas, fl. 102.

Figura nº 6 – Pormenor do termo de entrega de Maria em 1702



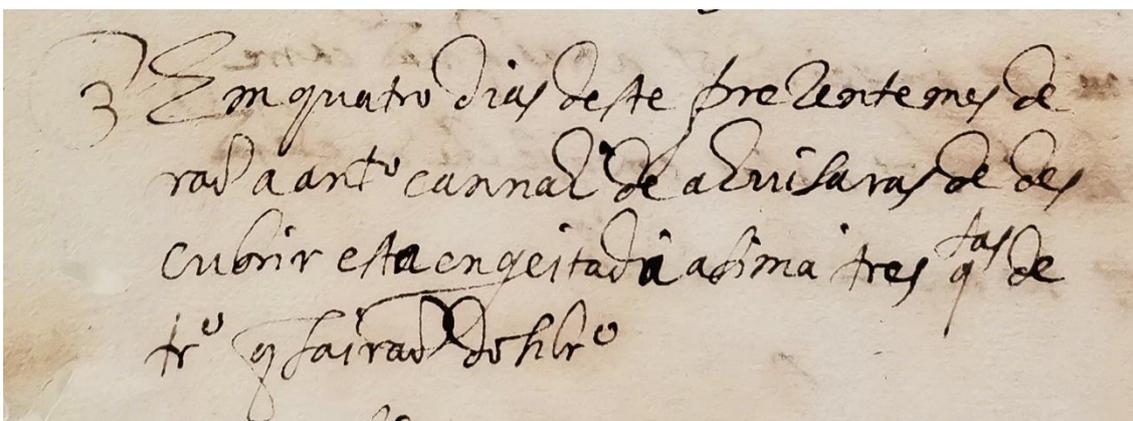
Fonte: Fotografia tirada pelo autor. ASCMTN, Livro de Termos (1666-1707), TM 310, Torres Novas, fl. 134v.

Figura nº 7 – Trechos do termo de entrega de Josefa com enumeração do que se lhe deveria dar para casamento após os anos de serviço



Fonte: Fotografias tiradas pelo autor. ASCMTN, Livro de Termos (1666-1707), TM 310, Torres Novas, fls. 129-129v.

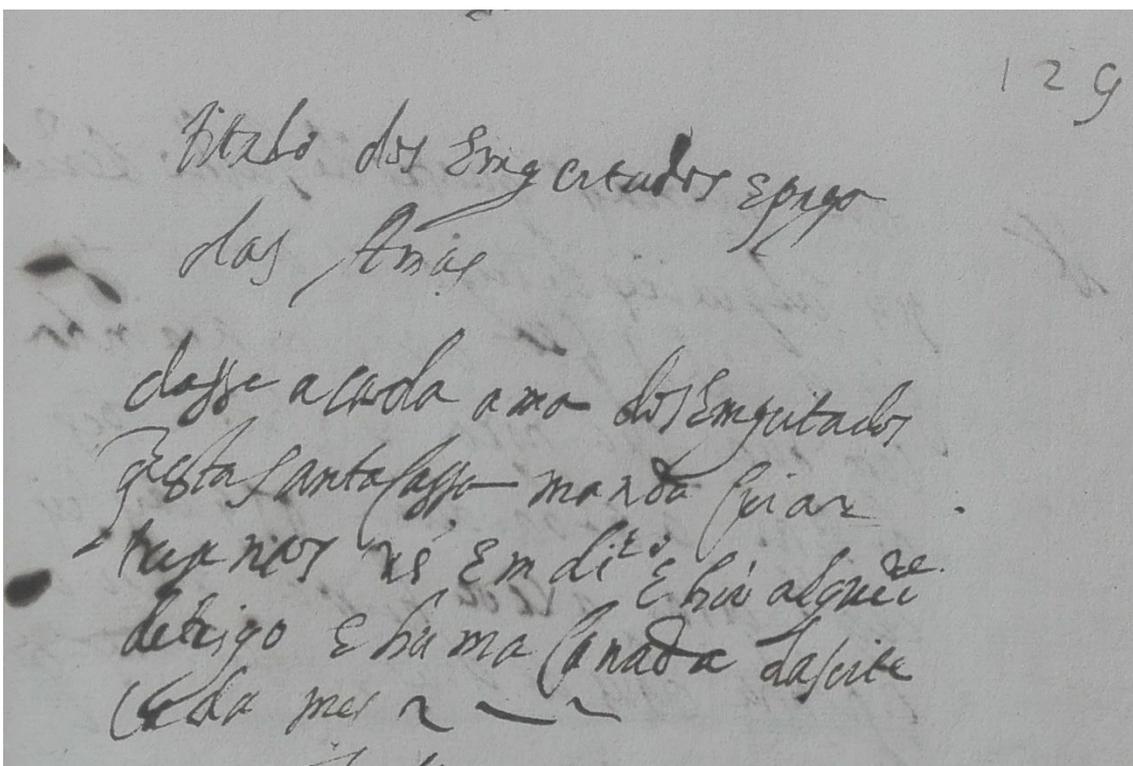
**Figura nº 8 – Registo do pagamento a António Canal por descobrir uma enjeitada**



3 Em quatro dias de se presente me de  
rada ante canal de a d'vila me de de  
cubrir e a enjeitada a cima tres q de  
trº q fairs do hbrº

Fonte: Fotografia tirada pelo autor. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1630-31)*, RD 12, Torres Novas, fl. 161v.

**Figura nº 9 – Pormenor de registo de pagamento às amas de leite**



129  
Livreto dos Enjeitados e pigo  
das Amas  
dasse a cada ano do Enjeitados  
esta Santa casa - mada fizar  
pex nos vs em diº e huº alguns  
deigo e huº ma (rada da cite  
Cada me r

Fonte: Fotografia tirada pelo autor. ASCMTN, *Livro de Receitas e Despesas (1610-11)*, RD 1, Torres Novas, fl. 129.

**Figura nº 10 – Um alqueire para o trigo**



Fonte: <https://www.ipq.pt/museu-metrologia/pesos-e-medidas-em-portugal/reformas-metrologicas-do-estado-moderno/a-reforma-de-d-sebastiao/>

# **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes manuscritas**

- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1610-1611), RD 1, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1612-1613), RD 2, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1613-1614), RD 3, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1614-1615), RD 4, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1616-1617), RD 5, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1617-1618), RD 6, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1619-1620), RD 7, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1621-1622), RD 7A, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1622-1623), RD 7B, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1624-1625), RD 8, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1626-1627), RD 9, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1628-1629), RD 10, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1629-1630), RD 11, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1630-1631), RD 12, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1635-1636), RD 13, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1637-1638), RD 14, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1638-1639), RD 15, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1639-1640), RD 16, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1640-1641), RD 17, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1641-1642), RD 18, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1642-1643), RD 19, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1643-1644), RD 20, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1644-1645), RD 21, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1645-1646), RD 22, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1646-1647), RD 23, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1647-1648), RD 24, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1649-1650), RD 25, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1655-1656), RD 26, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1656-1657), RD 27, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1657-1658), RD 28, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1660-1661), RD 29, Torres Novas.

- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1661-1662), RD 30, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1663-1664), RD 30A, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1664-1665), RD 31, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1665-1666), RD 32, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1666-1667), RD 33, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1668-1669), RD 34, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1669-1670), RD 35, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1670-1671), RD 36, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1672-1673), RD 37, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1673-1674), RD 38, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1674-1675), RD 39, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1675-1676), RD 40, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1676-1677), RD 41, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1677-1678), RD 42, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1678-1679), RD 43, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1679-1680), RD 44, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1680-1681), RD 45, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1683-1684), RD 46, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1688-1689), RD 47, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1690-1691), RD 48, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1692-1693), RD 49, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1694-1695), RD 50, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1695-1696), RD 51, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1696-1697), RD 52, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1700-1701), RD 53, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1701-1702), RD 54, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1702-1703), RD 55, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1704-1705), RD 56, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1705-1706), RD 57, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1706-1707), RD 58, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1707-1708), RD 59, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1708-1709), RD 60, Torres Novas.

- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1709-1710), RD 61, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Receitas e Despesas (1710-1711), RD 62, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Termos (1666-1707), TM 1, Torres Novas.
- ASCMTN, Livro de Termos (1707-1749), TM 2, Torres Novas.
- ASCMTN, *Tombo de Poderozos* (1655), TB 300, Torres Novas.
- ASCMTN, Tombo e declarações (1674), TB 301, Torres Novas.
- ASCMTN, Declarações de Cabanas (1695) e Aguilar (1706) e Peixoto (1778 e 1791), TB 302, Torres Novas.
- ASCMTN, Declarações de Arez (1698) e Peixoto (1717). Revista de 1795, TB 303, Torres Novas.

### Fontes impressas

- Bluteau, Padre D. Raphael, *Suplemento ao vocabulario portuguez, e latino*, Tomo I, Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727.
- Bluteau, Raphael, *Vocabulario portuguez e latino, áulico, anatómico, architectonico, bellico...*, Tomo II, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- Bluteau, Padre D. Raphael, *Vocabulario portuguez e latino, áulico, anatómico, architectonico, bellico...*, Tomo III, Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.
- Castro, João Bautista de, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, Tomo II, parte III e IV, Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.
- Costa, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*, Tomo III, Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712.
- *Foral de D. Manuel I: 1510: Torres Novas*, transcrição paleográfica de Maria Elvira Teixeira, Torres Novas: Município de Torres Novas, 2010.
- *Foral de Torres Novas de 1190*, Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1990.
- Freire, Anselmo Braancamp, “A povoação da Estremadura no XVI século”, *Archivo histórico portuguez*, vol. VI, Lisboa, 1908, pp. 243-281.
- Lima, D. Luiz Caetano de, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*, Tomo II, Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

- Mendonça, Jorge Francisco Machado de, *Pelo breve memorial expõe [...] o regímen, que tem estabelecido no Hospital Real de Todos os Santos [...]*, Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1761.
- Moura, Francisco Marques de, *Algumas Considerações Sobre a Escolha das Amas de Leite*, Porto: Typhographia de Manoel José Pereira, 1864.
- *Ordenações Filipinas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- *Ordenações Manuelinas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Pinto, António Joaquim, *Compilação das Providencias, que a bem da criação, e educação dos expostos ou enjeitados se tem publicado, e achão espalhadas em diferentes artigos de legislação pátria*, Lisboa: Impressão Regia, 1820.
- Pinto, António Joaquim de Gouveia, *Exame critico e histórico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga, e moderna, tanto pátria, como subsidiaria, e das nações mais vizinhas, e cultas, relativamente aos expostos, ou enjeitados*, Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1828.

## **Bibliografia**

- Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.
- Abreu, Laurinda, “As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI” in Araújo, Maria Marta Lobo de, Ferreira, Fátima Moura (orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 31-49.
- Abreu, Laurinda; Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes*, Vol. 5, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2006.
- “Alcanena” in Saraiva, José Hermano & Bastos, Hélder, *História das freguesias e concelhos de Portugal*, vol. 1, Matosinhos: Quidnovi, 2004, pp. 66-73.
- Almeida, Francisca Pires de, “Felizes os que morrem «Anjinhos»: Batismo e morte infantil em Portugal (séculos XVI-XVIII)”, *Erasmus: revista de historia bajomedieval y moderna*, vol. 2, 2015, pp. 43-53.

- Alvim, Maria Helena Vilas Boas e, “Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas”, *Revista de História – Universidade de Lisboa*, Vol. I, 1984, pp. 147-166.
- Aniceto, Maria Emília, Pereira, Fernando Jasmins, “Assistência na Idade Média” in Andrade, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de história da Igreja em Portugal*, vol. I, Lisboa: Editorial Resistência, 1980.
- Antão, Nelson, *A mesa dos enjeitados e a função assistencial da criação dos expostos na Lisboa moderna (1657-1768): estudo orgânico-funcional*, 2ª ed., Lisboa: Edições Santa Casa, 2021.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Vila Viçosa; Ponte de Lima: Santa casa da misericórdia, 2000.
- Bicho, João Luiz Rodrigues, *Anais da Misericórdia*, Torres Novas: Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, 2017.
- Bicho, Joaquim Rodrigues, “Torres Novas” in Saraiva, José Hermano & Bastos, Hélder, *História das freguesias e concelhos de Portugal*, vol. 17, Matosinhos: Quidnovi, 2004.
- Espinheiro, Avelino Fortes, “Hospital Real de Todos-os-Santos” in Santana, Francisco & Sucena, Eduardo (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa: Carlos Quintas, 1994.
- Fonte, Teodoro, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Braga: dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2004.
- Fonte, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Viana do Castelo: Câmara Municipal de Ponte de Lima; Centro de Estudos Regionais, 1996.
- Gonçalves, Artur, *Mosaico Torrejano: miscelânea de retalhos do passado e do presente de Torres Novas para memoração no futuro*, 2ª ed., Torres Novas: Jornal “O Almonda”, 1985.
- Gonçalves, Artur, *Tôrres Novas: Subsídios para a sua história*, 3ª ed., Torres Novas: Câmara Municipal, 1999.
- Gonçalves, Iria, “Formas medievais de assistência num meio rural estremenho” in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas*

*das 1.<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Tomo I, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973, Lisboa, 1972, pp. 439-453.

- Gonçalves, Iria, “O nome” in Mattoso, José (dir.); Sousa, Bernardo Vasconcelos e (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: Idade Média*, Vol. 1, Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores, 2011, pp. 198-225.
- Gregório, Paulo Renato, *A igreja da Misericórdia de Torres Novas (1572-1700)*, Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2003.
- Leite, Ana Cristina, “O Hospital Real de Todos os Santos” in Pereira, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos os Santos. Séculos XV a XVIII*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa; Museu da Cidade, 1993.
- Lopes, João Carlos, *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII: as memórias paroquiais*, 2<sup>a</sup> ed., Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1999.
- Lopes, Leonor Damas (transcrição paleográfica) & Trindade, Margarida Teodora (intr.), *Confrarias Medievais da região de Torres Novas. Os bens e os compromissos*, Torres Novas: Câmara Municipal, 2001.
- Lopes, Luís Seabra, Medidas portuguesas de capacidade: origem e difusão dos principais alqueires usados até ao século XIX, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, 2002-2003, pp. 345-360.
- Lopes, Maria Antónia, “A fundação da Misericórdia de Coimbra: condições e circunstâncias” in Lopes, Maria Antónia (coord.), *Livro de todallas liberdades de Sancta Confraria da Misericórdia da cidade de Coimbra. Estudos, fac-simile e transcrição*, Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2016, pp. 9-16.
- Lopes, Maria Antónia, “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos” in Mattoso, José (dir.); Vaquinhas, Irene (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2011, pp. 152-193.
- Lopes, Maria Antónia, “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura* – 2, Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Palimage Editores, 2002, pp. 155-184.
- Lopes, Maria Antónia, “Dar de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede nos compromissos e nas práticas das Santas Casas da Misericórdia (séculos XV-XXI)” in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As sete obras de misericórdia corporais nas*

*Santas Casas de Misericórdia*, Braga: Santa casa da misericórdia de Braga, 2018, pp. 84-106.

- Lopes, Maria Antónia, “Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866): subsídios para o seu estudo”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 21, Coimbra, 1985, pp. 119-176.
- Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra (1750-1850)*, Vol. I, Viseu: Palimage Editores, 2000.
- Lopes, Maria Antónia, “Pobreza e assistência em Portugal na Idade Moderna”, in Alberto, Edite; Silva, Rodrigo; Teixeira, André (coord.), *O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2020, pp. 255-259.
- Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna guia de estudo e investigação*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- Lopes, Paulo, *A assistência hospitalar na Lisboa medieval, anterior à instituição do Hospital Real de Todos os Santos (séculos XIII-XV)*, Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015.
- Machado, Maria de Fátima, *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*, Porto: tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Porto, Porto, 2010.
- Mata, Cristóvão, *A Casa de Aveiro na constelação dos poderes senhoriais: estruturas de domínio e redes clientelares*, Coimbra: tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Coimbra, 2019.
- Moita, Irisalva, “O Hospital Real de Todos-os-Santos. Enfermarias- Aposentadorias-Serviços” in Pereira, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos os Santos. Séculos XV a XVIII*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa; Museu da Cidade, 1993.
- Morna, Teresa; Brito, Maria Filomena; Manoel; Francisco d’Orey; Colen, Maria Luísa, “O acolhimento de crianças enjeitadas na Misericórdia de Lisboa” in Brandão, Elvira; Oliveira, Maria Helena (coord.), *Os expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa: Museu de São Roque e Arquivo Histórico/Biblioteca, 2001, pp. 11-20.
- Pinto, Adelina Angélica, “Isoléxicas Portuguesas (Antigas medidas de capacidade)”, *Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. XVIII, Coimbra, 1983.

- Raimundo, Ricardo, *Morte vivida e economia da salvação em Torres Novas (1670-1790)*, Torres Novas: Município de Torres Novas, 2007, pp. 345-46.
- Reis, Maria José Porém, *Ler sinais: os sinais dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1790-1870)*, Lisboa: tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa; ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa; Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, Lisboa; Évora, 2016.
- Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém. A acção social da misericórdia (1691-1710)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2001.
- Ribeiro, Vítor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Subsídios para a sua história) 1498-1898*, Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1902, p. 397.
- Rodrigues, Maria Teresa, “Torres Novas, Cortes de 1380” in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Lisboa: Iniciativas Editoriais, Porto: Livraria Figueirinhas, 1979.
- Rodrigues, Martinho Vicente, *A Santa Casa da Misericórdia de Santarém – cinco séculos de história*, Santarém: Santa Casa da Misericórdia de Santarém, 2004.
- Rodrigues, Teresa, “Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica” in *População e Prospectiva (Working papers)*, Porto: CEPESE.
- Rodrigues, Teresa Ferreira e Moreira, Maria João, “A quantificação das almas” in Rodrigues, Teresa Ferreira, *História da População Portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto: CEPESE, Centro de estudos da população, economia e sociedade; Afrontamento, 2008.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*, Porto: dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Universidade do Porto, 1987.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta nacional de investigação científica e tecnológica, 1995.
- Sá, Isabel dos Guimarães, “Abandono de crianças, identidades e lotaria: reflexões em torno de um inventário” in *Inventário da criação dos expostos do Arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, pp. IX-XXII.
- Sá, Isabel dos Guimarães, “Abandono de crianças, ilegitimidades e concepções pré-nupciais em Portugal” in Moreda, Vicente Pérez (coord.), *Expostos e ilegítimos na*

*realidade ibérica. Do século XVI ao presente* (Actas do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica), vol. 3, Porto: Edições Afrontamento, 1996, pp. 37-58.

- Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida” in Mattoso, José (dir.), Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida privada em Portugal – A idade moderna*, Lisboa: Temas e debates: Círculo de leitores, 2011, pp. 12-35.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- Sá, Isabel dos Guimarães, “Segredos de família: os sinais de expostos entre as práticas de identidade e a construção de memória”, in Brandão, Elvira; Oliveira, Maria Helena (coord.), *Os expostos da roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa: Museu de São Roque e Arquivo Histórico/Biblioteca, 2001, p. 9.
- Sá, Isabel dos Guimarães, “Trabalho de Mulheres e Economia Familiar: o caso das amas de expostos da roda do Porto no século XVIII”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII, 2/3, 1994, pp. 233-250.
- Sá, Isabel dos Guimarães & Paiva, José Pedro, “As misericórdias: da fundação à União Dinástica” in Isabel dos Guimarães Sá & José Pedro Paiva (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 1. Fazer a História das Misericórdias*, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas/ Universidade Católica, 2002, pp. 19-45.
- Sá, Isabel dos Guimarães & Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- Salgado, Anastásia Mestrinho, “Hospitais de Lisboa até ao século XV”, *Oceanos: A ordem de Sant’Iago*, vol. 4, 1990, pp. 103-109.
- Santos, António Mário Lopes dos, *O Convento do Carmo (subsídios para a história do concelho de Torres Novas)*, Torres Novas: Misericórdia de Torres Novas, 2006.
- Santos, António Lopes dos, *O Convento do Espírito Santo de Torres Novas (1536-1799)*, coleção Estudos e Documentos 8, Torres Novas: Município de Torres Novas, 2009.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, “Torres Novas, Cortes de 1438” in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Lisboa: Iniciativas Editoriais, Porto: Livraria Figueirinhas, 1979.

- Serrão, Joaquim Veríssimo, “Torres Novas, Cortes de 1525” in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Lisboa: Iniciativas Editoriais, Porto: Livraria Figueirinhas, 1979.
- Silva, Ana Isabel, “A norma e o desvio: história da evolução dos compromissos das misericórdias portuguesas” in Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: novos estudos*, vol. 10, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2017, pp. 43-118.
- Silva, Josette, “Expostos ou enjeitados” in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- Xavier, Ângela Barreto; Paiva, José Pedro (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 4. Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580*, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2005.